

Capítulo I

Introdução

EM SEU PLENO DESENVOLVIMENTO, a instituição da classe ociosa surge nos estágios avançados da cultura bárbara, como por exemplo na Europa e no Japão feudais. Em tais comunidades as diferenças entre as classes são de observância obrigatória, sobressaindo-se entre elas, como de mais notável significação econômica, as diferenças de ocupação. As classes mais altas são costumeiramente excluídas de ocupações industriais, cingindo-se às funções inerentemente honoríficas. Entre estas funções honoríficas, nas comunidades feudais, estão em primeiro lugar a guerra e, em segundo, o sacerdócio. O sacerdócio, nos casos de comunidades não especialmente belicosas, assume importância maior, seguindo-se a êle o exército. De qualquer modo, com insignificantes exceções, as classes altas em regra não têm funções industriais e este fato é a expressão econômica de sua superioridade. Um bom exemplo é a Índia bramânica, em que as classes dos guerreiros e dos sacerdotes se excluem de qualquer função industrial. Em tais comunidades de cultura bárbara mais avançada, essa classe, que em sentido lato se pode de-

nominar de classe ociosa, se divide em subclasses existindo entre tais subclasses uma correspondente diferenciação de funções. A classe ociosa, como um todo, compreende as classes nobres e as classes sacerdotais e grande parte de seus agregados. As ocupações são diferentes dentro da classe ociosa, mas tôdas elas têm uma característica comum — não são ocupações industriais. Estas ocupações não-industriais das classes altas são em linhas gerais de quatro espécies — ocupações governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas.

Num estágio anterior de barbarismo, mas não no primeiro dêles, a classe ociosa apresenta uma forma menos diferenciada. Tanto as diferenças entre as classes como as diferentes funções dentro da classe ociosa não são tão precisas e intrincadas. De um modo geral, os ilhéus polinésios estão neste estágio de desenvolvimento, embora pela ausência de animais maiores a caça não tenha no seu esquema de vida o costumeiro prestígio. A comunidade islandesa na época das Sagas é também um bom exemplo. Nessa comunidade, as classes e suas respectivas ocupações são rigorosamente distintas. O trabalho manual, a indústria e de modo geral tôdas as tarefas relativas ao trabalho diário de subsistência tocam exclusivamente à classe inferior. Essa classe inferior inclui os escravos e outras pessoas dependentes e usualmente tôdas as mulheres. Quando existem diversos graus de nobreza, as mulheres da mais alta aristocracia não estão sujeitas a trabalho industrial ou pelo menos às formas mais vulgares do trabalho manual. Já os homens das classes superiores, não sòmente estão isentos dêsse tipo de trabalho como por costume firmemente estabelecido estão proibidos de exercer qualquer função industrial. As funções que podem exercer são rigidamente definidas. Como no caso das sociedades feudais, referidas acima, essas funções são sòmente as governamentais, as guerreiras, as religiosas e as esportivas. Estas quatro formas de

atividade dominam o esquema de vida das classes altas; e para os governantes, — reis ou chefes — estas são as únicas formas de atividade permitidas pelo costume ou o bom senso da comunidade. Na verdade, quando o esquema é definido já nitidamente, até mesmo os esportes não se consideram atividade legítima para os membros da classe mais alta. Aos que estão mais baixo na classe ociosa permitem-se certas outras funções; elas são todavia ligadas a uma ou outra das ocupações típicas da classe ociosa, tais como a fabricação e o cuidado de armas e equipamentos guerreiros e de barcos de guerra, o manejo e o cuidado de cavalos, cães e falcões, o preparo de utensílios sagrados, etc. As classes inferiores são excluídas dêstes empregos honoríficos de caráter secundário, exceto quando êles são claramente de índole industrial e só remotamente relacionados com as ocupações típicas da classe ociosa.

Descendo ainda na escala desta cultura bárbara, aqui tomada como exemplo, até os seus primeiros estágios, não mais se encontra a classe ociosa claramente definida. Os estágios inferiores do barbarismo mostram contudo os usos, motivos e circunstâncias dos quais saiu a instituição da classe ociosa e indicam os primeiros passos de sua evolução. As tribos caçadoras nômade, em várias partes do mundo, servem de ilustração destas fases mais primitivas de diferenciação. Pode-se tomar como exemplo conveniente qualquer uma das tribos caçadoras da América do Norte. Delas não se pode dizer que tenham uma classe ociosa definida; existe já uma diferenciação de funções e esta diferenciação é a base de uma estratificação social, mas a classe superior não se desligou ainda suficientemente do trabalho para que já se possa designá-la como uma "classe ociosa". As tribos, neste nível econômico, apresentam já uma diferenciação econômica com uma distinção marcante entre as ocupações masculinas e as femininas, e esta distinção tem um caráter de competição. Em quase tôdas estas tribos, as mulheres são

forçadas, por costume inabalável, àquelas tarefas que se desenvolveram nas ocupações industriais no estágio seguinte. Os homens são dispensados de tais tarefas vulgares, reservando-se para a guerra, a caça, os esportes, e rituais de devoção. Nesta questão, surgem usualmente discriminações extraordinariamente subtis.

Esta divisão do trabalho coincide com a divisão em uma classe trabalhadora e uma classe ociosa, que se encontra na cultura bárbara mais alta. À medida que se define mais claramente esta diversificação e especialização de funções, a linha de demarcação passa a dividir as funções industriais das não-industriais. As ocupações masculinas, como se encontram no primeiro estágio do barbarismo, não são a origem de quaisquer das funções industriais posteriores. Elas subsistem tão-somente nas tarefas que não se classificam como industriais — a guerra, a política, o esporte, a cultura e o sacerdócio. As únicas exceções de nota são uma parte da indústria da pesca e certas tarefas leves que não se podem classificar bem como industriais, tais como a fabricação de armas, brinquedos e artigos de esporte. Praticamente tôdas as funções industriais se desenvolvem das tarefas que, na primitiva comunidade bárbara, cabem às mulheres.

Na cultura bárbara mais primitiva, o trabalho dos homens é tão indispensável à vida do grupo como o das mulheres. Pode-se mesmo considerar que êsse trabalho masculino contribui tanto quanto o feminino para a alimentação e as outras necessidades do grupo; êste caráter "produtivo" do trabalho masculino é tão óbvio que, nas obras de Economia, já consagradas, toma-se comumente a caça como a indústria primitiva típica. No entanto, o homem da cultura bárbara não lhe atribuía tal significado. Aos seus próprios olhos êle não é um trabalhador, não devendo ser a êste respeito classificado com as mulheres; nem pode o seu esforço, na caça, equiparar-se à monotonia do trabalho feminino de modo a admitir qualquer confusão. Em tôdas as

comunidades bárbaras há um senso profundo da disparidade entre o trabalho masculino e o trabalho feminino. O trabalho do homem contribui para a manutenção do grupo, mas sente-se que êsse fato resulta de uma eficácia e excelência, que se não pode comparar, sem desprestígio, com a diligência rotineira das mulheres.

Ainda um passo atrás na escala cultural — entre os grupos selvagens — a diferenciação de tarefas é ainda menos definida; o caráter hostil das diferenças entre classes e tarefas é menos consistente e menos rigoroso. Não são fáceis de encontrar os exemplos de culturas selvagens primitivas. Entre os grupos ou comunidades classificadas como "selvagens", são poucos os que não mostram traços de retrocesso de um estágio cultural mais avançado. Alguns grupos existem, porém, que aparentemente não são o resultado de retrocesso, mas apresentam, com alguma fidelidade, traços de selvageria primitiva. A sua cultura difere das comunidades bárbaras pela ausência de uma classe ociosa e principalmente pela ausência da atitude espiritual em que se apóia a instituição da classe ociosa. Estas comunidades de selvagens primitivos, sem qualquer hierarquia de classes econômicas, constituem somente uma parte pequena e insignificante da raça humana. Entre os melhores exemplos desta fase da cultura estão talvez as tribos dos andamaneses ou os tôdas das Colinas Nilgiri. O esquema de vida dêstes grupos, no momento de seu primeiro contato com os europeus, parece ser típico, no tocante à ausência de uma classe ociosa. Poder-se-ia também citar, como mais um exemplo, os aínos de Yezo; e como exemplos mais duvidosos, alguns grupos de bosquímanos e esquimós. Com ainda menos certeza poder-se-ia incluir na mesma classe algumas comunidades de índios Pueblo. A maior parte destas comunidades, se não tôdas, serão talvez casos de degeneração de um barbarismo mais alto, e não portadores de uma cultura que não ultra-

passou o seu nível atual. Se é êsse o caso, devem tais grupos ser considerados aqui com o devido cuidado; de qualquer modo êles servem, mesmo assim, como ilustração do ponto indicado, como se fôsem realmente "primitivos".

Estas comunidades não têm uma classe ociosa definida e se assemelham umas às outras sob certos outros aspectos de sua estrutura social e de seu modo de vida. São grupos pequenos e de estrutura simples (arcaica); são usualmente pacíficos e sedentários; são pobres; e, no seu sistema econômico, a propriedade individual não é traço dominante. Com tudo isso, não se segue que sejam as menores comunidades existentes ou que tenham, em todos os pontos, a estrutura social menos diferenciada; nem necessariamente estão aqui incluídas tôdas as comunidades primitivas sem sistema definido de propriedade privada. É de se notar, todavia, que esta classe aparentemente inclui os grupos primitivos mais pacíficos, talvez todos os caracteristicamente pacíficos; na verdade, o traço mais notável, comum aos membros de tais comunidades, é uma certa amável incapacidade de resistir à força ou à fraude.

Os usos e os traços culturais dessas comunidades num baixo estágio de desenvolvimento, indicam que a instituição da classe ociosa surgiu gradualmente durante a transição da selvageria primitiva para o barbarismo; ou, mais precisamente, durante a transição de um modo de vida pacífico para um mais consistentemente guerreiro. Aparentemente, as condições necessárias para que surja tal classe, numa forma definida, são: (1) a comunidade deve ter um modo de vida predatório — a guerra ou a caça de grandes animais ou as duas; isto é, os homens, que nestes casos constituem a classe ociosa em potencial, devem estar habituados a infligir dano físico pela força ou por estratagemas; (2) a subsistência deve ser possível de modo suficientemente fácil para que uma parte considerável da comunidade fique livre da rotina regular do trabalho. A instituição

de uma classe ociosa é o resultado de uma discriminação, bem cedo estabelecida, entre diversas funções, segundo a qual algumas são dignas e outras indignas. Estabelecida a discriminação, as funções dignas são aquelas em que intervêm um elemento de proeza ou façanha; as funções indignas são as diárias e rotineiras em que nenhum elemento espetacular existe.

Numa moderna comunidade industrial esta análise tem evidentemente pequena significação; é por isso que tão pouca atenção tem merecido da parte de economistas. Ela realmente parece simplesmente formal e sem substância, quando considerada à luz do bom senso que atualmente informa a discussão de assuntos econômicos. A diferença indicada persiste, entretanto, tenazmente como preconceito corriqueiro mesmo na vida moderna; é o que, por exemplo, mostra a nossa habitual aversão por tarefas servis. Há uma diferenciação de caráter pessoal, tendo que ver com superioridade e inferioridade. Nos primeiros estágios da cultura, a força pessoal do indivíduo era de muito maior importância imediata, era muito mais óbvia no moldar o curso dos acontecimentos; por isso o elemento espetacular, a proeza individual, era mais valiosa no esquema quotidiano da vida. Com maior intensidade, sobre ela se concentrava o interesse da comunidade. Em consequência, a diferenciação com base neste campo era mais imperativa e mais definida do que hoje. Como um dos fatos do desenvolvimento social, tal diferenciação é portanto substancial e tem apoio suficientemente válido e convincente.

Tôda discriminação entre fatos tem um fundamento determinado; êsse fundamento muda sempre que também muda o interesse sob cujo ângulo são os fatos considerados. Tôda análise ressalta aqueles aspectos dos fatos, tornando-os salientes e pertinentes, sempre que o interesse dominante do tempo os focaliza. Assim, os fundamentos de determinada diferenciação podem parecer irrelevantes àqueles que encaram os

fatos analisados de um ponto de vista diferente ou os valorizam para outro fim. Sempre e em toda parte prevalece necessariamente um hábito particular de distinguir e classificar os vários fins e direções da atividade social, porque tal hábito é indispensável na consecução de uma teoria ou esquema exequível de vida. Um determinado ponto de vista ou a característica específica, que é tomada como definitiva na classificação dos fatos da vida, dependem do interesse que preside à discriminação de tais fatos. É claro, portanto, que os fundamentos de determinada discriminação e o critério na classificação dos fatos mudam à medida que a cultura evolui; isso porque muda o fim, em função do qual se apreendem tais fatos, mudando o ponto de vista dominante. Em suma, os traços salientes e decisivos de um tipo de atividade ou de uma classe social num determinado estágio de cultura não terão a mesma importância relativa para os fins de classificação num estágio subsequente.

A mudança de padrões e pontos de vista é todavia gradual; ela raramente resulta na subversão ou total supressão de um ponto de vista aceito no passado. A discriminação entre ocupações industriais e não-industriais faz-se ainda habitualmente; a discriminação moderna é a forma transformada da discriminação bárbara entre proeza espetacular e trabalho desagradável e rotineiro. A guerra, a política, o culto público e os espetáculos populares são tidos ainda, no entender popular, como intrinsecamente diferentes do trabalho necessário para a consecução dos meios materiais da vida. Não é a mesma a nítida linha de demarcação, na forma existente no primitivo esquema bárbaro, mas uma discriminação que, em linhas gerais, persiste ainda, não tendo caído em desuso.

Hoje a diferenciação tácita, fundada no senso comum, afirma realmente que todo esforço é industrial apenas na medida em que o seu fim último é a utilização das coisas não-humanas. Ninguém sente como

sendo uma função industrial a utilização coercitiva do homem pelo homem; classifica-se, porém, como atividade industrial, todo esforço que tem por fim valorizar a vida humana por meio da exploração do ambiente não-humano. Os economistas que melhor mantiveram e adaptaram a tradição clássica, afirmam normalmente que o "domínio do homem sobre a natureza" é o fato característico da produtividade industrial. Este domínio industrial sobre a natureza inclui o domínio do homem sobre a vida animal e sobre os elementos. Traça-se assim uma linha entre a humanidade e a criação bruta.

Noutros tempos, entre homens com diferentes preconceitos, não se traçava esta linha precisamente como hoje. No esquema de vida selvagem ou bárbaro, tal linha se traçava doutro modo. Em todas as comunidades da cultura bárbara, há um sentido profundo e vivo da antítese entre dois grandes grupos de fenômenos, num dos quais o homem bárbaro incluía ele próprio e no outro o seu alimento. Sentia ele a antítese entre fenômenos econômicos e não-econômicos; não a concebia todavia do modo moderno. A antítese não era entre o homem e a criação bruta, mas entre o mundo animado e o mundo das coisas inertes.

É talvez excesso de cautela explicar, nos dias que correm, que a noção bárbara, que aqui se quer transmitir com a designação de "mundo animado", não é a mesma que hoje se compreende com a designação de "mundo vivo". O termo "animado" não cobre todas as coisas vivas e abrange muitas outras. Fenômenos naturais impressionantes, como tempestades, doenças, quedas de água, reconhece-os o bárbaro como "animados"; de outro lado, frutos e ervas e mesmo animais insignificantes como as moscas domésticas, as larvas, os lemingues e os carneiros, não são por ele tidos como "animados", exceto quando considerados coletivamente. O termo, como aqui é usado, não implica necessariamente a existência de uma alma ou um espírito na entidade "animada"; o conceito inclui aquelas coisas

que, no sentir do selvagem ou do bárbaro animista, são formidáveis em virtude de uma capacidade, real ou emprestada, de ação. A categoria compreende assim um grande número de objetos e fenômenos naturais. Esta discriminação entre "inerte" e "ativo" existe mesmo hoje nos hábitos de pensamento de muita gente inculta, e é ainda profundamente relevante para a teoria prevalecente da vida humana e dos processos naturais; mas ela não entra na nossa vida diária com a extensão e as profundas conseqüências práticas que se notam nos primeiros estágios de cultura e de crença.

Para a mentalidade do bárbaro, a elaboração e a utilização do que está na natureza inerte constitui atividade totalmente diversa da atividade relacionada com as coisas e as forças "animadas". A linha de demarcação pode ser incerta e mutável, mas a discriminação, em suas linhas gerais, é para êle suficientemente real e convincente para influenciar o seu esquema de vida. O bárbaro atribui às coisas que êle vê como animadas uma atividade dirigida para um fim. Êle este agir teleologicamente que dá a qualquer objeto ou fenômeno o caráter de "animado". Êle sempre que se defronta com qualquer atividade, como um obstáculo, o selvagem ou bárbaro a interpreta nos únicos termos que tem à mão — os termos que na consciência de suas próprias ações tem como seus dados imediatos. Tôda e qualquer atividade êle equipara portanto à ação humana; os objetos ativos são equiparados ao agente humano. Com todos os fenômenos desta espécie, especialmente aquêles que são formidáveis ou incompreensíveis, êle tem de lidar num espírito e com uma espécie de eficiência diferentes daqueles com que lida com as coisas inertes. Enfrentar com sucesso tais fenômenos é atividade espetacular, não industrial. Êle uma afirmação de proeza e não de diligência.

Guiado por esta ingênua discriminação entre o inerte e o animado, tôdas as atividades do grupo social primitivo tendem a se dividir em duas classes, que na

terminologia moderna se poderiam chamar de proeza e indústria. Indústria é o esforço para criar coisa nova, da matéria passiva e "bruta" com um nôvo fim que lhe é dado pela mão de seu criador; proeza, na medida em que resulta em utilidade para o agente, é o desvio para seus próprios fins de energia dirigida anteriormente a outro fim por um agente estranho. Ainda hoje fala o homem moderno de "matéria bruta" com um resquício do sentido profundo que dava ao termo o bárbaro.

A diferença entre proeza e trabalho desagradável e rotineiro coincide com a diferença entre os sexos. Os sexos diferem, não somente em estatura e força muscular, mas talvez ainda mais decisivamente em temperamento, e isto muito cedo deve ter causado uma correspondente divisão de trabalho. As atividades que em geral se classificam como proezas tocam aos homens, porque são mais fortes, mais sólidos, mais capazes de tensão súbita e violenta, e mais facilmente dispostos à auto-afirmação, à emulação ativa e à agressão. As diferenças em estatura, em caráter fisiológico e em temperamento não são talvez muito grandes entre os membros do grupo primitivo; na verdade, em algumas das comunidades mais arcaicas que se conhecem, como por exemplo as tribos dos andamaneses, parece que são relativamente pequenas e sem grande conseqüência; mas logo que se define, com apoio nas diferenças indicadas de físico e de atitude, uma diferenciação de funções, as próprias diferenças entre os sexos se acentuam. Estabelece-se com base na nova distribuição de funções um processo cumulativo de adaptação seletiva, especialmente se o habitat ou a fauna com que está em contato o grupo exige considerável exercício das virtudes masculinas. A caça habitual aos grande animais exige sempre mais o exercício das qualidades de solidez física, agilidade e ferocidade, e isto inevitavelmente acelera e acentua a diferenciação de funções entre os sexos. Êle logo que o grupo entra em contato hostil com

outros grupos, a divergência de funções assumirá a forma de uma diferença entre proeza e indústria.

Nos grupos predatórios de caçadores a função dos homens capazes é lutar e caçar. As mulheres fazem todos os outros trabalhos necessários, classificando-se entre as mulheres os outros membros do grupo incapazes do trabalho de homens. Ora, êstes trabalhos masculinos de caçar e lutar têm o mesmo caráter geral; são ambos de natureza predatória. O guerreiro e o caçador colhem ambos onde não semearam. A sua afirmação agressiva de força e de sagacidade difere evidentemente do trabalho feminino, assíduo e uniforme, de moldar a matéria; assim não se considera trabalho produtivo, mas antes como aquisição pela força de substância nova. Uma vez estabelecido como tal o trabalho do homem bárbaro, no seu pleno desenvolvimento e na sua mais ampla diferença do trabalho feminino, todo esforço que não envolva uma afirmação de proeza passa a ser considerado como indigno do homem. Assim que a tradição se firma, o senso comum da comunidade a erige em regra de conduta; daí em diante, neste estágio cultural, nenhuma tarefa e nenhuma aquisição, que não se apóie na proeza, isto é, na força e na fraude, é moralmente possível para o homem que se respeita a si próprio. Habitando-se o grupo firmemente a um modo predatório de vida, a função do homem capaz, na economia social, passa a ser matar, destruir os concorrentes que na luta pela existência tentam resistir-lhe ou enganá-lo, vencer e reduzir à subserviência as forças estranhas que no ambiente se mostram refratárias. Esta discriminação teórica entre proeza e rotina de trabalho se firma tão tenazmente e com tão subtis distinções que, em muitas tribos caçadoras, o homem não traz para casa o animal que matou, mas manda a mulher a êsse trabalho mais vil.

Como já se indicou, a discriminação entre proeza e trabalho rotineiro é ofensiva e injusta. As tarefas

que se classificam como proezas são tarefas dignas, honrosas, nobres; as outras, que não contêm tal elemento de proeza, e especialmente as que implicam em subserviência ou submissão, são indignas, humilhantes, vis. O conceito de dignidade, valia ou honra, quando aplicado a determinados indivíduos ou a determinadas atividades, é de primordial importância no desenvolvimento das classes e das diferenças de classe; é preciso portanto que se diga alguma coisa sobre a sua origem e a sua significação. Pode-se indicar da seguinte maneira o seu fundamento psicológico.

O homem por necessidade seletiva é um agente. Ele se vê a si próprio como o centro do desenrolar de uma atividade impulsiva, de uma atividade "teleológica". Ele é um agente que em cada ato procura a realização de algum fim concreto, objetivo, impessoal. Sendo um tal agente, êle tem preferência por atividade eficaz e repugnância por esforço fútil; sente o mérito da eficiência e o demérito da futilidade, do desperdício, da incapacidade. Esta atitude ou propensão pode-se denominar de instinto de artesanato. Sempre que as circunstâncias ou as tradições de vida levam a uma comparação habitual entre indivíduos, no tocante a eficiência, o instinto de artesanato resulta em emulação ou disputa entre êles. A extensão dêste resultado depende, de modo considerável, do temperamento da população. Nas comunidades em que usualmente se fazem tais comparações, o sucesso se torna um fim em si mesmo, desejável pela sua utilidade como base de estima social. O indivíduo ganha estima e evita censura tornando bem evidente a sua eficiência. O resultado é que o instinto de artesanato produz demonstração emulativa de força.

No estágio primitivo do desenvolvimento social, quando a comunidade é ainda habitualmente pacífica, talvez sedentária, sem um sistema desenvolvido de propriedade privada, o indivíduo mostra a sua eficiência principalmente, e do modo mais consistente, numa

função de incremento à vida do grupo. A emulação econômica existente entre os membros do grupo é principalmente emulação em serviço industrial. E ao mesmo tempo nem é forte o estímulo à emulação nem têm os indivíduos grandes oportunidades para isso.

Ao passar a comunidade de uma selvageria pacífica para uma fase predatória, mudam as condições de emulação. As oportunidades se multiplicam enormemente; são mais prementes os incentivos. A atividade dos homens assume com maior e maior força o caráter de proeza; e a comparação impiedosa entre caçadores e guerreiros se torna cada vez mais fácil e mais costumeira. Os sinais tangíveis da proeza, os troféus, entram para o mundo mental do homem como traço essencial da vida. Os despojos, os troféus da guerra e da caça, passam a ter também valor como prova de força excepcional. A agressão se torna a forma mais prestigiosa da ação; e os despojos servem de prova ostensiva da agressão vitoriosa. Neste estágio cultural, a competição é a forma aceita e digna de auto-afirmação; e a competição vitoriosa se prova pela posse de artigos úteis ou a disposição de serviços obtidos mediante rapina ou coerção. De outro lado, como contraste, a obtenção de bens por outros meios é considerada como indigna do homem na sua plena capacidade. Pela mesma razão, o trabalho produtivo e o serviço prestado a outro envolvem o mesmo desprestígio. Uma diferença injuriosa surge deste modo entre a proeza e a aquisição pela força, de um lado, e a atividade industrial, de outro. O trabalho adquire um caráter desagradável em virtude da indignidade a que está ligado.

Para o bárbaro primitivo, antes que a noção, na sua simplicidade primeira, se transforme, com as suas próprias ramificações e com o aparecimento de idéias secundárias, que a ela se ligam, "honroso" aparentemente significa tão-somente a afirmação de força superior. "Honroso" quer dizer "formidável"; "digno"

quer dizer "prepotente". Um ato honorífico, em última análise, é pouco mais, ou tão-somente, um ato vitorioso de agressão, reconhecido pela sociedade; e quando a agressão resulta de conflito com homens e animais, a atividade específica e fundamentalmente honrosa é a afirmação de prepotência. E esta exaltação convencional da prepotência se fortifica enormemente com o ingênuo hábito arcaico de conceber tôdas as manifestações de força em termos de personalidade ou "força de vontade". Os epítetos honoríficos, em voga não somente entre tribos bárbaras mas também entre povos da mais avançada cultura, trazem comumente a marca deste simples e primitivo senso de honra. Os epítetos e títulos dados aos chefes e usados para propiciar reis e deuses, freqüentemente lhes conferem uma característica de violência dominadora e de irresistível força devastadora. De certo modo a mesma afirmação pode ser feita quanto às comunidades mais civilizadas de hoje. Este ponto de vista se reforça ainda quando se considera a predileção, nos emblemas heráldicos, por animais e aves de rapina mais vorazes.

O bárbaro, com a sua apreciação de honra e dignidade, fundada no senso comum, considera que matar adversários temíveis, humanos ou não, é uma atividade eminentemente honorífica. E esta alta função de morticínio, expressão da prepotência do bárbaro, torna todos os outros feitos de morte igualmente honoríficos e prestigiosos, assim como todos os seus instrumentos e acessórios. As armas são honoríficas, e o seu uso, mesmo contra as mais insignificantes criaturas dos campos, torna-se um emprêgo honorífico. A atividade industrial, de outro lado, torna-se odiosa; e do ponto de vista do senso comum os instrumentos e equipamentos da indústria se consideram indignos de um homem capaz. O trabalho se torna tédio.

A suposição, aqui feita, é que, no curso da evolução cultural, os grupos primitivos passaram de um

estágio inicial pacífico para um estágio subsequente em que a guerra é a ocupação aceita e característica. Nessa suposição não está, todavia, a afirmação de uma transição abrupta de uma paz inalterável para uma fase ulterior em que pela primeira vez ocorre combate; tampouco se afirma que, com a transição para uma fase predatória da cultura, toda indústria pacífica desaparece. Pode-se dizer, com segurança, que sempre existiu luta, mesmo nos estágios mais primitivos de desenvolvimento social. As lutas ocorrem, nesses estágios, com maior ou menor frequência, com a competição entre os sexos. Levam a essa conclusão tanto os hábitos dos grupos primitivos, conhecidos hoje, como os hábitos dos antropóides; acentuam-na as inclinações herdadas da natureza humana.

Poder-se-ia, portanto, objetar que é impossível a existência deste suposto estágio inicial de vida pacífica. Na evolução cultural não existe um momento em que não se observe luta. A questão, contudo, não é a ocorrência de luta, esporádica ou ocasional, ou mesmo mais ou menos frequente e habitual; a questão é a existência de um estado de espírito habitualmente belicoso, a existência de um hábito dominante de julgar os fatos e os acontecimentos sob o ponto de vista de luta. Atinge o grupo a sua fase cultural predatória somente quando a atitude predatória se torna a atitude espiritual habitual e aceita para os seus membros; quando a luta se torna a nota dominante na teoria de vida do grupo; quando a apreciação vigente dos homens e das coisas é feita sob o ponto de vista da luta.

Assim, a diferença fundamental entre a fase de cultura pacífica e a fase predatória é uma diferença espiritual, não uma diferença mecânica. Esta mudança de atitude espiritual é o resultado de mudança nos fatos materiais da vida do grupo; ela se opera gradualmente, à medida que surgem as circunstâncias materiais favoráveis à atitude predatória. O limite inferior da cultura predatória é um limite industrial. Para que um

grupo ou uma classe adote hábitos predatórios é preciso, assim, que os métodos industriais se tenham desenvolvido suficientemente para que, além do nível de subsistência dos trabalhadores, exista uma margem por que valha a pena lutar. A transição de uma fase pacífica para uma fase predatória depende portanto do desenvolvimento de conhecimentos técnicos e de melhoria no uso de instrumentos. A cultura predatória é também impraticável, nos tempos primitivos, enquanto não se desenvolvem as armas do grupo ao ponto de tornarem o homem um animal temível. No início, o desenvolvimento de instrumentos e armas constitui o mesmo fato sob dois diferentes pontos de vista.

Deve-se caracterizar como pacífica a vida de um determinado grupo enquanto o combate habitual não se impôs no pensamento dos homens, como traço dominante da vida humana. Evidentemente um determinado grupo pode não adotar integralmente uma atitude predatória; na medida em que a adote, serão o seu esquema de vida e as suas normas de conduta regulados pelo ânimo predatório. A fase cultural predatória, dêsse modo, se firma gradualmente, pelo crescimento cumulativo de aptidões, hábitos e tradições predatórios; tal crescimento se deve a uma mudança na vida do grupo, de circunstâncias tendentes a desenvolver e conservar os traços da natureza humana e as tradições e normas de conduta que favorecem a vida predatória de preferência à vida pacífica.

As razões para a hipótese de que existiu realmente um tal estágio pacífico da cultura primitiva são em grande parte de natureza psicológica e não etnológica; não podem ser aqui discutidas em detalhe. Num capítulo posterior, serão elas mencionadas, ao se discutir a sobrevivência, na cultura moderna, de traços arcaicos da natureza humana.

Capítulo II

Emulação pecuniária

NO CURSO DA EVOLUÇÃO CULTURAL, o aparecimento de uma classe ociosa coincide com o início da propriedade. É uma coincidência necessária porque as duas instituições resultam do mesmo conjunto de forças econômicas. Na fase inicial do seu desenvolvimento, as duas são somente aspectos diferentes dos mesmos fatos gerais de estrutura social.

Tanto o ócio como a propriedade são elementos da estrutura social, são fatos convencionais; e como tais nos interessam no momento. O abandono habitual do trabalho não constitui uma classe ociosa; — tampouco o fato mecânico do uso e consumo constitui a propriedade. Este estudo, portanto, não tem por objeto os primórdios da indolência, nem o aparecimento da apropriação de artigos úteis para o consumo individual. O seu objeto é a origem e a natureza de uma classe ociosa convencional, de um lado, e, de outro, o início da propriedade individual, como um direito convencional ou um apêlo a seu reconhecimento.

A primitiva diferença, da qual se originou a divisão em uma classe ociosa e uma classe trabalhadora,

é a distinção entre trabalho feminino e trabalho masculino, existente nos primeiros estágios do barbarismo. Do mesmo modo, a forma mais primitiva da propriedade é a propriedade que têm os homens capazes sobre as mulheres. Em termos mais gerais, e com maior relevância para a teoria de vida do homem bárbaro, pode-se dizer que se trata de propriedade da mulher pelo homem.

Sem dúvida, antes que surgisse o costume da apropriação de mulheres, existia já alguma apropriação de artigos úteis. É o que nos demonstram os usos das comunidades arcaicas hoje existentes, nas quais não existe a propriedade de mulheres. Em tôdas as comunidades, os seus membros, tanto homens como mulheres, se apropriam habitualmente de certo número de coisas para o seu uso individual; não existe, todavia, quanto a tais coisas, da parte de quem as apropria e consome, o sentido de propriedade. Ocorre habitualmente tal apropriação e consumo de pequenos objetos pessoais sem que surja a questão de propriedade; ou, em outras palavras, sem que surja a questão de um direito convencional sobre coisas alheias.

Nos estágios mais baixos do barbarismo, a propriedade de mulheres começa aparentemente com a apropriação de mulheres cativas. Tal apropriação violenta tem a sua razão inicial aparentemente na sua utilidade como troféus. O costume de tomar violentamente as mulheres do inimigo, como troféus, resultou numa forma de casamento-propriedade, com a formação de uma estrutura familiar sob chefia de um homem. Estendeu-se depois a escravidão a outros cativos e dependentes, além de mulheres, desenvolvendo-se afinal o casamento-propriedade a outras mulheres além das tomadas ao inimigo. A consequência da emulação, nas circunstâncias de vida predatória, foi, portanto, de um lado uma forma de casamento, fundada na coerção, e de outro o costume da propriedade. Não é possível dis-

tinguir as duas instituições na fase inicial do seu desenvolvimento; as duas são conseqüência do desejo dos homens de obter sucesso e de ressaltar a sua proeza exibindo o resultado patente de suas atividades. As duas são também conseqüência da inclinação de domínio de que estão imbuídas tôdas as comunidades predatórias. O conceito de propriedade se estende da propriedade de mulheres para incluir a propriedade dos produtos de sua indústria, resultando daí a propriedade das coisas além da propriedade de pessoas.

Dêste modo se instala gradualmente o sistema de propriedade sobre bens; e embora, nos últimos estágios de desenvolvimento, o elemento mais patente do valor das coisas seja a sua utilidade de consumo, a riqueza de modo algum perdeu ainda a sua utilidade como prova honorífica da prepotência do dono.

Onde quer que se encontre a instituição da propriedade privada, mesmo sob forma muito embrionária, o processo econômico tem o caráter de uma luta entre os homens pela posse de bens. Na teoria econômica, especialmente no caso de economistas que se ligam mais fortemente às doutrinas clássicas sob forma moderna, é costume interpretar esta luta pela riqueza como sendo substancialmente uma luta pela subsistência. Sem dúvida nenhuma é êsse em grande parte o seu caráter durante as primeiras e menos eficientes fases da indústria. É o seu caráter também em todos os casos em que "a parcimônia da natureza" é de tal modo estrita que a comunidade obtém resultado pelo seu esforço enérgico e persistente para conseguir os meios de subsistência. Entretanto, tôdas as comunidades progressistas ultrapassam logo êste primitivo estágio de desenvolvimento técnico. Muito cedo cresce a eficiência industrial, de modo que tem a comunidade bem mais que o estritamente necessário para a subsistência dos que se ocupam no processo industrial. É freqüente, na teoria econômica, falar-se então numa

luta ulterior pela riqueza, nesta nova base industrial, como sendo competição pelo aumento dos confortos da vida, principalmente pelo aumento dos confortos físicos que o consumo de bens proporciona.

Normalmente se afirma que o fim da aquisição e da acumulação de bens é o seu próprio consumo, seja êle consumo direto pelo dono de tais bens, seja consumo pelo seu estabelecimento doméstico, que neste caso em teoria com êle se identifica. Tem-se êste fim como sendo pelo menos o fim economicamente legítimo da aquisição; e é isto tudo que cabe à teoria econômica explicar. Naturalmente pode-se conceber êsse consumo como um atendimento tanto das necessidades físicas do consumidor, isto é, seu conforto material como de suas necessidades mais elevadas, espirituais, estéticas, intelectuais, ou outras, sejam quais forem; esta última classe de necessidades seria atendida indiretamente pelo consumo de bens, segundo a maneira que é familiar aos leitores de obras econômicas.

O consumo de bens não pode porém ser tido como o incentivo que leva invariavelmente à acumulação, exceto quando tomado num sentido muito afastado de sua significação primitiva. O motivo que está na base da propriedade é a emulação; e êsse mesmo motivo continua ativo no desenvolvimento posterior tanto da própria instituição a que deu causa como daqueles traços da estrutura social a que se liga esta instituição da propriedade. A posse da riqueza confere honra; é uma distinção injusta. Esta afirmação, de tal modo convincente, não pode ser feita quanto ao consumo de bens, nem quanto a qualquer outro incentivo para a sua aquisição; especialmente, ela não pode ser feita quanto a qualquer incentivo para a acumulação da riqueza.

Não se deve esquecer naturalmente que, numa comunidade em que praticamente todos os bens são de propriedade privada, a necessidade de ganhar a vida é um incentivo poderoso e onipresente para os seus

membros mais pobres. A necessidade de subsistência e de aumento de conforto físico pode, durante algum tempo, para as classes habitualmente empregadas no trabalho manual, cuja subsistência é precária, que têm pouco e pouco acumulam ordinariamente, constituir o motivo dominante de aquisição; ver-se-á, entretanto, com o desenvolvimento desta discussão, que mesmo no caso destas classes pobres, a predominância do motivo de necessidades materiais não é tão forte como algumas vezes se supôs. De outro lado, no tocante aos membros e classes da comunidade que se ocupam principalmente com a acumulação da riqueza, o incentivo de subsistência ou de conforto físico nunca atua de modo considerável. A propriedade surgiu e se tornou uma instituição humana sem relação com o mínimo de subsistência. O incentivo dominante desde o início foi a distinção odiosa ligada à riqueza; exceto temporária e excepcionalmente, nenhum outro motivo se lhe sobrepôs em qualquer estágio posterior de desenvolvimento.

A propriedade foi inicialmente prêsca conseguida como troféu numa surtida armada. Enquanto o grupo manteve de certo modo a sua primitiva organização comunal ou enquanto continuou em estreito contato com outros grupos hostis, a propriedade de coisas ou pessoas era útil principalmente pela comparação odiosa que se estabelecia entre o seu possuidor e o inimigo de que êle as tomara. Parece ter sido um desenvolvimento posterior o hábito de distinguir entre os interesses do indivíduo e os do grupo a que êle pertence. Desde o início, sem dúvida, se estabeleceu a comparação odiosa entre o possuidor da prêsca honorífica e os seus mais infelizes companheiros de grupo; a comparação se prendia em parte à utilidade da coisa apreendida, embora êste não fôsse de início o seu traço mais valioso. A proeza de um homem era tida principalmente como proeza de todo o grupo; o possuidor da prêsca se sentia essencialmente como o guardião da

honra de seu grupo. Esta concepção comunal da façanha individual se encontra também em estágios posteriores da evolução social, especialmente quanto às glórias guerreiras.

Todavia, assim que começa a tomar consistência o costume da propriedade individual, começa também a mudar o ponto de vista que preside à comparação odiosa na qual ela se baseia. Na verdade a segunda mudança é simplesmente um reflexo da primeira. A fase inicial da propriedade, a fase de aquisição por simples apreensão e apropriação, passa à fase subsequente de uma organização industrial incipiente, fundada na propriedade privada de escravos; a horda se desenvolve numa comunidade industrial mais ou menos auto-suficiente em que a posse de bens assume valor, não tanto como prova de sucesso guerreiro, mas principalmente como prova da prepotência do possuidor sobre os outros indivíduos da comunidade. A comparação odiosa é agora principalmente uma comparação entre o proprietário e os outros membros do grupo. A propriedade tem ainda o caráter de troféu; com o avanço cultural, entretanto, ela se torna mais e mais a prova de sucesso numa competição pela propriedade entre os membros do grupo, sob as normas quase-pacíficas da vida nômade.

Gradualmente, a atividade industrial se sobrepõe à atividade predatória na vida diária da comunidade e nos hábitos de pensamento dos homens; à medida que isso acontece a acumulação de bens toma cada vez mais o lugar de troféus obtidos em façanhas predatórias, como o índice convencional de prepotência e de sucesso. Dêste modo, com o crescimento de uma indústria normal, a posse da riqueza se torna relativamente mais importante e mais eficaz como a base costumeira de estima e reputação. Não quer isto dizer que não se obtenha estima por meio de outros sinais de proeza, mais diretos; nem que o sucesso na agressão predatória ou na façanha guerreira cesse de ter a aprovação e a

admiração da multidão, ou cesse de suscitar a inveja dos concorrentes menos felizes. Quer dizer simplesmente que as oportunidades de distinção por meio da direta manifestação de força superior são cada vez menos possíveis e freqüentes. Ao mesmo tempo, crescem em número e possibilidade as oportunidades para agressão industrial e para a acumulação de propriedade pelos métodos quase-pacíficos da indústria nômade. E o que é mais relevante ainda, neste ponto, é que a propriedade se torna agora a prova mais evidente de um grau honorífico de sucesso como coisa distinta de realização heróica ou notável. A propriedade se torna portanto a base convencional da estima social. Nenhuma posição honrosa na comunidade é possível sem ela. Torna-se indispensável adquirir e acumular propriedade a fim de conservar o próprio bom nome. Logo que a posse de muitos bens se torna assim a marca de eficiência pessoal, a posse da riqueza assume a seguir o caráter de uma base independente e definitiva de estima dos outros. Os bens materiais, sejam êles adquiridos agressivamente por esforço próprio, sejam êles adquiridos passivamente por herança de outros, tornam-se a base convencional da honorabilidade. A riqueza, no início valiosa, simplesmente como prova de eficiência, se torna no entendimento popular um ato meritório por si mesmo. A riqueza é agora coisa honrosa intrinsecamente; confere honra ao seu possuidor. Através de um nôvo refinamento, a riqueza adquirida passivamente por transmissão de antepassados ou de outros antecessores se torna logo ainda mais honrosa do que a riqueza adquirida por esforço próprio; êste desenvolvimento está contudo num estágio posterior, na evolução da cultura pecuniária, e dêle falar-se-á no seu devido tempo.

A proeza e a façanha podem ainda continuar como base da mais alta estima popular, embora a riqueza se tenha tornado a base normal da honorabilidade e de uma posição social impecável. Nos hábitos

de pensamento dos povos que passaram pela disciplina de uma longa cultura predatória, o instinto predatório e a conseqüente aprovação popular de eficiência predatória continuam profundamente enraizados. Segundo o veredicto popular, as mais altas honras a que um homem pode aspirar continuam sendo o prêmio de uma extraordinária eficiência predatória na guerra ou de uma quase-predatória eficiência de estadista; mas no que toca à posição normal e decente na comunidade, êstes meios cederam lugar à aquisição e acumulação de bens materiais. Aos olhos da comunidade os homens de prestígio precisam ter atingido um certo padrão convencional de riqueza, embora tal padrão seja de certo modo indefinido; do mesmo modo, no anterior estágio predatório, era necessário que o homem bárbaro atingisse um certo padrão de resistência física, da astúcia e de habilidade nas armas. Num caso, um certo padrão de riqueza, no outro, um certo padrão de proeza são as condições de honorabilidade; e tudo o que excede êste padrão normal é meritório.

Os membros da comunidade que não atingem êste padrão de proeza ou de riqueza, indefinidos embora, sofrem na estima de seus companheiros; conseqüentemente sofrem também na sua própria estima, já que a base usual da própria estima é o respeito dos outros. Sòmente os indivíduos de temperamento excepcional conseguem, diante da desaprovação da comunidade, conservar em última análise a própria estima. Aparentemente, existem exceções a esta regra, especialmente entre pessoas de fortes convicções religiosas; mas estas exceções aparentes não se podem considerar como exceções reais, porque tais pessoas se apóiam usualmente na aprovação presumível de alguma testemunha sobrenatural de suas ações.

Assim, logo que a propriedade se torna a base de estima popular, torna-se ela também um requisito daquela complacência que se chama respeito próprio. Nas comunidades em que a propriedade dos bens é

particular, tem o indivíduo, para a sua própria paz de espírito, de possuir tanto quanto os outros de sua classe; e é extremamente agradável possuir alguma coisa mais do que os outros. Nem bem, todavia, adquire o indivíduo maior riqueza e com ela se acostuma, o seu novo padrão cessa de lhe dar maior satisfação que o padrão anterior. De qualquer modo, a tendência é constante para fazer de cada padrão pecuniário o ponto de partida para um novo aumento de riqueza; o novo padrão, por sua vez, produz um novo critério de suficiência e uma nova classificação pecuniária em relação aos vizinhos. Relativamente à questão ora discutida, o fim da acumulação de riquezas é sempre uma autoclassificação do indivíduo em comparação com o resto da comunidade no tocante à força pecuniária. O indivíduo normal, enquanto tal comparação lhe é distintamente desfavorável, vive cronicamente descontente com a própria situação; e logo que êle atinge o que pode chamar o padrão pecuniário médio da comunidade ou de sua classe na comunidade, aquêle descontentamento crônico se transforma num esforço impaciente para se distanciar cada vez mais de tal padrão. A comparação odiosa entre os indivíduos nunca se torna tão favorável a um dêles, que êste se descuide de tentar colocar-se ainda mais alto relativamente a seus concorrentes na luta pela honorabilidade pecuniária.

Pela sua própria natureza, o desejo de riqueza nunca se extingue em indivíduo algum; e evidentemente está fora de questão uma saciedade do desejo geral ou médio de riqueza. Nenhum aumento geral de riqueza na comunidade, por mais geral, igual ou "justa" que seja a sua distribuição, levará mesmo de longe ao estancamento das necessidades individuais, porque o fundamento de tais necessidades é o desejo de cada um de sobrepujar todos os outros na acumulação de bens. Admitem alguns que o incentivo à acumulação está na

necessidade de subsistência ou de conforto físico; se êsse fôsse o caso, poder-se-ia conceber que as necessidades econômicas conjuntas da comunidade se satisfizessem num ponto qualquer de progresso na eficiência industrial. A luta é contudo essencialmente uma luta por honorabilidade fundada numa odiosa comparação de prestígio entre os indivíduos; assim sendo, é impossível uma realização definitiva.

O que se acabou de dizer não significa que não existem outros incentivos para a aquisição e a acumulação de riqueza, além dêste desejo de sobrepujar os outros, em posição pecuniária, e dêsse modo ganhar a sua estima e inveja. O desejo de maior conforto e segurança está presente como motivo da ação individual em cada estágio do processo de acumulação, numa moderna comunidade industrial, embora o padrão de suficiência, relativamente a conforto e segurança, seja por sua vez grandemente influenciado pelo hábito de emulação pecuniária. Em grande parte esta emulação molda os métodos e seleciona os modos que o indivíduo escolhe na busca de conforto pessoal e vida decente.

Além disto, também o poder que a riqueza dá constitui um motivo para a acumulação. Tem o homem inclinação definida para a atividade teleológica, repugnando-lhe todo esforço fútil; estas qualidades, que tem o homem em virtude de seu caráter de agente, não o abandonam quando êle sai da simples cultura comunal, em que a nota de vida dominante é a solidariedade, instintiva e indiferenciada, do indivíduo com o grupo a que se liga. Quando êle entra numa fase predatória, em que o egoísmo, num sentido mais estrito, se torna a nota dominante, conserva êle aquela sua inclinação, como traço essencial que molda o seu esquema de vida. A propensão para atingir alvos determinados e a repugnância por atividade fútil continuam sendo os motivos econômicos fundamentais. A propensão muda somente quanto à sua forma de expressão e quanto aos objetivos próximos da sua atividade. Sob o regime da

propriedade individual, o meio mais fácil de realizar qualquer objetivo é a aquisição e acumulação de bens materiais; e à medida que a antítese relativa à auto-estimativa entre homem e homem se torna mais consciente, a vontade de realização — o instinto de artesanato — tende mais e mais a tomar a forma de um esforço para sobrepujar os outros em realização pecuniária. O sucesso relativo, medido pela odiosa comparação pecuniária com outros, se torna o fim convencional da ação humana. O fim legítimo e normalmente aceito de todo esforço passa a ser a consecução de uma comparação favorável com outros homens; a repugnância pela futilidade em grande parte, portanto, coincide com o incentivo da emulação. Tal repugnância acentua a luta pela honorabilidade pecuniária, punindo com uma desaprovação mais incisiva tôdas as falhas e todos os sinais de falhas no tocante ao sucesso pecuniário. Esforço deliberado passa a significar, essencialmente, esforço dirigido para um resultado mais favorável relativamente à acumulação de riqueza. Entre os motivos que levam os homens a acumular riqueza, avulta portanto como o primeiro dêles, tanto em intensidade como em amplitude, o motivo de emulação pecuniária.

Ao usar a expressão "invejosa" é talvez desnecessário notar que nenhuma intenção existe de elogiar ou depreciar, nem de recomendar ou lastimar, qualquer dos fenômenos por ela caracterizados. Usa-se aqui o termo num sentido técnico para descrever a comparação entre os indivíduos, classificando-os e estimando-os no tocante ao seu valor relativo, num sentido estético ou moral; o termo é usado para designar ou graus relativos de complacência segundo os quais os homens podem legitimamente ser vistos por êles mesmos e por outros. Uma comparação odiosa é o processo de estimativa das pessoas relativamente ao seu valor.

Capítulo III

Ócio conspícuo

O EFEITO IMEDIATO DA LUTA PECUNIÁRIA, que se acabou de descrever em suas linhas gerais, seria o de tornar os homens laboriosos e frugais, se não intervissem outras forças econômicas ou outros elementos do processo de emulação. Na verdade, é o que acontece em parte com as classes inferiores, cujo meio normal de adquirir bens é o trabalho produtivo. Isto é mais especialmente verdade quanto às classes trabalhadoras nas comunidades sedentárias do estágio agrícola, nas quais existe considerável subdivisão da propriedade e cujas leis e costumes garantem a tais classes uma parte mais ou menos definida do produto de seu labor. Estas classes inferiores não podem evitar o trabalho; assim sendo, o fato de trabalharem não parece muito vergonhoso, pelo menos entre essas próprias classes. Pelo contrário: sendo o trabalho o seu modo de vida reconhecido e aceito, os indivíduos se orgulham da eficiência no trabalho por ser esta a única maneira de emulação que lhes é permitida. Para os indivíduos aos quais é impossível adquirir bens e competir apenas no campo da eficiência produtiva e da poupança, a luta pela honora-

bilidade pecuniária resulta de certo modo num aumento de diligência e de parcimônia. Contudo, certos traços secundários do processo de emulação, de que não se tratou ainda, intervêm, circunscrevendo e modificando substancialmente a emulação, levando-a a outras direções, tanto entre as classes pecuniariamente inferiores como na classe superior.

Comporta-se diferentemente a classe pecuniária superior, que é a preocupação principal d'êste estudo. Também para ela não está ausente o incentivo para a diligência e a poupança; mas a sua ação é de tal modo modificada pelas exigências secundárias da emulação pecuniária que tôda tendência nessa direção é praticamente cancelada, tendendo a não ter qualquer efeito o incentivo para a diligência. A mais forte das exigências secundárias da emulação, que é igualmente a de mais amplo alcance, é o requisito de abstenção de qualquer trabalho produtivo. Isto é verdade especialmente no estágio bárbaro da cultura. Na cultura predatória, o trabalho se associa nos hábitos de pensamento dos homens à fraqueza e à sujeição a um senhor. Ele é portanto marca de inferioridade, sendo considerado indigno do homem na sua plena capacidade. Em virtude desta tradição sente-se o trabalho como humilhante; a tradição perdura ainda. Com o progresso da diferenciação social, ela adquiriu a força axiomática que lhe confere a sua longa duração e a sua incontestada vigência.

Para obter e conservar a consideração alheia não é bastante que o homem tenha simplesmente riqueza ou poder. É preciso que êle patenteie tal riqueza ou poder aos olhos de todos, porque sem prova patente não lhe dão os outros tal consideração. Não só serve a prova de riqueza para acentuar a importância do indivíduo aos olhos dos outros, conservando sempre vivo e atento o sentido que têm dela, como também tal prova é igualmente útil na criação e preservação da satisfação própria. Em todos os estágios de cultura, exceto nos mais baixos, o homem normal encontra

confôrto e apoio para sua própria estima no fato de viver em "ambiente decente" sem necessidade de "trabalhos servis". Sempre que forçado a abandonar o seu padrão habitual de vida decente, tanto no que toca aos aspectos materiais de sua vida como no que concerne à espécie ou à quantidade de sua atividade diária, êle sente diminuída a sua dignidade humana, mesmo independentemente de qualquer consideração consciente da aprovação ou desaprovação de seus companheiros.

Mesmo hoje, persiste com muita de sua antiga força a distinção teórica arcaica entre o que é vil e o que é honorífico no modo de viver do homem. Sinal evidente d'êste fato é a repugnância instintiva pelas formas mais vulgares do trabalho que sentem, com raríssimas exceções, os membros das classes mais altas. Têm os homens ainda hoje um sentido ritualístico de imundícia ligado de modo fortíssimo às ocupações que, nos nossos hábitos de pensamento, têm que ver com trabalhos vis. Sentem tôdas as pessoas de gosto refinado que uma certa contaminação espiritual é inseparável das tarefas convencionalmente exigidas de servos. Condenam-se sem hesitação os ambientes vulgares, as casas ruins, como tal entendidas as casas baratas, e as ocupações produtivas corriqueiras, porque são incompatíveis com uma vida satisfatória num plano espiritual, com uma vida "mental elevada". Desde os tempos dos filósofos gregos até hoje, reconheceram os homens ponderados, como requisito de uma vida digna, bela ou mesmo virtuosa, que é preciso ter um certo ócio e estar livre de contato com certos processos industriais ligados às necessidades quotidianas da vida humana. A vida ociosa, por si mesma e nas conseqüências, é linda e nobre aos olhos de todos os homens civilizados.

Sem dúvida, em grande parte, êste valor direto e subjetivo do ócio e dos outros sinais de riqueza é secundário e derivado. É em parte um reflexo da utilidade do ócio como um meio para obter o respeito dos

outros e, em parte também o resultado de um processo mental de substituição. O trabalho sempre foi aceito como o sinal convencional de força inferior e, por isso, considerado, por um processo mental de abreviação, como intrinsecamente vil.

Durante o estágio predatório, pròpriamente dito, e especialmente durante os primeiros estágios do desenvolvimento quase-pacífico da indústria, que segue o estágio predatório, uma vida ociosa é o mais simples e mais patente modo de demonstrar força pecuniária e conseqüentemente força superior; a condição essencial é que o homem ocioso possa viver sem dificuldade no confôrto. Nêste estágio, a riqueza consiste principalmente de escravos; os benefícios que traz a posse de riqueza e de poder assume a forma principal de serviços pessoais e das vantagens imediatas de tais serviços. Conseqüentemente, a desnecessidade conspícua de trabalhar se torna a marca convencional de uma superior realização pecuniária e o índice aceito de respeitabilidade; de outro lado, torna-se o trabalho inconsistente com uma posição respeitável na comunidade, já que o trabalho produtivo é a marca de pobreza e de sujeição. Os hábitos de poupança e de atividade não se acentuam, portanto, com uma emulação pecuniária prevalecente. Ao contrário, esta espécie de emulação desencoraja indiretamente a participação no trabalho produtivo. Era inevitável que o trabalho se tornasse desonroso, como uma prova de pobreza, mesmo que não fosse já considerado indecoroso sob a antiga tradição vinda de um estágio cultural mais primitivo. Na antiga tradição da cultura predatória, é preciso evitar o esforço produtivo como indigno dos homens capazes, e esta tradição não se perde, antes se reforça, com a passagem de uma vida predatória para uma vida quase-pacífica.

A instituição da classe ociosa, mesmo que não tivesse surgido juntamente com a propriedade individual, por força da desonra ligada às tarefas produtivas, teria sido de qualquer modo uma das primeiras con-

seqüências da propriedade. É preciso notar que, embora tivesse existido em teoria desde o início da cultura predatória, a classe ociosa assume nova e mais completa significação com a transição de um estágio predatório para o seguinte estágio pecuniário. Desde então é ela uma "classe ociosa" não somente em teoria mas também de fato. Dêsse momento data a instituição da classe ociosa na sua forma consumada.

Durante o estágio predatório, pròpriamente dito, a distinção entre a classe ociosa e a classe trabalhadora é, de certo modo, uma distinção apenas de cerimonial. Os homens capazes se recusam rigorosamente a participar de qualquer trabalho que, no seu entender, constitua tarefa enfadonha e vil; mas o seu trabalho, na realidade, contribui de modo apreciável para o sustento do grupo. O estágio subsequente de atividade quase-pacífica se caracteriza usualmente pelo estabelecimento da escravidão, pela manutenção de rebanhos e pela existência de uma classe servil de guardas e pastôres; já então a indústria avançou de tal modo que a comunidade não mais depende, para o seu sustento, da caça ou de qualquer outra forma de atividade que se possa com justiça denominar de façanha. Desde êsse momento o traço característico da classe ociosa é a isenção conspícua de todo trabalho útil.

As ocupações normais e características da classe, nesta fase madura de sua evolução, são formalmente quase as mesmas que eram nos primeiros tempos. São elas o govêrno, a guerra, o esporte, e as atividades do ritual. É claramente possível, como fazem os que gostam de difíceis distinções teóricas, afirmar que tais ocupações são ainda incidentalmente e de modo indireto "produtivas"; mas note-se, e êste ponto é decisivo, que o motivo usual e ostensivo da classe ociosa, em tais ocupações, não é evidentemente aumentar a riqueza por esforço produtivo. Tanto neste como em qualquer outro estágio cultural, o govêrno e a guerra têm por alvo, sem dúvida, pelo menos em parte, o ganho

pecuniário dos que exercem tais atividades; mas tal ganho é obtido pelo método honroso de apreensão e apropriação. Estas ocupações são de natureza predatória e não produtivas. Uma observação paralela pode ser feita relativamente à caça, mas com uma diferença. Ao sair a comunidade do estágio da caça, propriamente dito, esta se diferencia gradualmente em duas atividades distintas. De um lado ela é uma atividade produtiva, exercida principalmente pela vantagem do ganho; de tal atividade está virtualmente ausente o elemento de façanha, ou pelo menos não está presente de modo suficientemente claro para livrá-la da imputação de indústria lucrativa. De outro lado, a caça é também um esporte, um exercício puro e simples do impulso predatório. Como tal não obedece ela a qualquer incentivo sensivelmente pecuniário, contendo ao contrário um elemento mais ou menos evidente de façanha. Somente este último aspecto da caça, isento já de qualquer imputação de atividade servil, é meritório e se enquadra no esquema de vida da classe ociosa no seu pleno desenvolvimento.

A desnecessidade de trabalhar não só é um ato honorífico e meritório; passa bem logo a constituir um requisito de decência. Durante os primeiros tempos da acumulação de riqueza, a insistência sobre a propriedade, como base de respeitabilidade, é extremamente ingênua e imperiosa. Essa desnecessidade de trabalhar é a prova convencional da riqueza, sendo portanto a marca convencional de posição social; e essa insistência sobre o mérito da riqueza leva a uma insistência sobre o ócio. *Nota notae est nota rei ipsius*. Segundo as leis da natureza humana, já reconhecidas, esta norma se apodera da prova convencional de riqueza e fixa-a, com o tempo, nos hábitos de pensamento dos homens como sendo algo de essencialmente meritório e nobre, ao passo que, ao mesmo tempo, por um processo semelhante, o trabalho produtivo se torna intrinsecamente indigno, num duplo sentido. A norma termina por tornar indigno

o trabalho aos olhos da comunidade e também moralmente impossível para os homens nobres e livres; torna-se incompatível com uma vida digna.

Este tabu que pesa sobre o trabalho tem uma outra conseqüência no tocante à diferenciação industrial das classes. A medida que se torna mais densa a população e o grupo predatório se transforma numa comunidade industrial permanente, as autoridades constituídas e as normas que regulam a propriedade ganham em âmbito e consistência. Torna-se então impraticável obter riqueza por meio de simples apreensão; de outro lado, por coerência lógica, a aquisição de riqueza pela indústria é igualmente impossível para os homens de espírito elevado e pobres. A única alternativa que têm então é a privação ou a mendicância. Assim, sempre que a tendência para o ócio conspícuo encontra campo propício ao seu pleno desenvolvimento, surge uma classe ociosa secundária e num certo sentido espúria, uma classe desprezível e pobre que vive precariamente em desconforto e pobreza e que é moralmente incapaz de se ocupar de atividades lucrativas. O gentil-homem e a senhora empobrecidos são ainda hoje fenômenos familiares. Este sentimento intenso da indignidade do mais leve trabalho manual é familiar a todos os povos civilizados, e não só aos povos de cultura pecuniária menos avançada. No caso de pessoas de sensibilidade delicada, por muito tempo habituadas à vida opulenta, este sentimento de que o trabalho é vergonhoso pode se tornar tão forte que prevalecerá até mesmo contra o próprio instinto de preservação. Conta-se assim de certos chefes polinésios que, presos a uma etiqueta estrita, preferiam morrer de inanição a levar à boca o alimento com as suas próprias mãos. É verdade que a razão de tal procedimento pode ter sido, pelo menos em parte, o sentimento de tabu ligado à pessoa do chefe ou de sua excessiva santidade. O contato de suas mãos comunicaria o tabu, tornando tudo que êle tocasse impróprio para alimento humano. O próprio tabu, é to-

davia derivado da indignidade ou da incompatibilidade moral do trabalho; portanto, mesmo entendida d'êste modo, a conduta dos chefes polinésios se conforma mais estreitamente com a norma do ócio honorífico do que poderia à primeira vista parecer. Um melhor exemplo, ou pelo menos um exemplo mais inconfundível, tem-se num certo rei da França que, segundo dizem, perdeu a vida por demonstrar um excesso de fortaleza moral na observância da etiquêta. Na ausência do funcionário encarregado de afastar a cadeira real, o rei permaneceu perto da lareira deixando sem se queixar que a sua real pessoa se queimasse irremediavelmente. Mas pelo menos não permitiu que a Sua Majestade Cristianíssima se contaminasse com uma tarefa servil.

*Summum crede nefas animam praeferre pudori,
Et propter vitam vivendi perdere causas.*

Já se notou que o t'ermo "ócio", na conotação que tem neste estudo, não implica indolência ou quiescência. Significa simplesmente tempo gasto em atividade não-produtiva. Gasta-se o tempo de modo não produtivo primeiramente, por um sentimento da indignidade do trabalho produtivo e, em segundo lugar, para demonstrar a capacidade pecuniária de viver uma vida inativa. O homem ocioso não passa todo o seu tempo diante dos olhos dos outros, a fim de regalá-los com o espetáculo do ócio honorífico que, segundo o esquema ideal, constitui a sua vida. Parte do seu tempo gasta-o êle forçosamente longe dos olhos do público; tem por amor ao seu bom nome, de prestar contas convincentes de sua utilização d'êste tempo disponível privado. Tem de encontrar um meio de mostrar a todos que passa no ócio também tais horas gastas longe de espectadores. Isto só pode êle fazer indiretamente, mostrando algum resultado tangível e duradouro do seu ócio; isto é, só pode fazê-lo como fazem os artesãos e servos que êle

emprega, exibindo os produtos tangíveis e permanentes de seu trabalho.

No caso do trabalho produtivo, a sua prova duradoura é o produto material, usualmente um artigo de consumo. No caso da façanha é também possível e usual obter um resultado tangível que sirva para exhibir como troféu ou despôjo. Numa fase posterior de desenvolvimento, entram em uso as medalhas ou insígnias que servem de marcas convencionais de proeza e que indicam ao mesmo tempo a quantidade ou o grau das façanhas que simbolizam. À medida que aumenta a densidade da população e as relações humanas se tornam mais numerosas e complexas, todos os detalhes da vida sofrem um processo de elaboração e seleção; e neste processo de elaboração, o uso de troféus se desenvolve num sistema de posições, títulos, graus e insígnias, no qual os exemplos típicos são os emblemas heráldicos, as medalhas e as condecorações honoríficas.

Do ponto de vista econômico, o ócio, considerado como uma atividade, está estreitamente ligado à vida de façanhas; e as realizações, que caracterizam a vida ociosa e que são os seus critérios de decôro têm muito em comum com os troféus de façanha. Porém, o ócio no seu sentido estrito, como coisa distinta da façanha e de todo esforço ostensivamente produtivo de objetos sem uso intrínseco, não resulta usualmente num produto material. A prova de ócio no passado toma comumente, portanto, a forma de bens "imateriais". Estas provas imateriais de ócio passado são talentos quase-eruditos ou quase-artísticos e um conhecimento de processos e incidentes que diretamente não trazem vantagem à vida humana. São dessa espécie, por exemplo, no nosso tempo, o conhecimento das línguas mortas e das ciências ocultas, da ortografia correta, da sintaxe e da prosódia, das várias formas de música doméstica e de outras artes do lar, dos últimos refinamentos do vestuário, da mobília e da equipagem, de jogos, esportes e ani-

mais de raça como cães e cavalos de corrida. Em todos estes ramos do conhecimento, o motivo inicial de sua aquisição e de sua voga pode ter sido algo de muito distanciado do desejo de demonstrar que não se perdeu tempo em atividade industrial. Todavia, se tais talentos não tivessem sido aceitos como prova de atividade improdutiva, êles não teriam sobrevivido sob a forma de talentos convencionais da classe ociosa.

Êstes talentos, num certo sentido, se podem classificar como formas de erudição. Além dêles existe paralelamente uma outra classe de fatos sociais que se distingue da erudição, tendo mais o caráter de hábito físico e de destreza. Trata-se do campo geral das maneiras e da educação, da polidez e do decôro e geralmente de normas de cerimonial. Esta classe de fatos é ainda mais imediata e ostensivamente observável por todos; daí terem êsses fatos, em tôda parte, tão grande valor como prova de uma respeitável parcela de ócio. Vale a pena observar que todas essas observâncias cerimoniais, que se denominam genêricamente de boas maneiras, têm maior importância como signo de prestígio nos estágios de cultura em que o ócio conspícuo está mais em voga como marca de respeitabilidade, do que nos estágios seguintes de desenvolvimento cultural. O bárbaro, no estágio quase-pacífico do desenvolvimento industrial, é notoriamente um gentil-homem de extremo refinamento, no que toca ao decôro, superior mesmo aos homens de épocas mais avançadas, exceto os realmente excepcionais. Na realidade, como todos sabem, ou pelo menos se afirma usualmente, as boas maneiras sofreram progressiva deterioração, à medida que a sociedade ultrapassou o estágio patriarcal. Segundo muitos gentis-homens da velha escola, nos seus momentos de irritação, as maneiras e o comportamento dos homens, nas modernas comunidades industriais, mesmo no seio das classes mais altas, são infelizmente ruins; a decadência do código de bom tom, nas classes especificamente industriais, isto é a vulgarização da vida, se tornou

uma das principais enormidades da civilização de nossos dias, aos olhos de todos que têm sensibilidade delicada. Essa decadência, que se verifica em todos os povos industriais, indica claramente, deixando de lado qualquer desejo de lastimar o fato, que o decôro é produto e sintoma da existência de uma classe ociosa e que somente se desenvolve plenamente num regime de status.

Não se deve buscar a origem, ou melhor a causa, do código de maneiras num esforço de alguns para, através de boas maneiras, mostrar que ocuparam muito de seu tempo na tarefa de adquiri-las. O fim próximo da inovação ou da elaboração de um novo comportamento foi sempre o seu maior valor de beleza ou de expressão. Em grande parte, como gostam de supor os antropólogos e os sociólogos, o código cerimonial de decôro se baseia, ao se iniciar e desenvolver, no desejo de obter a boa vontade dos outros ou de mostrar a própria benevolência; êste motivo inicial raramente ou quase nunca está ausente do comportamento de pessoas bem-educadas, em qualquer dos estágios avançados de desenvolvimento. Segundo dizem, a etiquêta é em parte elaboração do gesto e em parte é uma sobrevivência simbólica e convencional de atos anteriores de dominação, de serviço ou de contato pessoal. Em grande parte, a etiquêta exprime uma relação de status — uma pantomima simbólica de domínio, de um lado, e de subserviência, do outro. Atualmente, sempre que os hábitos mentais predatórios e as resultantes atitudes de domínio e de subserviência caracterizam o esquema vigente de vida, é também de extrema importância a observância estrita de um código de etiquêta; quando isso acontece o rigoroso cumprimento de tôdas as cerimônias relativas a títulos e posições se aproxima do ideal estabelecido pelo bárbaro da cultura nômade quase-pacífica. Tem-se nalguns países da Europa continental bons exemplos desta sobrevivência espiritual. Também, nessas comunidades, o ideal arcaico é ainda

seguido quanto à estima em que é tida a etiquêta como fato de valor intrínseco.

O decôro foi, no início, símbolo e pantomima; a sua única utilidade era demonstrar a existência dos fatos e qualidades que simbolizava. Bem logo, todavia, sofreu êle a transformação usual de todos os fatos simbólicos nas relações humanas. No entendimento popular, a etiquêta passou a ter uma utilidade intrínseca; adquiriu um caráter sacramental, independente em grande parte dos fatos que inicialmente indicava. Tornaram-se intrínsecamente odiosos para todos os homens os desvios do código de decôro; no sentimento quotidiano, a boa educação não é somente um sinal de excelência no homem, que resulta de um fato anterior, mas um traço integrante da dignidade da alma humana. Poucas coisas causam no homem moderno tal revolta instintiva como uma quebra de decôro; com tal força atribui-se utilidade intrínseca à obediência cerimonial das normas de etiquêta, que poucos, ou ninguém, consegue dissociar uma infração de etiquêta do sentimento de que o infrator é em si mesmo indigno. Perdoa-se uma deslealdade, não uma falta de etiquêta. "As boas maneiras fazem o homem".

Todavia, apesar de ter a etiquêta esta utilidade intrínseca, tanto no entender daqueles que a observam como no dos espectadores, êste sentimento da justeza intrínseca do decôro é somente o fundamento próximo de sua voga. O seu ulterior fundamento econômico deve ser buscado no caráter honorífico do ócio, no emprêgo não-produtivo de tempo e esforço, sem o que não se adquirem boas maneiras. O conhecimento e o hábito das normas da boa educação só se ganham com o uso continuado. Os gostos refinados, as boas maneiras e os hábitos requintados de vida são sinal útil de bom nascimento, porque a boa educação requer tempo, esforço e dinheiro, estando fora do alcance dos que têm todo o seu tempo e energia ocupados com o trabalho. O conhecimento das normas da boa educação

é sinal ostensivo de que o indivíduo, enquanto está longe da observação dos outros, se ocupa em adquirir talentos de nenhum valor lucrativo. Em última análise, o valor das boas maneiras está no fato de que são prova de uma vida de ócio. Dêste modo, já que o ócio é o meio convencional conducente à respeitabilidade pecuniária, adquirir uma certa dose de decôro é essencial a todos quantos aspiram a qualquer posição pecuniária.

Na vida ociosa, a parte de tempo gasta longe de espectadores só contribui para a respeitabilidade do indivíduo quando produz um resultado concreto e visível, capaz de ser apresentado como prova de ócio, medido e comparado com produtos semelhantes apresentados por outros aspirantes à respeitabilidade. Isso sempre acontece, com relação a boas maneiras e atitudes, com a simples abstenção constante de qualquer atividade produtiva, mesmo quando o indivíduo não se esforça conscientemente para adquirir a aparência de domínio e de opulência ociosa. Mais especialmente, parece ser verdade que a vida ociosa, numa família, por várias gerações, produz nos seus componentes um efeito definido, passível de verificação na conformação individual e ainda mais no comportamento e nas atitudes habituais. Todavia, tôdas as vantagens de uma vida ociosa de várias gerações e todo o decôro adquirido por longo hábito podem ainda ser melhorados por esforço próprio; com tôdas aquelas vantagens, pode o indivíduo acentuar os sinais de ócio honorífico, exibindo-os como disciplina rigorosa e sistemática. Claramente, o indivíduo, com esforço diligente e gasto pecuniário, pode melhorar substancialmente o seu conhecimento e eficiência nos talentos da classe ociosa. De outro lado, quanto maior é a eficiência do indivíduo em tais talentos e quanto mais patente a estrita observância de atividades sem fins lucrativos ou diretamente úteis, tanto mais tempo e dinheiro são gastos na sua aquisição e maior a respeitabilidade resultante. Daí, na luta competitiva

por boas maneiras, o esforço gasto no cultivo de hábitos de decôro; daí o desenvolvimento de detalhes de decôro numa ampla disciplina, com a qual se devem conformar todos os que querem ser tidos como de irrepreensível respeitabilidade. Dêste modo, acontece que o ócio conspícuo, de que o decôro é uma ramificação, se transforma gradualmente tanto num esforço contínuo para um requinte cada vez maior no comportamento como numa educação do gôsto e da sensibilidade relativamente aos artigos que se devem consumir e aos métodos de seu consumo.

Digna de nota, quanto a êste ponto, é a possibilidade de produzir idiosincrasias pessoais, patológicas ou não, por meio de imitação arguta e disciplina sistemática; tal possibilidade foi usada na produção deliberada de uma classe culta, freqüentemente com grande sucesso. Dêste modo, pelo processo vulgarmente conhecido por esnobismo, consegue-se uma evolução mais rápida de refinamento e educação quanto a um bom número de famílias e descendências. Êste mais rápido refinamento produz indivíduos que, pela sua utilidade como membros de uma classe ociosa, não são nada inferiores aos que tiveram um treino mais longo e menos árduo.

Ê possível, além de tudo isso, medir os graus de conformidade com o último código de normas de decôro, relativamente aos meios e métodos de consumo. Ê possível comparar duas pessoas no tocante aos seus graus de conformidade com o ideal de decôro; e, comparadas, é possível classificá-las, com certa precisão, de acôrdo com uma escala progressiva de boas maneiras e educação. O veredicto, nêste caso, é usualmente de boa fé; decide-se com base na conformidade de cada um às normas de bom-gôsto nas questões em foco, e sem consideração consciente da posição pecuniária ou do ócio de cada candidato à respeitabilidade; mas as normas de bom gôsto, segundo as quais se chega ao ve-

redicto, estão sob o regime da lei do ócio conspícuo e, na realidade, sofrem constante mudança, adaptando-se cada vez mais rigorosamente aos seus requisitos. Assim, embora o fundamento próximo da discriminação seja de espécie diferente, o princípio orientador e a prova da boa educação são o requisito de ócio substancial e patente. No âmbito dêste princípio existe provavelmente considerável variação; essas variações, todavia, são de forma e expressão, não de substância.

Nas relações sociais quotidianas naturalmente, a cortesia é em grande parte expressão direta de consideração para com os outros e boa vontade amistosa; para explicar a presença dêste elemento do comportamento ou a aprovação social que êle recebe, não é preciso buscar para êle um fundamento de respeitabilidade; mas o mesmo não acontece no caso do código de boas maneiras. Estas são expressão de *status*. Naturalmente, é suficientemente claro para quem quiser ver, que o nosso procedimento para com criados e outras pessoas pecuniariamente dependentes é o procedimento de um membro superior numa relação de *status*, embora tal atitude se manifeste de forma muito diferente e muito mais branda do que a atitude original de domínio indisfarçado. Do mesmo modo a atitude para com os superiores e em grande parte para com os iguais, exprime também uma atitude de subserviência mais ou menos convencionalizada. Prova de tudo isso é a presença dominadora do grande senhor ou senhora, que mostram o seu domínio e alheamento de questões econômicas, e que ao mesmo tempo se conformam com tal fôrça ao sentimento prevalente do que é justo e excelente. São os indivíduos da classe ociosa mais alta, que não têm superiores e poucos iguais, que dão ao decôro a sua mais completa e madura expressão; são êles também que lhe dão aquela forma definitiva que serve de norma final para o comportamento dos indivíduos das classes inferiores. Na classe ociosa mais alta, o código de decôro é também, evi-

dentemente, um código de status, mostrando mais claramente a sua incompatibilidade com todo trabalho vulgarmente produtivo. O direito de nascimento e a marca do gentil-homem, na sua mais alta expressão, constituem uma perfeita segurança de si mesmo e uma imperiosa complacência para com os outros, habituado que está a obter sem reservas a sua subserviência e não pensar no dia de amanhã; no sentimento popular, é ainda mais do que isso, sendo o seu comportamento aceito como um atributo de mérito superior diante do qual o inferior se curva e cede alegremente.

Já se disse em capítulo anterior que existem razões para afirmar que a instituição da propriedade começou com a propriedade de seres humanos, especialmente mulheres. Os incentivos para a aquisição de tal propriedade foram aparentemente: 1 — a inclinação para o domínio e a coerção; 2 — a utilidade de escravos como prova da proeza de seu dono; 3 — a utilidade de seus serviços.

O serviço pessoal do escravo tem um lugar especial no desenvolvimento econômico. No estágio de indústria quase-pacífica, e especialmente nos primeiros tempos do desenvolvimento da indústria neste estágio, a utilidade do trabalho escravo parece ter sido o motivo dominante na aquisição de tal propriedade. Os servos têm valor pelo serviço que prestam. Mas a importância deste motivo não se deve a um declínio na importância absoluta das duas outras utilidades do servo. Acontece simplesmente que as diferentes circunstâncias da vida acentuam aquela utilidade dos servos. As mulheres e os outros escravos têm alto valor, como prova de riqueza e como meio para a acumulação de nova riqueza. No caso de tribos pastoris, os escravos, juntamente com o gado, são a forma usual de investimento lucrativo. A escravidão feminina serve de tal modo para caracterizar a vida econômica na cultura quase-pacífica, que a mulher até chega a

constituir a unidade de valor nos povos deste estágio cultural — como por exemplo nos tempos homéricos. Quando êsse é o caso, há pouca dúvida de que a base do sistema industrial é a escravidão e que as mulheres são usualmente escravas. A mais importante das relações humanas, em tal sistema, é a relação entre senhor e escravo. A prova aceita de riqueza é a posse de muitas mulheres e, bem logo, de outros escravos, que se ocupam da pessoa do senhor e da produção de bens para êle.

Logo mais uma divisão de trabalho se estabelece; o serviço pessoal do senhor vem a ser a tarefa específica de alguns escravos, ao passo que os que se ocupam inteiramente na produção industrial se conservam cada vez mais afastados de qualquer relação imediata com êle. Ao mesmo tempo, os servos, cuja função é o serviço pessoal do dono, nêle incluídos os serviços domésticos, gradualmente se livram da indústria lucrativa.

Este processo de progressiva isenção de tarefas industriais corriqueiras se inicia geralmente pela isenção da espôsa ou da primeira espôsa. Depois de ter a comunidade adquirido hábitos sedentários de vida, torna-se difícil, como meio usual de obter novas espôsas, a captura de mulheres das tribos hostis. Neste momento da evolução cultural, a espôsa principal é normalmente de sangue nobre e êste fato apressa a sua isenção de emprêgo vulgar. Não é êste o lugar para discutir a origem do conceito de sangue nobre ou o lugar que êle ocupa no desenvolvimento da instituição do casamento. Basta dizer, neste instante, que sangue nobre é o que se distinguiu por longo contato com a riqueza ou com contínuo privilégio. A mulher com tais antecedentes é preferencialmente escolhida como espôsa, não só pela aliança resultante com parentes poderosos, mas também pelo sentimento de que é intrinsecamente superior o sangue ligado a muita riqueza e grande poder. Ela será mesmo assim escrava de seu

marido, do mesmo modo que era, antes de sua aquisição, a escrava de seu pai; ao mesmo tempo, contudo, ela tem o sangue nobre do pai, existindo portanto incongruência entre a sua qualidade e qualquer das ocupações vis dos outros servos. O princípio de que o sangue nobre se transmite de pai a filhos coloca-a acima do escravo comum, por mais completa que seja a sua sujeição a seu senhor e por mais inferior que ela seja aos membros masculinos de sua classe social. Logo que esse princípio adquire autoridade de tradição, ela assume, de certo modo, as prerrogativas da classe ociosa que são os sinais principais de sangue nobre. Acentuada por tal princípio da transmissibilidade do sangue nobre, a isenção que tem a esposa de todo trabalho manual se amplia, quando o permite a riqueza do marido, chegando a incluir não só o trabalho manual como todos os outros trabalhos servis. Com o desenvolvimento industrial e com a concentração da propriedade nas mãos de um número relativamente pequeno de indivíduos, cresce o padrão de riqueza convencional da classe mais alta. Firma-se, então, a mesma tendência inicialmente para a isenção de trabalhos manuais e depois de quaisquer outras tarefas domésticas, quanto às demais esposas, quando existem, e afinal quanto aos outros servos que trabalham junto à pessoa do senhor. Tal isenção vem tanto mais tarde quanto mais distante é a relação entre o servo e a pessoa de seu senhor.

Quando o permite a situação pecuniária do senhor, a enorme importância atribuída ao seu serviço pessoal acentua o desenvolvimento de uma classe especial de servos pessoais. A pessoa do senhor, encarnação do mérito e da honra, é de extraordinária importância. A sua posição excepcional na comunidade e o seu respeito próprio tornam essencial que ele tenha à sua disposição servos especializados; tais servos não podem ter qualquer outra ocupação que possa perturbar a sua tarefa principal. Estes servos especializados são úteis

mais como ostentação do que pelos serviços específicos que prestam. Na medida, contudo, em que não existem somente para ostentação, servem também ao prazer do senhor, principalmente porque permitem o exercício de seu instinto de domínio. É verdade que o estabelecimento doméstico do senhor, em contínuo crescimento, exige sempre mais trabalho; mas este fato não é de grande relevância, porque o estabelecimento cresce usualmente para servir de índice de respeitabilidade e não como exigência de maior conforto. Conseguem-se todos estes alvos muito melhor com um grande número de servos altamente especializados. O resultado, portanto, é um número cada vez maior de servos domésticos e pessoais e uma cada vez maior diferenciação entre eles; concomitantemente, os últimos se abstêm cada vez mais de qualquer trabalho produtivo. Em virtude de serem esses servos uma evidência de riqueza, as tarefas que perfazem tendem a se tornar cada vez menores, até que afinal as suas funções se tornam meramente nominais. Isto é verdade especialmente quanto aos servos que atendem mais imediatamente e mais manifestamente à pessoa do senhor. Assim, a sua utilidade chega a consistir, em grande parte, na sua conspícua isenção de trabalho produtivo e no fato de que tal isenção prova a riqueza e o poder do senhor.

Quando o emprêgo de um grupo especial de servos, em ócio conspícuo, se firmou dêste modo por longo tempo, começam os homens a ser preferidos às mulheres em tais serviços que os colocam tão patentemente aos olhos do público. Os homens, especialmente os fortes e bem apessoados, como devem ser os criados e outros servos domésticos, são evidentemente mais capazes e mais caros do que as mulheres. Servem assim muito mais para tais trabalhos, porque demonstram um maior desperdício de tempo e de energia. Daí, na economia da classe ociosa, a dona de casa laboriosa dos tempos patriarcais, com o seu séquito de

criadas trabalhadoras, ceder o lugar à dama de companhia e ao laçao.

Em tôdas as camadas sociais e em qualquer estágio do desenvolvimento econômico, o ócio da dama de companhia e do laçao é diferente do ócio do senhor porque é ocupação ostensivamente laboriosa. Em grande parte, êle toma a forma de uma atenção penosa ao serviço do senhor ou à manutenção e cuidado do estabelecimento doméstico e seus acessórios ou bens. Dêsse modo, o seu ócio só pode ser designado como tal porque pouco ou nenhum trabalho produtivo fazem, não porque fujam a tôda aparência de trabalho. Os deveres da dama de companhia ou dos empregados domésticos são freqüentemente bem árduos; têm também por objeto freqüentemente tarefas que se consideram extremamente necessárias ao confôrto de todo o estabelecimento doméstico. Neste sentido, isto é, na medida em que servem ao bem-estar físico e ao confôrto do senhor ou de seu estabelecimento doméstico, devem ser considerados como trabalho produtivo. Sômente o que resta depois que se desconta êste trabalho efetivo é realmente ócio.

Todavia, muitos dos serviços designados como cuidados domésticos na vida quotidiana moderna, bem como muitas das "utilidades" que o homem civilizado considera como necessárias a uma existência confortável, são de caráter cerimonial. Devem ser portanto classificados, a bem dizer, como ócio, no sentido em que aqui se usa o termo. Do ponto de vista de uma existência decente, tais cuidados podem ser, mesmo assim, inelutavelmente necessários; podem mesmo ser requisitos necessários ao confôrto pessoal, embora sejam total ou parcialmente de caráter cerimonial. Com êsse caráter, são êles ainda imperativos e necessários, porque o homem assim os considera e, na sua falta, sente-se maculado ou indigno. Sente êle desconfôrto, na falta de tais cuidados, ainda que isso não resulte diretamente em desconfôrto físico; do mesmo modo, não

se ressentido de sua falta o homem não treinado em discriminar entre o que é convencionalmente bom e o que é convencionalmente mau. Na medida em que isso é verdade, o trabalho despendido nesses serviços pode ser classificado como ócio; quando efetuado por pessoas independentes e livres, deve ser classificado como ócio vicário.

O ócio vicário das espôsas e criados, que se denomina cuidado doméstico, freqüentemente se transmuda em trabalho rotineiro, especialmente quando a competição pela respeitabilidade é cerrada e persistente. Êste é freqüentemente o caso na vida moderna. Quando tal acontece, o serviço doméstico sob a responsabilidade desta classe de criados domésticos se pode designar com tôda propriedade como esforço desperdiçado, ao invés de ócio vicário. Esta última designação todavia tem a vantagem de indicar a origem das tarefas domésticas, bem como de sugerir o fundamento econômico real de sua utilidade; isso porque estas ocupações domésticas são úteis principalmente como método de atribuir respeitabilidade pecuniária ao senhor ou ao seu estabelecimento doméstico, já que determinado tempo e esforço se desperdiça conspícuamente em seu favor.

Dêste modo, portanto, surge uma classe ociosa, subsidiária ou derivada, cuja função é o ócio vicário em proveito da respeitabilidade da classe ociosa principal ou legítima. Esta classe ociosa vicária se distingue da classe ociosa pròpriamente dita por um traço característico de seu modo habitual de vida. O ócio da classe de senhores, pelo menos ostensivamente, se caracteriza pelo seu êxito em satisfazer a sua inclinação para evitar todo e qualquer trabalho; êle presumivelmente aumenta o bem-estar do senhor e a opulência de sua vida. De outro lado, o ócio da classe de criados domésticos, isenta de trabalho produtivo, é um ócio necessário, a que estão obrigados, e não visa primariamente o seu próprio confôrto. O ócio do criado não é

ócio seu; na medida em que êle é realmente um criado e não pertence ao mesmo tempo a uma das camadas inferiores da classe ociosa, o seu ócio passa normalmente por ser serviço especializado que tem por fim aumentar a opulência da vida de seu senhor. Esta relação de subserviência é patente nas atitudes e na maneira de vida do criado. A mesma observação se aplica à espôsa, durante todo o longo estágio econômico em que ela é principalmente serva, isto é, durante todo o tempo em que o estabelecimento doméstico tem um chefe masculino efetivo. O criado, para que satisfaça os requisitos do esquema de vida da classe ociosa, precisa não somente ter uma atitude de subserviência mas também demonstrar que foi devidamente treinado para tal subserviência e tem no seu exercício a prática necessária. Tanto o criado como a espôsa não só têm de executar certas tarefas e demonstrar nelas uma docilidade servil como têm também, necessariamente, de mostrar que aprenderam a tática da subserviência, isto é, que foram treinados no necessário conformismo com as normas de efetiva e conspícua subserviência. Mesmo atualmente é esta aptidão para as manifestações formais da relação servil e o treino nelas, que constituem os elementos principais da utilidade que têm os criados mais altamente remunerados; são também êles os principais dotes de uma espôsa bem educada.

Como primeira qualidade de um bom criado, exige-se que êle conspícuaamente conheça o seu lugar. Não é bastante que êle saiba como realizar certas tarefas mecânicas; é preciso que êle realize tais tarefas de forma adequada. Pode-se dizer que o serviço doméstico é uma função espiritual e não uma função mecânica. Surge assim gradualmente um elaborado sistema de normas específicas, que regulam o ócio vicário desta classe servil. Censura-se todo e qualquer desvio de tais normas, não tanto porque demonstre falha de eficiência mecânica ou mesmo porque patenteie ausência de atitude e temperamento servis, mas porque, em

última análise, mostra falta de treino especial. O treino especial para o serviço doméstico custa tempo e esforço; o criado, que evidentemente o tem, demonstra que não se ocupa nem se ocupou em qualquer trabalho produtivo. Tal treino é prova ostensiva de um ócio vicário vindo de longe no passado. Assim, o criado bem treinado não somente é útil a seu senhor, por satisfazer o seu gosto instintivo pelo serviço bem feito e acabado e a sua inclinação para dominar os que dêle dependem, como também por demonstrar a sua capacidade de usar serviço humano muito mais custoso do que o representado pelo ócio conspícuo e real de um indivíduo sem treino. É grande o desprestígio do senhor que mantém mordomo ou criado que, ao servir à mesa ou ao acompanhá-lo quando sai, exerce as suas funções de modo tão inadequado que todos logo vêem que a sua ocupação habitual é a agricultura ou o pastoreio. Esse trabalho inadequado demonstraria a incapacidade, por parte do patrão, de obter empregados especialmente treinados; isto é, demonstraria incapacidade de pagar pelo tempo, esforço e treino, necessários à formação de um criado segundo as rigorosas normas da etiquêta. Quando o comportamento do criado indica falta de recursos do patrão, desaparece a razão principal de manter o criado, uma vez que a sua existência se destina a demonstrar a riqueza do patrão.

Pelo que se disse acima pode parecer que o criado inadequadamente treinado é uma indicação direta de que êle não é dispendioso ou de que é útil. Naturalmente, não é êsse o caso. A conexão é muito menos imediata. Sucede neste particular o que sucede em geral nas questões humanas. Primeiramente uma coisa é desejada por um motivo definido; mais tarde ela passa a ser desejada por si mesma, adquire nos nossos hábitos de pensamento, o caráter de substancialmente desejável. No tocante às normas específicas de comportamento, todavia, uma norma determinada per-

manece em vigor somente quando tem o apoio do hábito ou aptidão que constitui o critério de seu desenvolvimento, ou pelo menos não é com êle incompatível. A necessidade de ócio vicário, isto é de um consumo conspícuo do serviço alheio, é o incentivo dominante que leva à manutenção de criados. Enquanto isto fôr verdade, pode-se estabelecer sem grande discussão que qualquer alteração do uso normal, que possa sugerir um treino menor por parte do criado, bem logo se tornaria insustentável. O requisito de um dispendioso ócio vicário constitui uma forma indireta e seletiva de formar o gôsto, isto é, de formar o sentimento do que é certo no assunto; dêste modo, o requisito elimina as alterações insustentáveis, porque determina uma desaprovação social de tais alterações.

A medida que cresce o padrão de riqueza reconhecido por todos, ocorre um refinamento no emprêgo e no uso de criados, como meio de demonstrar riqueza supérflua. A posse e a manutenção de escravos, empregados na produção de bens, demonstra riqueza e proeza do senhor, mas a manutenção de criados que nada produzem demonstra ainda maior riqueza e posição. Sob tal princípio, surge uma classe de criados, quanto mais numerosa melhor, cuja única função é servir fãtuamente a pessoa do senhor, evidenciando dêsse modo a sua capacidade de consumir improdutivamente uma grande quantidade de serviços. Sobrevém então uma divisão de trabalho entre os criados ou pessoas dependentes, que gastam a vida na manutenção do prestígio do senhor ocioso. Assim, um grupo trabalha para êle produtivamente, ao passo que o outro, chefiado normalmente pela espôsa, ou pela primeira espôsa, se ocupa em simples consumo ocioso, provando dêsse modo a capacidade do senhor de sofrer grande prejuízo pecuniário sem pôr em risco a sua superior opulência.

Êste esbôço do desenvolvimento e da natureza do serviço doméstico é de certo modo ideal e esquemático;

êle é o que mais se aproxima, porém, da situação real no estágio cultural aqui denominado de estágio "quase-pacífico" da indústria. É neste estágio que o serviço pessoal adquire pela primeira vez o caráter de uma instituição econômica; é neste estágio que êle ocupa o lugar principal no esquema de vida da comunidade. Na evolução cultural, o estágio quase-pacífico sucede ao estágio predatório propriamente dito, constituindo, os dois, fases sucessivas da vida bárbara. O seu traço característico é a observância formal de paz e ordem, ao mesmo tempo que nêle a vida tem ainda excessiva coerção e antagonismo de classe para que se possa denominá-la de pacífica no pleno sentido da palavra. Para muitos fins, de um ponto de vista não econômico, poder-se-ia denominá-lo de um estágio de status. Êsse termo caracteriza bem o método das relações humanas nesse estágio e a atitude espiritual dos homens no seu nível cultural. Mas a expressão "quase-pacífica" parece preferível porque descreve e caracteriza melhor os métodos industriais dominantes, e indica de modo mais preciso a direção do desenvolvimento industrial neste ponto da evolução econômica. Quanto às comunidades da cultura Ocidental, esta fase do desenvolvimento econômico está já no passado, exceto para uma parte de cada comunidade, numéricamente muito pequena embora extremamente conspícua, na qual os hábitos de pensamento peculiares à cultura bárbara sofreram uma desintegração relativamente muito pequena.

O serviço pessoal é ainda um elemento de grande importância econômica, especialmente quanto à distribuição e ao consumo de bens; mas a sua importância relativa, mesmo nesses setores, é sem dúvida menor do que já foi. O ponto alto do desenvolvimento de tal ócio vicário está no passado e não no presente; e a sua mais perfeita expressão, no presente, se encontra no esquema de vida da classe ociosa mais alta. A esta classe muito deve a cultura moderna no tocante à conserva-

ção de tradições, usos e hábitos de pensamento, que são de um nível cultural mais arcaico; a ela se deve a sua mais ampla aceitação e o seu mais efetivo desenvolvimento.

Nas modernas comunidades industriais estão extremamente desenvolvidos os meios mecânicos destinados ao conforto e à facilidade da vida quotidiana. Esse desenvolvimento é tal que raramente se empregam criados pessoais e mesmo criados domésticos de toda espécie, exceto por obediência à norma de respeitabilidade conservada por tradição de um estágio anterior. A única exceção seriam os que se empregam no cuidado de enfermos e de doentes mentais; mas tais pessoas são mais propriamente enfermeiros do que criados domésticos, constituindo portanto uma exceção mais aparente do que real.

Hoje, a razão que se dá para o emprêgo de criados domésticos, como por exemplo no lar moderadamente abastado, é aparentemente a impossibilidade de fazerem os membros da família, sem desconforto, todo o trabalho nêle necessário. Os motivos de não poderem fazer tal trabalho são os muitos "deveres sociais" que têm e a severidade e quantidade das tarefas a executar. Estes dois motivos podem ser reformulados do seguinte modo: 1) Sob o código de etiqueta, que necessariamente têm de obedecer, os membros da família têm de gastar todo o seu tempo e esforço ostensivamente em ócio conspício, isto é, em visitas, passeios, clubes, círculos de costura, esportes, organizações de caridade, e outras funções sociais. As pessoas, que gastam em tais coisas o seu tempo e energia, confessam particularmente que elas são, juntamente com a atenção que exigem relativamente ao vestuário e a outros consumos conspícios, extremamente cansativas, mas ainda assim totalmente inevitáveis. 2) Sob o requisito de consumo conspício de bens, o aparelhamento da vida se tornou de tal modo elaborado e exaustivo, quanto a habitação, mobília, bricabraque, vestuário e

refeições, que o consumidor de tais coisas não pode lidar com elas sem auxílio. O contato pessoal com os criados necessários para manter o padrão estabelecido de respeitabilidade é usualmente desagradável para os membros da família; a sua presença, todavia, é tolerada e paga, porque êles assumem uma parte no consumo oneroso de tais bens. A presença tanto de criados domésticos como da classe especial de criados pessoais altamente especializados, constitui diminuição de conforto físico, que é tolerada diante da necessidade moral de respeitabilidade pecuniária.

Na vida moderna, a principal manifestação de ócio vicário é constituída pelos chamados deveres domésticos. Êsses deveres estão se transformando rapidamente em deveres executados, não tanto em benefício pessoal do chefe da família, mas principalmente em benefício do lar, tomado como uma unidade, como um grupo, do qual a espôsa é parte em ostensivo pé de igualdade. À medida que o lar, em que tais serviços se prestam, se distancia da forma arcaica de casamento-propriedade, êles tendem naturalmente a sair da categoria de ócio vicário, no seu sentido original, exceto quando executados por criados pagos. Em outras palavras, já que o ócio vicário só é possível com apoio em status ou serviço pago, o desaparecimento da relação de status, em qualquer setor da vida social, implica concomitantemente no desaparecimento do ócio vicário. Porém, como restrição a essa última qualificação, deve-se acrescentar que, enquanto a família subsiste — ainda que a sua direção não mais pertença a uma única pessoa — êste tipo de trabalho não-produtivo, efetuado para a manutenção da respeitabilidade do lar, deve ser também classificado como ócio vicário, embora com um sentido ligeiramente diferente. Há agora o ócio de quase todos os membros da organização familiar, em vez do ócio que beneficiava apenas o senhor, como anteriormente.

Capítulo IV

Consumo conspícuo

AO SE FALAR DA EVOLUÇÃO da classe ociosa vicária e da sua diferenciação das demais classes trabalhadoras, fêz-se referência a uma outra divisão do trabalho, a existente entre as diversas classes de criados domésticos. Uma parte dessa classe servil, constituída principalmente pelos indivíduos cuja ocupação é o ócio vicário, assume eventualmente uma nova espécie de deveres secundários — o consumo vicário de bens. A forma mais evidente que toma êste consumo é o uso de librés e a utilização de acomodações domésticas espaçosas. Uma outra forma, só ligeiramente menos ostensiva ou menos efetiva do que a primeira, e muito mais comum, é o consumo de alimento, vestuário, moradia e mobília pela senhora e pelo resto do estabelecimento doméstico.

Êsse consumo especializado de bens, entretanto, já num momento da evolução econômica muito anterior ao aparecimento da senhora, se tinha constituído num sistema mais ou menos elaborado, como prova de fôrça pecuniária. O início de uma diferenciação no consumo é mesmo anterior a qualquer possível fôrça pecuniária.

Pode-se mesmo encontrar tal diferenciação no início da cultura predatória; sugere-se até que uma diferenciação incipiente, nesta questão, existiu antes do início da vida predatória. Esta diferenciação no consumo de bens existente no momento mais primitivo da evolução cultural, assemelha-se à diferenciação posterior, que é hoje tão intimamente familiar, pelo fato de serem ambas de caráter cerimonial; difere dela, todavia, porque não se apoia numa diferença de riqueza acumulada. Deve-se classificar a utilidade do consumo como prova de riqueza, como um desenvolvimento derivado. É adaptação a nôvo fim, por processo seletivo, de uma diferença que existia anteriormente e que se tinha firmemente estabelecido nos hábitos de pensamento dos homens.

Nas primeiras fases da cultura predatória, a única diferenciação econômica é a ampla separação entre uma classe honorífica superior de um lado, constituída pelos homens plenamente capazes, e de outro, uma classe inferior e desprezível, que faz todo o trabalho, constituída por mulheres. A função dos homens, de acôrdo com o esquema de vida ideal, naquele tempo, é consumir o que as mulheres produzem. O consumo, que cabe às mulheres, é meramente incidental; é um meio para que possam continuar a trabalhar, e não visa o próprio conforto e plenitude de vida. O consumo improdutivo de bens é honorífico, principalmente porque é uma marca de proeza e um requisito da dignidade humana; secundariamente, torna-se tal consumo por si mesmo substancialmente honorífico, especialmente no caso das coisas mais desejáveis. O consumo de certas iguarias, e freqüentemente, também, de artigos raros de adôrno, torna-se tabu para as mulheres e as crianças, como também para a classe servil masculina, quando ela existe. Êste tabu, com o progresso da cultura se transforma em simples costume, de um caráter mais ou menos rigoroso. De qualquer modo, todavia, não im-

portando a base teórica da distinção mantida, seja um tabu, seja uma convenção social mais ampla, as características do esquema convencional de consumo não mudam facilmente. Alcançado o estágio quase-pacífico de indústria, com a escravidão como sua instituição fundamental, o princípio geral, mais ou menos rigorosamente observado, é que a classe servil industrial deve consumir somente o que é necessário à sua subsistência. Pela própria natureza das coisas, os luxos e os confortos da vida pertencem à classe superior. Em virtude do tabu, certos alimentos e mais particularmente certas bebidas são estritamente reservados a essa classe.

A diferenciação cerimonial na alimentação se observa principalmente quanto ao uso de bebidas intoxicantes e de narcóticos. Estes artigos de consumo são dispendiosos e portanto nobres e honoríficos. Assim, as classes servis, especialmente as mulheres, praticam uma abstinência forçada de tais estimulantes, exceto nos países onde podem ser obtidos a baixo preço. Desde os tempos arcaicos até o fim do regime patriarcal, a função das mulheres é preparar e servir estes artigos de luxo e a função dos homens da classe superior é consumi-los. Dêsse modo, a embriaguez e as outras conseqüências patológicas do livre uso de tais estimulantes tendem a se tornar honoríficos, porque são também o sinal do status superior daqueles que têm a capacidade econômica para usá-los. As enfermidades conseqüentes do seu abuso entre muitos povos são tidas como atributos de masculinidade. Nalguns casos, as próprias designações de certas condições patológicas, resultantes do uso de estimulantes, entraram para a língua quotidiana como sinônimos de "nobre" ou "superior". Os sintomas de vício dispendioso, somente num estágio relativamente primitivo da cultura, são convencionalmente aceitos como atributos de status superior, tendendo a se tornar virtudes e a obter a deferência da comunidade; apesar disso, a respeitabilidade

ligada a certos vícios dispendiosos retém muito de sua força, de modo que ela diminui de modo apreciável a desaprovação social dos homens ricos ou de classe nobre que a êles se entregam. Pelo mesmo motivo, é muito mais forte a desaprovação de tais vícios, no caso de mulheres, menores ou pessoas inferiores. Essa odiosa discriminação tradicional permanece atualmente mesmo nos povos mais avançados. Vê-se assim que, onde o exemplo da classe ociosa retém a sua força imperativa na regulamentação das convenções sociais, as mulheres em grande parte observam ainda a mesma abstinência tradicional de estimulantes.

Esta caracterização de uma maior abstinência no uso de estimulantes por parte das mulheres das classes superiores parecerá talvez um excesso de lógica à custa do bom senso. Entretanto, os fatos pertinentes, imediatamente acessíveis a quem quer que queira observá-los, mostram que a maior abstinência das mulheres se deve, em parte, a uma convenção social imperativa; esta convenção, de modo geral, é mais forte onde continua com a sua maior força a tradição patriarcal, a tradição de que a mulher é propriedade. Segundo esta tradição, que num certo sentido, foi grandemente modificada em âmbito e rigor, mas que de modo algum perdeu ainda o sentido original, a mulher, sendo propriedade, deve consumir somente o que é necessário ao seu sustento, exceto na medida em que qualquer consumo excedente contribui para o conforto ou a respeitabilidade de seu senhor. O consumo de artigos de luxo, no seu verdadeiro sentido, é consumo que visa o conforto do próprio consumidor; é, portanto, atributo do senhor. Qualquer consumo dessa espécie por outros pode ser apenas tolerado. Nalgumas comunidades, em que os hábitos de pensamento populares foram profundamente moldados pela tradição patriarcal, esperam-se conseqüentemente as sobrevivências do tabu relativo ao consumo de artigos de luxo, pelo menos sob a forma de

uma desaprovação de seu uso pela classe servil. Isto é verdade especialmente no tocante a certos artigos de luxo, cujo uso pela classe dependente diminuiria sensivelmente o conforto ou o prazer de seus senhores ou que por outros motivos são tidos como de legitimidade duvidosa. No entender da grande classe média conservadora da civilização ocidental, o uso destes vários estimulantes é repreensível pelo menos por um desses dois motivos, senão pelos dois; e é por demais significativo o fato, para deixar de ser notado aqui, de que é precisamente nesta classe média da cultura germânica, em consequência do peso das tradições patriarcais, que as mulheres estão com mais força sujeitas a um tabu modificado relativamente a narcóticos e bebidas alcoólicas. Muitas qualificações existem, e outras tendem a se estabelecer à medida que se enfraquece a tradição patriarcal; mas a regra geral é ainda que as mulheres devem consumir tão-somente para o proveito de seus senhores. Naturalmente, surge logo uma objeção óbvia: o gasto das mulheres, no vestuário e nos artigos domésticos, constitui exceção evidente da regra; ver-se-á, contudo, que esta exceção é muito mais aparente do que real.

Durante os primeiros estágios do desenvolvimento econômico, o consumo ilimitado de bens, especialmente dos bens de maior excelência, e como regra qualquer consumo que exceda o mínimo necessário à subsistência, pertence normalmente à classe ociosa. Esta restrição tende a desaparecer, pelo menos formalmente, quando se chega ao último estágio pacífico, com a propriedade particular e um sistema industrial fundado no trabalho assalariado ou na pequena economia doméstica. Todavia, durante o estágio anterior quase-pacífico, em que tomaram forma e consistência tantas das tradições por meio das quais a instituição da classe ociosa afetou a vida econômica de épocas posteriores, este princípio teve força de lei consuetudinária. O princípio serviu de norma, a que se tinha de conformar o consumo; qual-

quer desvio apreciável de tal norma considera-se forma aberrante, destinada a desaparecer mais cedo ou mais tarde na evolução ulterior da cultura.

Assim, no estágio quase-pacífico, o senhor não somente consome mais do que o mínimo necessário à sua subsistência e eficiência física, mas o seu consumo se especializa quanto à qualidade dos bens consumidos. Ele consome livremente e do melhor, no tocante a alimento, bebida, narcóticos, abrigo, serviços, ornamentos, vestuário, armas e munições, divertimentos, amuletos, ídolos e divindades. Na melhoria gradual, que se processa nos artigos de seu consumo, o motivo e o fim próximo da inovação é sem dúvida a maior eficiência dos novos artigos, mais elaborados e perfeitos, na promoção de seu conforto e bem-estar pessoal. Esse não é porém o fim principal de seu consumo. O processo de inovação sofre também a influência do critério de respeitabilidade, na determinação dos produtos que, de acordo com ele, têm melhor possibilidade de sobrevivência. Por ser o consumo dos bens de maior excelência prova de riqueza, ele se torna honorífico; reciprocamente, a incapacidade de consumir na devida quantidade e qualidade se torna uma marca de inferioridade e de demérito.

A discriminação rigorosa no tocante à excelência nos alimentos, na bebida, etc., não somente passa bem logo a determinar a maneira de viver como também a educação e a atividade intelectual do senhor. Ele já não é mais simplesmente o homem bem sucedido e agressivo, o homem forte, atilado e intrépido. Ele tem de evitar a deterioração; por isso tem também de cultivar o gosto, já que lhe é imprescindível discriminar cuidadosamente entre o que é nobre e o que é ignóbil nos bens de seu consumo. Torna-se ele assim um *connoisseur* dos alimentos nobres de vários graus de mérito, das bebidas e dos adornos masculinos, do vestuário adequado, da arquitetura, das armas, dos jogos, das

danças e dos narcóticos. Este cultivo do senso estético requer tempo e esforço; portanto, tende êle a transformar a sua vida de ócio num aprendizado mais ou menos árduo para uma vida correta de ócio ostensivo. Estreitamente ligado ao requisito de livre consumo da espécie correta de bens existe um outro requisito; êle deve também saber consumi-los de modo adequado. A sua vida de ócio deve ser corretamente conduzida. Daí o aparecimento das boas maneiras, como já se notou num capítulo anterior. As boas maneiras e os modos de vida refinados são sinais de conformidade com a norma de ócio e de consumo conspícuos.

Para o homem ocioso, o consumo conspícuo de bens valiosos é um instrumento de respeitabilidade. A medida que acumula riqueza, êle é incapaz, sozinho, de demonstrar a própria opulência pelo consumo conspícuo. Recorre por isso ao auxílio de amigos e concorrentes, dando-lhes presentes valiosos e convidando-os para festas e divertimentos dispendiosos. É verdade que festas e divertimentos se originaram provavelmente no simples sentimento ingênuo de ostentação; bem cedo, todavia, adquiriram aquela utilidade de consumo conspícuo, retendo até hoje esse caráter; assim, essa utilidade há muito é o fundamento substancial do seu uso. Os divertimentos custosos, tais como o *potlatch* (festa dada em certas tribos de índios americanos pelo aspirante à chefia), e o baile, são especialmente próprios para tal fim. O concorrente, com o qual quer o dono da festa instituir uma comparação de opulência, é usado dêste modo como um meio para aquêle fim; êle consome vicariamente por seu anfitrião, serve ao mesmo tempo de testemunha do consumo dos bens valiosos que o anfitrião tem em excesso e não pode consumir sozinho, e presencia o seu refinamento de etiquêta.

Naturalmente, outros motivos existem, de espécie mais generosa, para os divertimentos dispendiosos. O

costume de reuniões festivas se originou provavelmente em sentimentos de sociabilidade e religião; tais sentimentos também se encontram mais tarde, mas já não são os únicos sentimentos presentes. As festividades da classe ociosa, no seu pleno desenvolvimento, continuam provavelmente determinadas, muito ligeiramente, por motivos religiosos, e em grande parte por sentimentos de recreio e convívio; mas elas têm também o fim aludido de comparação quanto ao consumo conspícuo, e com não menor eficácia, apesar da base estranha daqueles motivos mais confessáveis. O efeito econômico de tais amenidades sociais não diminuiu com isso, quer quanto ao consumo vicário de bens, quer quanto à exibição de conhecimentos de etiquêta, difíceis e onerosos.

A medida que acumula riqueza, desenvolve-se a classe ociosa em suas funções e em sua estrutura, surgindo dentro dela uma ulterior divisão. Surge um sistema mais ou menos elaborado de status e posições. Esta diferenciação ainda mais se acentua pela herança de riqueza e a conseqüente herança de fidalguia. A herança de fidalguia traz forçosamente a herança de um ócio obrigatório; a fidalguia pode ser de tal monta que se herda a vida de ócio sem o complemento de riqueza necessário para mantê-la dignamente. Pode-se herdar sangue nobre sem bens suficientes para possibilitar um consumo livre e fácil numa vida de respeitabilidade. Daí o aparecimento de uma classe de gentis-homens sem dinheiro, já incidentalmente mencionada neste estudo. Estes gentis-homens de meia casta se classificam segundo um sistema de posições hierárquicas. Aquêles que, pelo nascimento ou pela riqueza, ou pelos dois, estão mais perto das camadas mais altas da classe ociosa são superiores aos que, pelo nascimento, estão dêles mais afastados ou são pecuniariamente mais fracos. Os gentis-homens das camadas inferiores, especialmente os pobres, ou marginais, afi-

liam-se, por um sistema de dependência ou lealdade, aos superiores; dêste modo ganham em respeitabilidade ou adquirem de seus patronos os meios necessários à vida de ócio. Tornam-se seus cortesãos, dependentes ou servos; e, alimentados e prestigiados por seu patrono, constituem-se em índices de sua posição, consumindo vicariamente a sua riqueza supérflua. Muitos destes gentis-homens são, ao mesmo tempo, por direito próprio, membros da classe ociosa; assim alguns, só em ínfima medida, outros, muito parcialmente, se podem considerar como consumidores vicários. Aquêles, todavia, que realmente são dependentes ou servos de um gentil-homem superior devem-se considerar, sem reserva, como consumidores vicários. Ainda: muitos destes gentis-homens, bem como muitos que pertencem à aristocracia inferior, têm, ligados às suas pessoas, grupos mais ou menos extensos de consumidores vicários, constituídos por suas espôsas, filhos, criados, dependentes, etc.

Em toda esta hierarquia de ócio vicário e consumo vicário, a regra é que todos os cargos devem ser exercidos de tal modo, ou em circunstâncias tais, ou ainda sob sinais de tal modo evidentes, que se saiba inequivocamente de quem é o ócio ou o consumo a que se ligam os dependentes, e a quem de direito pertence o resultante incremento de respeitabilidade. O consumo e o ócio de tais pessoas representam um investimento que faz o senhor ou patrono com a finalidade de aumentar a sua reputação. Este ponto é manifestamente óbvio, no tocante a festas e liberalidades; é imediato o acréscimo de respeitabilidade do senhor ou patrono, uma vez que o fato é notório. No caso do ócio ou consumo de servos e dependentes, o acréscimo de respeitabilidade do senhor ou patrono se prende ao fato de residirem êles na sua vizinhança, sendo assim evidente para todos a origem das vantagens auferidas. Ao crescer o grupo, cuja estima o senhor corteja, tor-

nam-se necessários meios mais patentes para demonstrar a quem cabe o mérito pelo ócio outorgado; surgem então os uniformes, as insígnias e as librés. Uniformes e librés implicam considerável dependência; pode-se mesmo dizer que são marcas de servidão, real ou ostensiva. Em linhas gerais, podem-se dividir os que usam uniformes e librés em duas classes — os homens livres e os servos ou os nobres e os ignóbeis. Os serviços que prestam também se podem dividir em nobres e ignóbeis. É esta naturalmente uma distinção que, na prática, não se observa estritamente; a mesma pessoa executa freqüentemente os menos servis dos serviços servis e as menos honoríficas das funções nobres. Nem por isso, entretanto, se deve pôr de lado a distinção indicada. Todavia, há um elemento de perplexidade na questão; consiste êle no fato de que a distinção fundamental entre nobre e ignóbil, que tem a sua base na natureza dos serviços que ostensivamente se executam, se prende a uma distinção secundária entre o honorífico e o humilhante, que tem a sua base na posição social da pessoa para a qual se executam tais serviços ou cuja libré se usa. Assim, são nobres os cargos que de direito constituem o emprêgo apropriado da classe ociosa, tais como o govêrno, a guerra, a caça, o cuidado de armas e aparelhamentos guerreiros, e outros semelhantes, isto é, os que se classificam como empregos ostensivamente predatórios. De outro lado, são ignóbeis os empregos próprios da classe industrial, tais como os ofícios manuais e outros trabalhos produtivos, as tarefas servis, e outros semelhantes. Contudo, os serviços ignóbeis executados para uma pessoa de alta nobreza podem se tornar cargo honorífico; estão neste caso os cargos de Donzela de Honor ou de Dama de Companhia da Rainha e os cargos reais de *Master of the Horses*(¹) e de *Keeper of the Hounds*(²).

(1) Mestre cavaliariço.

(2) Guardião dos galgos.

Os dois últimos cargos sugerem a existência de um princípio mais ou menos generalizado; sempre que, como nestes casos, a tarefa servil se liga diretamente aos empregos primariamente ociosos da guerra e da caça, ela adquire facilmente, por reflexo, um caráter honorífico. Dêste modo, uma grande honra se pode ligar a um emprêgo que, por sua natureza, é de espécie servil.

Com o ulterior desenvolvimento da indústria pacífica, desaparece gradualmente o costume de empregar um grupo ocioso de homens-de-guerra uniformizados. O consumo vicário de dependentes que usam a insígnia de seu senhor ou dono passa a cingir-se a um grupo de servos de libré. Assim, de modo muito especial a libré se torna a marca da servidão, ou melhor, da servilidade. Sem dúvida, algum caráter honorífico se liga sempre à libré de um homem-de-guerra, mas tal caráter desaparece assim que a libré se torna exclusivamente a marca do servo. A libré se torna repugnante a todos os que são forçados a usá-la. O homem está ainda tão pouco afastado de um estado de real escravidão que são todos sensíveis à humilhação implícita em toda servilidade. Tal antipatia se revela mesmo no caso de uniformes ou librés que algumas corporações exigem como vestuário distintivo de seus empregados. Nos Estados Unidos da América do Norte, esta aversão por uniformes serve para desacreditar, de modo impreciso e vago, até mesmo os funcionários públicos, militares ou civis, que são obrigados a usar librés ou uniformes.

Com o desaparecimento da escravidão, tende a diminuir de modo geral o número de consumidores vicários. Naturalmente isto é verdade, talvez num grau ainda mais alto, no tocante ao número de dependentes que consomem diretamente para o maior prestígio de um senhor. De modo geral, embora não consistentemente, coincidem os dois grupos. O dependente, que em primeiro lugar assumiu êste dever de consumir pelo

senhor, foi a sua espôsa; e como era de se esperar, a espôsa é a última a conservar tal dever, no desenvolvimento posterior da instituição, ao diminuir gradualmente o número de pessoas que costumemente têm êsse dever. Nas classes mais altas da sociedade, as duas espécies de serviços, tanto a que é feita diretamente para o senhor como a que é feita indiretamente no seu estabelecimento doméstico, são de maior quantidade; nessas classes a espôsa tem ainda o auxílio de um grupo mais ou menos numeroso de servos. Na medida em que descemos na escala social chegamos ao ponto em que somente a espôsa cumpre o dever de ócio e consumo pelo marido. Nas comunidades de cultura ocidental, isso se verifica atualmente na baixa classe média.

Aqui ocorre uma inversão curiosa. É fato de observação costumeira que na baixa classe média não há sequer pretensão de ócio por parte do chefe do estabelecimento doméstico. O ócio, pela força das circunstâncias, caiu em desuso. Mas a espôsa de classe média ainda conserva a tradição de ócio vicário para o bom nome do lar e do marido. Em qualquer comunidade industrial moderna, à medida que se desce na escala social, o fato primário — o ócio conspícuo do chefe da família — desaparece num ponto relativamente alto. O chefe da família de classe média se viu forçado por circunstâncias econômicas a ganhar a sua vida em ocupações que em grande parte têm freqüentemente o caráter de indústria; tal é o caso do homem de negócios dos nossos dias. Mas o fato derivado — o ócio e o consumo da espôsa e o ócio de dependentes — continua em vigor, como convenção cuja destruição a sua respeitabilidade não tolera. É freqüente o caso do homem que trabalha assiduamente a fim de que sua espôsa possa, de maneira correta, dar-lhe o ócio vicário que o senso comum de seu tempo exige.

O ócio que lhe dá a sua espôsa não é, naturalmente, nesses casos, uma simples manifestação de preguiça ou

indolência. Tal ócio toma quase invariavelmente a forma de trabalhos ou deveres domésticos, ou de amenidades sociais. A análise mostra que tais trabalhos e amenidades para pouco ou nada servem senão para mostrar que ela não se ocupa nem precisa ocupar-se de qualquer atividade útil. Como já se notou ao tratar-se das boas maneiras, é dêste caráter a maior parte dos cuidados domésticos costumeiros com os quais, na classe média, a espôsa se ocupa. Não que os resultados da sua atenção a assuntos caseiros, de índole decorativa ou mundana, não sejam agradáveis ao senso de homens educados segundo as regras de decência da classe média; mas o gosto para o qual apelam os efeitos de adorno e arranjos domésticos é um gosto formado sob a orientação seletiva de uma regra de decôro que exige exatamente essas provas de esforço despendido. Tais efeitos são-nos agradáveis principalmente porque fomos ensinados a achá-los agradáveis. Há nesses deveres domésticos muita solicitude visando a uma combinação adequada de forma e côr, visando igualmente outros fins que devem ser classificados como estéticos no sentido próprio do termo; e não há negar que, às vezes logram-se efeitos de certo valor estético substancial. Quase tudo aquilo em que aqui se insiste no tocante a essas amenidades da vida é que os esforços da dona de casa estão sob a orientação de tradições formadas pela lei do dispêndio supérfluo (conspícuo) de tempo e substância. Se se consegue beleza ou confôrto — mercê de circunstâncias mais ou menos fortuitas — deve cada um dêles ser conseguido por meios e métodos que se recomendem à grande lei econômica do esforço supérfluo. A parcela mais reputada, mais “apresentável” dos acessórios domésticos, é por um lado, composta de artigos de consumo conspícuo, e, por outro, de aparatos para pôr em relêvo o ócio vicário da dona da casa.

A exigência de consumo vicário nas mãos da mulher, ainda mais do que a exigência do ócio vicário,

continua em vigor até mesmo num ponto mais baixo da escala pecuniária. Num ponto abaixo do qual não é perceptível pouca ou nenhuma pretensão de esforço supérfluo de pureza cerimonial e de tipo semelhante e onde seguramente não se faz nenhuma tentativa de ócio ostensivo, a decência ainda exige da mulher o consumo conspícuo de alguns bens em prol da boa reputação da casa e seu chefe. Assim, como resultado mais recente desta evolução de uma instituição arcaica, a mulher que era no comêço, tanto de fato como em teoria, criada e serva do homem e produtora de bens para o consumo do senhor, tornou-se consumidor cerimonial dos bens por êle produzidos. Mas ainda inequivocamente permanece sua serva em teoria pois a sua habitual utilização do ócio e do consumo vicários é a marca indelével do servo não liberto.

Este consumo vicário pôsto em prática pelo estabelecimento doméstico das classes médias e inferiores não pode ser explicado como uma expressão direta do esquema de vida da classe ociosa, uma vez que o estabelecimento doméstico dêste nível pecuniário não lhe é próprio. Antes, é o esquema de vida da classe ociosa que aqui importa como uma expressão secundária. A classe ociosa está no tôpo da estrutura social em matéria de consideração; e seu modo de vida, mais os seus padrões de valor, proporcionam à comunidade as normas da boa reputação. A observância dêsses padrões, em certa medida torna-se também incumbência de tôdas as classes inferiores da escala. Nas modernas comunidades civilizadas, as linhas de demarcação entre as classes sociais se tornaram vagas e transitórias, e onde quer que isto ocorra, a norma da boa reputação imposta pela classe superior estende a sua influência coercitiva, com ligeiros entraves, por tôda a estrutura social, até atingir as camadas mais baixas. O resultado é os membros de cada camada aceitarem como ideal de decência o esquema de vida em voga na camada mais alta logo acima dela, ou dirigirem as suas energias a

fim de viverem segundo aquêlê ideal. Sob pena de perder seu bom nome e respeito próprio em caso de fracasso, devem êles, pelo menos na aparênciã, conformar-se com o código aceito.

A base sôbre a qual a boa reputação em qualquer comunidade industrial altamente organizada finalmente repousa é a fôrça pecuniária; e os meios de demonstrar fôrça pecuniária e, mercê disso, obter ou conservar o bom nome, são o ócio conspícuo e um consumo conspícuo de bens. Por conseguinte, ambos êsses métodos estão em voga tão baixo quanto possível na escala; e nas camadas mais baixas, onde se empregam os dois métodos, ambos os officios são em grande parte delegados à mulher e às crianças da casa. Ainda mais abaixo, onde qualquer grau de ócio, mesmo apenas ostensivo, se tornou impraticável para a mulher, o consumo conspícuo de bens permanece e continua sendo pôsto em prática por ela e seus filhos. O chefe da casa também pode fazer algo neste particular e comumente o faz; mas descendo ainda mais baixo, até o nível da indigência — já à beira das favelas — o homem, e também as crianças, cessam virtualmente de consumir bens visando à aparênciã, e a mulher permanece virtualmente sendo o único expoente da decência pecuniária doméstica. Nenhuma classe da sociedade, nem mesmo a mais abjetamente pobre, abre mão da totalidade do consumo conspícuo costumeiro. Os últimos artigos desta categoria de consumo não são por ela abandonados, exceto mediante os rigores da mais aflitiva necessidade. Grande soma de esqualidez e privação será suportada antes que ela ponha de parte a última tetéia ou a derradeira pretensão à decência pecuniária. Não há classe nem país que tão abjetamente cedesse à pressão da necessidade física ao ponto de se recusar tôdas as satisfações desta necessidade mais alta ou espiritual.

Do anterior exame acêrca do crescimento do ócio e do consumo conspícuos, parece que a utilidade de

ambos, para fins de boa reputação, repousa no elemento de dispêndio, a ambos comum. Num caso, o dispêndio é de tempo e esforço; no outro, de bens. Ambos são métodos de demonstrar a posse da riqueza, e os dois são convencionalmente aceitos como equiivalentes. A escolha entre êles é questão de simples conveniência publicitária, exceto na medida em que possa ser afetada por outros padrões de propriedade, provenientes de origem diversa. Na base da conveniência, pode-se preferir uma ou outra em diferentes fases de desenvolvimento econômico. A questão consiste em saber-se a qual dêsses dois métodos reagirão com maior eficácia as pessoas cujas convicções se deseja afetar. O uso respondeu a essa questão de diferentes modos em diferentes circunstâncias.

Enquanto a comunidade ou o grupo social são bastante pequenos e bastante compactos para serem eficazmente atingidos apenas pela notoriedade comum — isto é, na medida em que o ambiente humano ao qual o indivíduo é obrigado a se adaptar no tocante à boa reputação se limita à esfera de seus conhecimentos pessoais e do falatório da vizinhança — nessa medida, um método é quase tão eficaz quanto o outro. Ambos pois servirão igualmente bem durante os primeiros estágios de desenvolvimento social. Mas quando a diferenciação aumenta e se torna necessário atingir um ambiente humano mais vasto, o consumo começa a superar o ócio como meio ordinário de decência. Isto é especialmente verdadeiro durante a última fase econômica pacífica. Nessa altura os meios de comunicação e a mobilidade da população expõem o indivíduo à observação de muitas pessoas que não têm outros meios de julgar da sua boa reputação exceto mediante a exibição de bens (e talvez de educação) que êle esteja apto a fazer enquanto estiver exposto à sua observação direta.

A moderna organização da indústria opera na mesma direção também por outra linha. As exigências

do moderno sistema industrial freqüentemente justapõem os indivíduos e os estabelecimentos domésticos entre os quais existe pouco contato que não êsse de justaposição. Os vizinhos de uma pessoa, mecânicamente falando, muitas vêzes não são seus vizinhos sociais, nem mesmo seus conhecidos: e todavia a sua boa opinião transitória possui um alto grau de utilidade. O único meio prático de impressionar êsses observadores não simpatizantes da nossa vida cotidiana é a demonstração ininterrupta da nossa capacidade de pagar. Na comunidade moderna há também uma freqüência mais assídua de grandes reuniões de gente que desconhece o nosso modo de vida, em lugares tais como a igreja, o teatro, o salão de baile, os hotéis, os parques, as lojas e semelhantes. A fim de impressionar êsses observadores efêmeros e a fim de manter a satisfação própria em face da observação dêles, a marca da força pecuniária da pessoa deve ser gravada em caracteres que mesmo correndo se possa ler. É portanto evidente que a presente tendência do desenvolvimento vai na direção de aumentar, mais que o ócio, o consumo conspícuo.

É também observável que a prestimosidade do consumo como meio de crescer a boa reputação, bem como a insistência sôbre o mesmo em sua qualidade de elemento de decência, encontra-se, no máximo, naqueles setores da comunidade onde o contato humano do indivíduo é mais amplo e onde é maior a mobilidade da população. O consumo conspícuo reivindica uma parcela relativamente maior da renda da população urbana se a compararmos com a população rural, e essa reivindicação é igualmente mais imperiosa. O resultado é que, a fim de manter uma aparência decente, a primeira vive habitualmente da mão para a bôca, e isto numa medida muito maior do que a última. Acontece, por exemplo, que o lavrador americano, sua mulher e filhos, são notôriamente menos elegantes no trajar,

bem como de maneiras menos cidadinas do que a família do artesão urbano de igual renda. Não que a população urbana seja por natureza mais ávida do peculiar desvanecimento oriundo de um consumo conspícuo, nem que a população rural tenha em menos conta a decência pecuniária. Mas o estímulo a esta linha de evidência, bem como a sua eficácia transitória, são mais afoitas na cidade. A êste método, pois, se recorre com maior prontidão, e na luta para superarem-se uns aos outros, a população citadina impele o seu padrão normal de consumo conspícuo a um ponto mais alto, com o resultado de exigir-se um dispêndio relativamente maior nesse setor, como indicação de um determinado grau de decência pecuniária na cidade. A exigência de conformidade a êsse padrão convencional mais alto se torna obrigatória. O padrão de decência é mais alto de classe para classe, e deve-se viver à altura dessa aparência de decência, sob pena de perder-se a casta.

O consumo se torna elemento muito mais importante no padrão de vida dos que vivem na cidade do que no padrão de vida dos que vivem no campo. Entre a população campesina, seu lugar é em certa extensão ocupado pela poupança e os confôrto domésticos, conhecidos por intermédio das conversas da vizinhança o suficiente para servir ao idêntico propósito geral de boa reputação pecuniária. Êsses confortos caseiros e o ócio ao qual as pessoas se entregam — lá, onde o ócio é usual — são, naturalmente, em grande parte, classificados como artigos de consumo conspícuo, e quase o mesmo se pode dizer das poupanças. A menor quantidade de poupança posta de lado pela classe artesanal é sem dúvida devida, em certa dose, ao fato de, no caso do artesão, serem as poupanças um meio menos eficaz de publicidade, relativamente ao ambiente no qual êle se situa, do que as poupanças dos moradores de fazendas e cidades pequenas. Entre os últimos, os negócios de todo mundo, especialmente a situação pecuniária de cada um, são de todos conhecidos. Considerado sim-

plesmente em si mesmo — tomado em primeiro grau — este acréscimo de estímulo ao qual as classes artesanais e as classes urbanas laboriosas se expõem, pode não concorrer para diminuir seriamente a quantidade de poupanças; mas, em sua ação cumulativa, mediante a elevação do padrão de dispêndio decente, o seu efeito dissuasivo sobre a tendência a poupar não pode ser muito grande.

Uma feliz ilustração da maneira pela qual esta regra de boa reputação obtém resultados é observável na prática de “servir uma rodada”, de pagar bebida aos outros e fumar em lugares públicos, prática costumeira entre os trabalhadores e artesãos nas cidades, e, geralmente, entre a classe média inferior da população urbana. Oficiais tipógrafos podem ser citados como uma classe na qual essa forma de consumo conspícuo tem grande voga, o que acarreta certas conseqüências notórias, não raro condenadas. Os hábitos peculiares a essa classe neste particular são em geral atribuídos a certa espécie de deficiência moral mal definida, ou a uma influência moralmente deletéria que se supõe exercida de modo não verificável, pela ocupação, sobre os homens que nela se empenham. A condição dos homens que trabalham nas salas de impressão e composição na generalidade das tipografias pode resumir-se como segue: a perícia adquirida em qualquer empresa tipográfica ou em qualquer cidade faz-se valer em qualquer outra empresa ou cidade; isto é, a inércia devida à especialização é insignificante. Ao mesmo tempo, esse ofício exige mais do que a média das inteligências e do conhecimento gerais, e os homens que o exercem são mais prontos que os demais a tirar proveito da mudança de um lugar para outro, de qualquer insignificante variação na demanda do seu labor. Por conseguinte, a inércia devida ao apêgo ao lugar também é insignificante. Não só isso, mas os salários da profissão são bastante altos para tornar relativamente fácil a mudança de ambiente. O resultado é uma grande

mobilidade do trabalhador tipográfico; talvez uma mobilidade ainda maior do que a de qualquer categoria de trabalhadores, considerável e bem definida. Esses homens estão sempre sendo postos em contato com novos grupos de conhecidos, com os quais as relações travadas são transitórias ou efêmeras, mas cuja boa opinião não é por isso tida em menos conta durante todo o tempo de serviço. A tendência humana à ostentação, reforçada por sentimentos de camaradagem, leva-os a gastar com mais largueza naqueles setores que melhor servem a essa tendência. Aqui, como em qualquer outro lugar, o preceito se apodera do costume logo que este entra em voga, e incorpora-o ao padrão autorizado da decência. O passo seguinte é fazer deste padrão de decência o ponto de partida de um novo movimento na mesma direção — pois não há mérito algum na simples conformidade inerte a um padrão de dissipação com o qual vive logicamente de acôrdo todo o oficial do mesmo ofício.

A grande prevalência da dissipação entre tipógrafos (dissipação ainda maior do que a do comum dos trabalhadores) é por conseguinte atribuível, pelo menos em certa medida, à maior facilidade de movimentos e ao caráter mais efêmero das relações e do contato humano, peculiar ao ofício. Mas a base substancial desta grande exigência de dissipação não é outra, em última análise, senão aquela mesma tendência a uma manifestação de domínio e decência pecuniária que torna frugal e parcimonioso o camponês-proprietário francês, e induz o milionário norte-americano a fundar colégios, hospitais e museus. Se a regra do consumo conspícuo não fôsse em grande extensão posta em relevo por outras características da natureza humana, a êle estranhas, qualquer poupança seria logicamente impossível a uma população situada como as classes artesanais e laboriosas urbanas na atualidade, por mais altos que pudessem ser os seus salários.

Há porém outros padrões de boa reputação, e ainda outros cânones, mais ou menos imperativos, de conduta, que não a riqueza e suas manifestações, alguns dentre os quais servem para acentuar ou restringir a ampla regra fundamental do consumo conspícuo. Mercê do simples teste de eficácia publicitária, devíamos esperar que o ócio e o consumo conspícuo de bens dividissem no início o campo de emulação quase igualmente entre si. Poder-se-ia esperar que o ócio cedesse terreno gradualmente e tendesse para a caducidade à medida do desenvolvimento econômico e o aumento de tamanho da comunidade; enquanto o consumo de bens deveria gradualmente crescer de importância, tanto absoluta como relativamente, até absorver todos os produtos disponíveis, nada deixando escapar além da simples subsistência. Mas a marcha real do desenvolvimento foi algo diferente deste plano ideal. No começo, o ócio ocupou o primeiro lugar, e veio a manter uma posição muito acima do consumo supérfluo de bens, seja como expoente direto da riqueza e elemento constituinte do padrão de decência durante a cultura quase-pacífica. Dêsse ponto em diante, o consumo ganhou terreno, até que, presentemente, mantém uma primazia indubitável, embora ainda esteja longe de absorver toda a margem da produção acima de um mínimo de subsistência.

A primitiva ascendência do ócio como veículo de boa reputação é atribuível à distinção arcaica entre empregos nobres e ignóbeis. O ócio é honorífico e se torna imperativo, em parte porque demonstra isenção do trabalho ignóbil. A diferenciação arcaica em classes nobres e ignóbeis se baseia numa distinção invejosa entre empregos de qualidade honorífica ou aviltante: e esta distinção tradicional se torna em uma regra imperativa de decência durante a primeira fase quase-pacífica. Sua ascendência é favorecida pelo fato de ser o ócio ainda uma prova plenamente eficaz de ri-

queza, tal como o consumo. Na realidade, tão eficaz é êle no ambiente humano relativamente pequeno e estável ao qual o indivíduo se expõe nesse estágio cultural que, mercê do concurso da tradição arcaica, que condena todo trabalho produtivo, êle dá nascimento a uma vasta classe pobre, e até mesmo tende a confinar a produção industrial da comunidade a um mínimo de subsistência. Esta extrema inibição da indústria é impedida porque o trabalho escravo, operando sob uma compulsão mais rigorosa que a da boa reputação, é forçado a produzir bens além do mínimo de subsistência da classe trabalhadora. O relativo declínio subsequente no uso do ócio conspícuo como base de boa reputação é em parte devido a um relativo aumento de eficácia no consumo como prova de riqueza; mas é em parte atribuível a outra força — uma força estranha, e, em certa medida, antagônica ao exercício do dispêndio conspícuo.

Esse estranho fator é o instinto de artesanato. Permitindo-o outras circunstâncias, êsse instinto dispõe os homens a considerarem favoravelmente a eficácia produtiva e o mais que fôr de humano uso. Dispõe-nos igualmente a condenar o desperdício de esforço e substância. O instinto de artesanato está presente em todos os homens, e afirma-se até mesmo nas circunstâncias mais adversas. De modo que, por maior que seja em realidade a superfluidade de um determinado gasto, êle precisa ter pelo menos tinteira de propósito ostensivo à guisa de desculpa. A maneira pela qual, em circunstâncias especiais, o instinto resulta em gosto pela proeza e discriminação invejosa entre as classes nobres e ignóbeis, já foi apontada em capítulo anterior. Na medida em que êle entra em conflito com a lei do dispêndio conspícuo, o instinto de artesanato se exprime não tanto na insistência sobre a utilidade substancial, como num sentido duradouro da ociosidade e da impossibilidade estética do que é obviamente fútil. Sendo, por natureza, uma afeição instintiva, a sua

orientação toca principal e imediatamente às violações óbvias e aparentes de quanto exige. Apenas menos prontamente e com menos força repressora é que alcança as violações substanciais de suas exigências só apreciadas quando nelas se reflete.

Enquanto o trabalho continua sendo executado exclusivamente, ou usualmente, por escravos, a degradação de todo esforço produtivo está por demais constante e inibidoramente presente na idéia dos homens para permitir ao instinto de artesanato um efeito mais sério no setor da utilidade industrial; mas quando a fase quase-pacífica (com escravidão e status) passa para a fase pacífica na indústria (com trabalho assalariado e pagamento em dinheiro), o instinto começa a operar com mais eficácia. Começa então agressivamente a moldar a opinião dos homens sobre o que é meritório, e a firmar-se pelo menos como uma regra auxiliar de auto-satisfação. A parte tôdas as considerações estranhas, essas pessoas (adultas) são, na atualidade, apenas uma minoria esvaecente sem pendor algum para a realização de algum fim, e não são impelidas, motu-próprio, a plasmar algum objeto ou fato ou relação de utilidade humana. Esse pendor pode em larga dose ser superado pelo incentivo mais imediatamente compulsório de ócio honorífico e de repugnância em face de uma utilidade pouco decorosa e pode, por conseguinte, resultar apenas numa obra puramente fictícia; como, por exemplo, os "deveres sociais" e as realizações quase-artísticas ou quase-eruditas na decoração da casa e seus arranjos, na atividade de círculos de costura ou de reforma de vestidos, na proficiência artística em trajar-se, no jôgo de cartas, no iatismo, no gôlfe e em vários esportes. Mas o fato de poder resultar em inanidades sob a força das circunstâncias, não refuta a presença do instinto — não mais do que a realidade do instinto de chocar é refutada numa galinha que se fêz sentar num ninho cheio de ovos de porcelana.

Esta atual procura de alguma forma de propósito útil que não seja a um tempo indecorosamente produtivo de ganho individual ou coletivo, marca uma diferença de atitude entre a moderna classe ociosa e aquela da fase quase-pacífica. No estágio anterior, segundo acima se deixou dito, a tôda-poderosa instituição da escravatura e de status atuava irresistivelmente para desencorajar esforços que não se dirigissem a outra coisa que não fôsem fins ingênuamente predatórios. É ainda possível encontrar algum exercício habitual para a inclinação à ação mediante o recurso a uma agressão violenta ou a uma repressão exercida contra grupos hostis ou classes submissas no interior do grupo; e isto serve para aliviar a pressão e consumir energia da classe ociosa sem que lhe seja mister recorrer a alguma utilidade real ou mesmo a exercícios ostensivamente úteis. A prática da caça também serviu, em certa medida, aos mesmos propósitos. Quando a comunidade se transformou numa organização industrial pacífica, e quando a ocupação mais plena da terra reduziu as oportunidades da caça a um ínfimo resíduo, a pressão da energia que buscava exercer-se com um fim em vista teve de descobrir uma válvula de escape em outras direções. A ignomínia ligada ao esforço útil também entrou numa fase menos aguda com o desaparecimento do trabalho compulsório; e o instinto de artesanato veio então a afirmar-se com mais constância e consistência.

A linha de menor resistência mudou um tanto, e a energia que primeiro tinha vazão na atividade predatória, agora em parte se dirige para algum fim ostensivamente útil. O ócio ostensivamente inútil veio a ser condenado, especialmente em vastos setores da classe ociosa onde a origem plebéia atua para os pôr em desacôrdo com a tradição do *otium cum dignitate*. Mas aquela regra de boa reputação que desaprova todo o emprêgo cuja índole é a do esforço produtivo, ainda não está longe, e não permitirá coisa alguma além da voga

mais efêmera a qualquer emprêgo substancialmente útil ou produtivo. A consequência é que uma mudança se fêz no ócio conspícuo praticado pela classe ociosa; não tanto de substância como de forma. Uma reconciliação entre as duas exigências em conflito se efetua mediante o recurso ao fictício. Desenvolveram-se muitas e intrincadas observâncias polidas e deveres sócias de natureza cerimonial; fundaram-se muitas organizações com algum objetivo especioso de melhoramentos corporificados em seu estilo e título oficiais; há muitas idas e vindas, e muita conversa, a fim de que os interlocutores não tenham o ensejo de refletir naquilo que constitui o valor econômico efetivo de seu comércio. E junto com a ficção do emprêgo útil, e inextricavelmente entretecido em sua textura, há comumente, se não invariavelmente, um elemento mais ou menos apreciável de esforço útil dirigido para algum fim importante.

Na esfera mais estreita do ócio vicário processou-se uma mudança similar. Em vez de passar o tempo numa visível ociosidade, como nos melhores dias do regime patriarcal, a dona de casa da fase pacífica adiantada se dedica assiduamente aos cuidados domésticos. Os traços salientes dêste desenvolvimento do serviço doméstico já foram aqui indicados.

Através de tôda a evolução do dispêndio conspícuo, seja de bens ou de serviços ou de vida humana, observa-se a óbvia implicação de que êle tem de ser, a fim de eficazmente reparar a boa fama do consumidor, um dispêndio com coisas supérfluas. Nenhum mérito se lhe acrescentaria mediante o consumo das simples coisas necessárias à vida, exceto por comparação com os abjetamente pobres, aos quais falta até mesmo um mínimo de subsistência; e nenhum padrão de dispêndio pode resultar de uma tal comparação, exceto um nível de decência o mais prosaico e desgracioso. Um padrão de vida ainda seria possível, que admitisse

comparação invejosa a outros respeitos que não o da opulência; como, por exemplo, uma comparação nas manifestações de força moral, física, intelectual ou estética. Hoje em dia estão em voga comparações em tôdas essas direções; e a comparação feita a êsses respeitos está em geral tão inextricavelmente ligada à comparação pecuniária, que dificilmente se distingue desta última. Isto é especialmente verdadeiro no que concerne à classificação contemporânea das expressões de força ou proficiência intelectual ou estética; de modo que freqüentemente interpretamos como estética ou intelectual uma diferença que, em substância, é apenas pecuniária.

O emprêgo do termo "supérfluo" é a certos respeitos infeliz. Tal como é empregado na vida cotidiana, traz um timbre de condenação. É usado aqui à falta de um termo melhor, que descreva adequadamente a mesma série de motivos e fenômenos, e não deve ser tomado num sentido odioso, como se implicasse um dispêndio ilegítimo de produtos ou de vida humanos. De conformidade com a teoria econômica, o dispêndio em questão não é mais nem menos legítimo do que qualquer outro. Aqui se denomina "supérfluo", porque êsse dispêndio não serve à vida humana ou ao bem-estar do homem em sua totalidade, não porque seja um desperdício ou um desvio de esforço, ou dispêndio segundo êstes se encaram do ponto de vista do consumidor individual que por êle optar. Escolhendo-o, isto encerra a questão da sua relativa utilidade, comparada esta com outras formas de consumo não condenadas por causa da sua superfluidade. Seja qual fôr a forma preferida de consumo, ou o fim colimado mediante essa preferência, a sua utilidade para o consumidor se baseia na virtude dessa mesma preferência. Do ponto de vista do consumidor individual, a questão do gasto supérfluo não ocorre propriamente no âmbito da teoria econômica. Assim pois,

o emprêgo da palavra "supérfluo" como térmo técnico, não implica condenação dos motivos ou dos fins buscados pelo consumidor sob esta regra de dispêndio conspícuo.

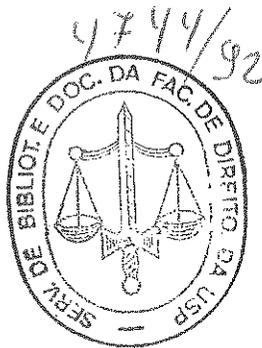
Mas, em outros setores, é digno de notar-se que o térmo "supérfluo", na linguagem corrente, implica a condenação daquilo que se caracteriza como "gasto supérfluo". Esta implicação senso-comum é um afloramento do instinto de artesanato. A reprovação popular do gasto supérfluo equivale a dizer que, a fim de estar em paz consigo próprio, o homem comum deve ser capaz de ver em qualquer esforço ou prazer humanos uma intensificação da vida e do bem-estar em sua totalidade. A fim de obter aprovação irrestrita, qualquer fato econômico deve primeiro ser aprovado no teste da sua utilidade impessoal — utilidade do ponto de vista genericamente humano. A vantagem relativa ou competitiva de um indivíduo em comparação com outro não satisfaz a consciência econômica, e, por conseguinte, o dispêndio competitivo não obtém a aprovação da consciência.

Segundo uma rigorosa exatidão, não se deve incluir no capítulo de gasto supérfluo, exceto o dispêndio em que se incorre na base de uma comparação pecuniária invejosa. Mas, a fim de colocar qualquer artigo determinado, ou qualquer elemento, sob esta rubrica, não é necessário serem êles reconhecidos como gastos nesse sentido pela pessoa que incorre em tal dispêndio. Freqüentemente acontece que um elemento do padrão de vida que começou sendo primordialmente supérfluo, acaba se tornando, na idéia do consumidor, uma das necessidades da vida, podendo dêste modo se tornar tão indispensável como qualquer outro artigo do seu dispêndio habitual. Artigos que às vêzes se alinham nesse capítulo e dos quais se pode lançar mão como exemplos da maneira segundo a qual êsse princípio se aplica são os tapêtes e a tapeçaria em geral, a baixela de prata, serviços de garçom, cartolas de sêda, roupa engomada,

muitos artigos de joalheria e vestuário. A indispensabilidade dessas coisas depois que o hábito e a convenção se formara, pouco importam quanto à classificação do dispêndio como supérfluo ou não supérfluo na significação técnica da palavra. O teste a que todo dispêndio tem de submeter-se numa tentativa para decidir êste ponto, é o de saber se êle serve diretamente para intensificar a vida humana em sua totalidade; se êle promove o processo vital encarado impessoalmente. Pois é essa a base da recompensa do instinto de artesanato — instinto que é o tribunal de última instância em qualquer assunto acêrca da verdade ou da adequação econômicas. É uma questão referente à recompensa dada por um senso comum desapaixionado. A questão não é portanto se nas condições existentes do hábito individual ou do costume social, um determinado dispêndio traz satisfação — ou paz de espírito a um certo consumidor particular; mas se o seu resultado é um lucro líquido em conforto ou plenitude de vida, à parte os gostos adquiridos e as regras de uso e decência convencionais. Os gastos habituais devem ser classificados no capítulo do supérfluo, na medida em que o costume sôbre o qual repousam seja atribuível ao hábito de comparação invejosa; na medida em que se perceba que não podiam tornar-se habituais e normativos sem o apoio dêste princípio de reputação pecuniária ou sucesso econômico relativo.

Obviamente, não é necessário um determinado objeto de dispêndio ser exclusivamente supérfluo a fim de se alinhar na categoria de gasto ostensivo. Um artigo pode ser útil e supérfluo a um tempo, e a sua utilidade para o consumidor pode constar de utilidade e superfluidade nas mais variadas proporções. Os bens consumíveis, e até mesmo os bens produtivos, geralmente revelam os dois elementos combinados, componentes que são da sua utilidade; conquanto, de modo geral, o elemento "superfluidade" tenda a predominar em artigos de consumo, enquanto o contrário é verdadeiro em se

tratando de artigos destinados ao uso produtivo. Mesmo nos artigos que à primeira vista parecem servir apenas à pura ostentação, é sempre possível captar a presença de um propósito útil, pelo menos ostensivo; e, por outro lado, mesmo na maquinaria e nas ferramentas inventadas visando a algum processo particular, bem como nos mais grosseiros aparelhos da indústria humana, os traços de consumo conspícuo ou, pelo menos, o hábito da ostentação, usualmente se tornam evidentes em face de um escrutínio mais atento. Seria arriscado afirmar que um propósito útil está sempre ausente da utilidade de qualquer artigo ou serviço, por mais óbvio que seja o desperdício ostensivo do seu propósito original e principal elemento; e seria apenas um pouco menos arriscado afirmar em relação a qualquer produto originalmente útil, que o elemento de desperdício nada tenha a ver, imediata ou remotamente, com o seu valor.



Capítulo V

O padrão de vida pecuniário

PARA A GRANDE MAIORIA das pessoas de qualquer comunidade moderna, a razão imediata dos gastos além do necessário ao conforto físico, não é tanto um esforço consciente de se exceder nas despesas de seu consumo visível, como um desejo de manter um padrão convencional de decência quanto ao grau e quantidade dos bens consumidos. Este desejo não é ditado por um padrão rigorosamente fixo, que deve ser alcançado e, além do qual, não há incentivo para progredir. O padrão é flexível; e é especialmente de extensibilidade indefinida, contanto que haja tempo de se habituar a qualquer aumento na capacidade pecuniária e de adaptar-se à nova e mais ampla escala de gastos, que se segue a um tal aumento. É muito mais difícil diminuir a escala de gastos, já adotada, do que estendê-la em resposta a um aumento da riqueza. Muitos itens dos gastos costumeiros, quando analisados, revelam-se quase inteiramente como desperdício, sendo portanto apenas honorários; mas, uma vez incorporados à escala do consumo decente, tornando-se assim uma parte integrante da vida do indivíduo, são tão difíceis de serem

abandonados como quaisquer outros itens que conduzem diretamente ao conforto físico pessoal, ou mesmo como os necessários à vida e à saúde. Em outras palavras, os gastos honorários, conspicuamente supérfluos, que proporcionam bem-estar espiritual, poderão se tornar mais indispensáveis do que muitos dos gastos que provêm apenas às necessidades "inferiores" do bem-estar físico ou do sustento. É notoriamente tão difícil abandonar um padrão de vida "elevado" como baixar um padrão que já é relativamente baixo, apesar de, no primeiro caso, a dificuldade ser de ordem moral, enquanto no último poderá significar a dedução (redução) material dos confortos físicos da existência.

Mas, enquanto a regressão é difícil, um novo avanço nos gastos conspícuos é relativamente fácil; de fato, ele se processa quase normalmente. Nas raras ocasiões em que aquela ocorre, uma falha no aumento de consumo visível quando há à mão os meios para esse aumento, reflete na apreensão pública, que busca uma explicação, e motivos indignos de avareza são imputados aos deficientes nesse particular. Por outro lado, uma reação imediata ao estímulo é aceita como efeito normal. Isto sugere que o padrão de vida, que em geral governa os nossos esforços, não são os gastos ordinários comuns, já alcançados; é o consumo ideal pouco além do nosso alcance, ou cujo alcance requer um certo esforço. O motivo é a competição — o estímulo de uma comparação individual que nos instiga a sobrepujar àqueles que estamos habituados a considerar como pertencentes à nossa classe. A mesma proposição é substancialmente expressa na observação comum (em voga) de que cada classe inveja e compete com a classe logo acima dela na escala social, enquanto que raramente se compara com a que fica debaixo ou muito acima. Isto significa, em outras palavras, que o nosso padrão de decência nos gastos, assim como em outros meios de competição, é determinado pelo que vigora entre os logo acima de

nós quanto à respeitabilidade; até que, dêse modo, especialmente nas comunidades em que as distinções de classe sejam um tanto vagas, todos os cânones de respeitabilidade e decência, e todos os padrões de consumo derivam, por gradações imperceptíveis, dos usos e hábitos de raciocínio dos da classe social e pecuniária mais elevada — a classe ociosa abastada.

Cabe a esta classe determinar, em linhas gerais, qual o esquema de vida que a comunidade deve adotar como decente ou honroso; e é sua missão preservar, por meio de preceito e exemplo, êste esquema de salvação social na sua forma ideal mais elevada. Mas a classe superior pode exercer esta missão quase sacerdotal somente sob certas limitações materiais. A classe não pode efetuar à vontade uma revolução repentina ou reversão dos hábitos populares de pensamento em relação a qualquer desses requisitos de cerimonial. Leva tempo para que qualquer mudança impregne as massas e altere a atitude habitual das pessoas; e é especialmente demorada a mudança de hábitos das classes socialmente mais afastadas do corpo central. O processo será mais lento onde a mobilidade da população fôr menor ou onde os intervalos entre as diferentes classes forem maiores ou mais abruptos. Mas, se o tempo o permite, é vasto o campo de influência da classe quanto às questões da forma e detalhe no esquema de vida da comunidade, enquanto, no que diz respeito aos princípios substanciais (básicos) da respeitabilidade, as alterações que pode efetuar se situam dentro de limites estreitos de tolerância. O seu exemplo e preceito têm a fôrça de uma ordem para tôdas as classes abaixo dela; porém, ao elaborar os preceitos destinados a governar a forma e o método da respeitabilidade — moldando os usos e a atitude espiritual das classes inferiores — esta prescrição autoritária age constantemente sob a direção seletiva das regras de desperdício conspícuo, temperado em vários graus pelo

instinto do artesanato. Deve-se acrescentar a estas normas mais um grande princípio da natureza humana — o ânimo predatório — que, do ponto de vista geral e pelo conteúdo psicológico, se situa entre os dois há pouco mencionados. O efeito do último em moldar o esquema de vida aceito deve ainda ser discutido.

As regras da respeitabilidade devem, então, adaptar-se às circunstâncias econômicas, às tradições e ao grau da maturidade espiritual de uma determinada classe, cujo esquema de vida pretende regular. Deve-se notar especialmente que, independente da força de sua autoridade e da veracidade quanto aos requisitos fundamentais da respeitabilidade na época da sua instituição, uma observância formal específica não pode, em circunstância alguma, se manter em vigor se, com o correr do tempo ou na sua transmissão a uma classe pecuniária menos favorecida, se verificar que se opõe aos princípios fundamentais de decência entre os povos civilizados, isto é, à serventia no sentido de uma equiparação individual no sucesso pecuniário.

É evidente que estas regras quanto aos gastos têm muita influência na determinação do padrão de vida de qualquer comunidade e de qualquer classe. Não é menos óbvio que o padrão de vida, que prevalece em qualquer época e em qualquer nível social, terá muito que dizer sobre as formas que tomarão os gastos honoríficos, e sobre a intensidade com que estas exigências “mais elevadas” dominarão o consumo do povo. Neste sentido, o contróle exercido pelo padrão de vida aceito é primordialmente de caráter negativo; age quase exclusivamente como preventivo contra o retrocesso na escala dos gastos conspícuos, que uma vez se haviam tornado habituais.

O padrão de vida é pela sua natureza um hábito. Constitui, em método e intensidade, um hábito de reação a um dado estímulo. A dificuldade em abandonar

um padrão estabelecido consiste na dificuldade em quebrar um hábito já formado. A relativa facilidade com que é feito um avanço no padrão de vida significa que viver é um processo de desdobramento da atividade e que a mesma se desdobrará prontamente numa nova direção, sempre, quando e onde diminuir a resistência para a auto-expressão. Mas uma vez formado o hábito de expressão ao longo de uma certa linha de pouca resistência, a descarga procurará o escapamento de costume, mesmo depois de se haver processado uma mudança no ambiente, aumentando apreciavelmente a resistência externa. Esta maior facilidade de expressão numa determinada direção, que se chama de hábito, pode contrabalançar um considerável aumento na resistência oposta pelas circunstâncias externas para o desdobramento da vida numa determinada direção. Entre os diferentes hábitos, ou modos habituais e direções de expressão, que constituem o padrão de vida do indivíduo, há uma diferença apreciável quanto à persistência sob circunstâncias adversas e quanto ao grau de imperativismo com que a descarga procura uma determinada direção.

Isto quer dizer, em linguagem corrente de economia teórica, que os homens relutam em limitar os seus gastos em qualquer direção, sendo que mais num sentido que em outro; de forma que, enquanto qualquer consumo habitual é abandonado com relutância, há certos itens que são abandonados relativamente com relutância extrema. Os artigos ou formas de consumo a que o consumidor se apegava com maior tenacidade são geralmente os considerados como necessidades vitais, ou o mínimo necessário à subsistência. Esse mínimo não é naturalmente uma razão de bens rigidamente estabelecida, definitiva e invariável, tanto na espécie como na quantidade; porém, para a finalidade em vista, poder-se-á admitir que abrange um certo agregado, mais ou menos fixo, de bens de consumo, necessários à

manutenção da vida. Pode-se acreditar que geralmente é esse mínimo que se abandona em último lugar quando de uma limitação progressiva dos gastos. Em outras palavras, e de modo geral, poder-se-á dizer que os hábitos mais antigos e arraigados que governam a vida do indivíduo — aquêles que afetam a sua existência como um organismo — são os mais persistentes e imperiosos. Além dessas, situam-se as exigências mais elevadas — hábitos de formação posterior do indivíduo ou da raça — numa gradação um tanto irregular e, de forma alguma, invariável. Algumas dessas exigências mais elevadas, como por exemplo o emprêgo habitual de certos estimulantes, ou a vontade de salvação (no sentido escatológico) ou de boa reputação, podem tomar, em alguns casos, a precedência sôbre as exigências mais baixas ou mais elementares. Em geral, quanto mais antigo o hábito, tanto mais inquebrantável; e quanto mais um determinado hábito coincidir com os costumes, tanto maior a persistência com que se fixará. O hábito será mais firme se as tendências especiais da natureza humana que a sua prática abranger, ou as aptidões particulares que nêle encontrem a sua expressão, forem tendências ou disposições já larga e profundamente envolvidas no processo vital, ou intimamente ligadas à história da vida de um determinado grupo racial.

A gradação na facilidade com que se formam os diferentes hábitos em diversas pessoas, assim como na relutância em abandoná-los, indica que a formação de hábitos específicos não é simplesmente questão de sua duração. Tendências e características de temperamento, herdadas, valem tanto quando o tempo de habituação para determinar quais os hábitos que virão a dominar um esquema de vida individual. E o tipo prevalente das tendências transmitidas ou, em outras palavras, o tipo de temperamento peculiar ao elemento étnico dominante de qualquer comunidade, terá muito

que dizer sôbre o escopo e forma de expressão dos hábitos e da vida desta comunidade. Quanto podem as idiossincrasias transmitidas pesar na formação rápida e definitiva dos hábitos de um indivíduo, é ilustrado pela extrema facilidade com que às vêzes se forma o hábito predominante do alcoolismo; ou pela igual facilidade e inevitabilidade de formação do hábito de observâncias devotas entre pessoas dotadas de tendências especiais nessa direção. Quase o mesmo sentido se prende àquela facilidade peculiar de adaptação a um estado (ambiente) humano específico, o chamado amor romântico.

Os homens diferem quanto às suas tendências herdadas ou segundo a relativa facilidade com que desempenham as suas atividades vitais em determinadas direções; e os hábitos, que coincidem ou derivam de uma tendência específica, relativamente acentuada, ou de uma facilidade de expressão, específica e relativamente grande, exercem uma grande influência sôbre o bem-estar individual. A parte desempenhada por êsse elemento em determinar a relativa tenacidade dos diferentes hábitos, que constituem o padrão de vida, serve para explicar a extrema relutância com que os homens desistem de qualquer artigo habitual de consumo conspícuo. As tendências ou propensões a que se pode atribuir um hábito dêsse gênero são aquelas cujo desempenho consiste na competição; e a propensão para a competição — para a comparação individual — é de origem antiga e constitui uma tendência saliente da natureza humana. É facilmente incentivada em qualquer nova forma e se fixa com grande insistência sob qualquer aspecto que já lhe tenha sido familiar. Quando o indivíduo se tem uma vez acostumado a achar expressão num determinado gênero de gastos honoríficos — quando uma certa cadeia de estímulos tenha sido habitualmente satisfeita num determinado sentido sob a direção dessas arraigadas propensões para a competição — será com extrema relutância que tais

gastos habituais serão abandonados. Por outro lado, sempre que o enriquecimento possibilitar ao indivíduo desdobrar e estender o seu modo de vida, as antigas propensões da raça se manifestarão para determinar a sua direção. E aquelas propensões (que já se encontram em atividade sob alguma forma de expressão a elas relacionada, secundadas por sugestões indicadas, fornecidas pelo corrente e estabelecido esquema de vida, e para cuja prática os meios materiais e oportunidades estejam à disposição) serão especialmente as que contribuirão para moldar a forma e a direção em que se manifestará o novo acesso à força acrescida do indivíduo. Isto equivale a dizer que, em qualquer comunidade onde os gastos conspícuos constituam uma parte do esquema de vida, um aumento da capacidade individual de gastar se canalizará provavelmente num sentido já consagrado do consumo conspícuo.

Com exceção do instinto de autopreservação, a propensão para a competição é provavelmente o mais forte, alerta e persistente dos motivos econômicos. Numa comunidade industrial, esta propensão para a competição se exprime na concorrência pecuniária; e isto, no que se refere às comunidades civilizadas ocidentais da atualidade, é virtualmente equivalente à sua expressão em alguma forma de desperdício conspícuo. As tendências para o desperdício conspícuo estão, portanto, prontas a absorver qualquer aumento da eficiência ou aumento industrial da comunidade, depois de supridas as necessidades físicas mais elementares.

Onde, sob as modernas condições, não ocorrer este resultado, a razão da discrepância terá que ser em geral procurada numa proporção demasiadamente rápida do aumento da riqueza individual, para que o hábito de gastar o possa acompanhar; ou poderá ser que o indivíduo em questão reserve o consumo conspícuo do incremento para o futuro — geralmente com o intuito de intensificar o efeito espetacular do agregado

de gastos em vista. Como a maior eficiência industrial possibilita produzir meios de subsistência com menos esforço, as energias dos trabalhadores da comunidade tenderão a alcançar maiores resultados nos gastos conspícuos, em vez de afrouxar o ritmo para maior comodidade. A tensão não é reduzida com o aumento da eficiência industrial, que o possibilitaria, mas o incremento da produção é empregado para fazer face a estas demandas, de expansão indefinida, do gênero geralmente imputado, na economia teórica, às necessidades espirituais mais elevadas. É principalmente a presença desse elemento no padrão de vida que permitiu a J. S. Mill afirmar: "é ainda discutível se tôdas as invenções mecânicas, até agora feitas, tenham aliviado o labor diário de qualquer ser humano".

O padrão de gastos aceito pela comunidade ou pela classe a que o indivíduo pertence determina, em grande extensão, o seu padrão de vida. Isto se efetua diretamente pelo apêlo ao senso comum quanto ao que é direito e bom, através do seu discernimento e assimilação do esquema de vida a que pertencer; mas se efetua também, indiretamente, pela insistência popular em conformidade com a escala de gastos considerada como apropriada, sob pena de desprezo e ostracismo. Aceitar e manter o padrão de vida em voga é tão agradável como prático e, em geral, indispensável ao conforto pessoal e ao sucesso na vida. O padrão de vida de qualquer classe, no que diz respeito ao elemento de desperdício conspícuo, é comumente tão elevado quanto o permitir a capacidade produtora da classe — com uma constante tendência ascendente. O efeito sobre as atividades produtivas importantes do homem consiste, portanto, em dirigi-las, com propósito bem definido, para a maior aquisição de riquezas possível, e para a desaprovação do trabalho que não produza lucros pecuniários. Ao mesmo tempo, o efeito sobre o consumo é de concentrá-lo sobre as linhas mais evidentes aos observadores, cuja opinião favorável é al-

mejada, enquanto as inclinações e aptidões, cuja prática não envolve gastos honoríficos de tempo e de substância, tendem a ser relegadas ao desuso.

Através desta discriminação em favor do consumo visível se verifica que a vida doméstica da maioria das classes é relativamente mesquinha em comparação com a parte ostensiva da sua existência, que se desenrola perante os olhos do observador. Como uma segunda consequência da mesma discriminação, as pessoas geralmente escondem da observação pública a sua vida privada. No que diz respeito àquela parte do seu consumo, que poderá irreprensivelmente ser efetuada em segredo, eles se abstêm de qualquer contato com os seus vizinhos. Daí o exclusivismo individual, em relação à sua vida doméstica, da maioria das comunidades industrialmente desenvolvidas; e, daí, de derivação mais remota, o hábito de reserva e de vida privada, tão característico do código de boa conduta, entre as classes superiores de todas as comunidades. A baixa cifra de natalidade das classes mais premidas pelas exigências de gastos de reputação, é da mesma forma atribuível às demandas do padrão de vida, baseado no desperdício conspícuo. O consumo conspícuo, e o consequente aumento das despesas, exigido pela manutenção respeitável de uma criança, é bastante considerável e age como um freio potente. É provavelmente o mais eficaz dos freios malthusianos de prudência.

O efeito dêsse fator sobre o padrão de vida, tanto no sentido de redução dos elementos de consumo mais obscuros, destinados ao conforto físico e à manutenção, como também na limitação ou ausência de filhos, é talvez melhor observado entre as classes dedicadas à carreira científica. Por causa da suposta superioridade e exclusividade dos dotes e talentos que caracterizam a sua vida, estas classes são convencionalmente tidas em escala social mais elevada do que o permitiriam as suas condições pecuniárias. A escala de gas-

tos decentes, no seu caso, é correspondentemente elevada, deixando por consequência bem pouca margem para outros fins. Por força das circunstâncias, o seu próprio discernimento habitual do direito e do justo, neste particular, assim como as expectativas da comunidade quanto à decência pecuniária entre os letrados, são excessivamente elevados — em comparação ao grau prevacente de opulência e capacidade de ganho da classe, relativamente às outras classes, a cuja escala social nominalmente pertençam. Em qualquer comunidade moderna, onde haja monopólio sacerdotal destas ocupações, as pessoas dedicadas às ciências são inevitavelmente lançadas em contato com classes pecuniariamente superiores. O elevado padrão de decência pecuniária, que vigora entre essas classes superiores, infiltra-se nas classes dos cientistas com perdas insignificantes do seu rigor; e, em consequência, não existe outra classe na comunidade que gaste maior proporção dos seus meios com o desperdício conspícuo.

Capítulo VI

Regras pecuniárias do gôsto

MAIS DE UMA VEZ aqui se repetiu a advertência de que, enquanto a norma reguladora do consumo é em grande parte uma exigência do consumo conspícuo, não se deve todavia entender que o motivo pelo qual age o consumidor em qualquer determinado caso é êste princípio em sua forma crua e não sofisticada. Comumente, o motivo do consumidor é um desejo de se conformar com o uso estabelecido para evitar reparos e comentários desfavoráveis, para viver segundo as regras aceitas de decência na qualidade, quantidade e grau dos bens consumidos, bem como no digno emprêgo de seu tempo e esforço. Na maioria dos casos mais corriqueiros, êste sentido de uso prescrito está presente nos motivos do consumidor e exerce uma força constrangedora direta, especialmente quando o consumo se realiza sob as vistas de observadores. Mas um elemento considerável de dispêndio prescritivo também se observa no consumo não conhecido dos observadores em nenhum grau apreciável — por exemplo, nas roupas de uso interior, em alguns artigos alimentares, em utensílios de cozinha e

outros aparelhos domésticos destinados antes ao serviço do que à ostentação. Nesses objetos de utilidade, um atento escrutínio descobrirá certos traços que se lhes acrescentam ao custo e salientam o valor comercial dos bens em questão, mas que não aumentam proporcionalmente os préstimos dos fins materiais a que tão-sòmente estão destinados a servir.

Sob a lei seletiva do consumo conspícuo vige um código de regras autorizadas de consumo, cujo objetivo é elevar o consumidor a um padrão de dispêndio e desperdício em seu consumo de bens e no emprêgo de seu tempo e esforço. Êsse desenvolvimento de usos prescritivos tem um efeito imediato sôbre a vida econômica, mas tem também um efeito indireto e remoto sôbre outros aspectos da conduta. Hábitos de pensamento que tangem à expressão da vida em determinada direção, inevitavelmente afetam a opinião corrente sôbre o que é bom e correto também em outras direções. No complexo orgânico dos hábitos de pensamento que formam a substância da vida consciente do indivíduo, o interêsse econômico não está isolado nem é distinto de todos os demais interêsses. Algo já se disse, anteriormente, sôbre suas relações com as regras da respeitabilidade.

O princípio de consumo conspícuo orienta a formação de hábitos de pensamento quanto ao que é honesto e respeitável na vida e nas “utilidades”. Assim fazendo, êsse princípio permeará outras normas de conduta que precìpualemente nada têm a ver com o código de honra pecuniária, mas que têm, direta ou incidentalmente, uma significação econômica de certa magnitude. Assim pois, a regra de dispêndio honorífico pode, imediata ou remotamente, influenciar o senso do dever, o senso da beleza, o senso da utilidade, o senso da propriedade devocional ou ritualística e o senso científico da verdade.

É quase desnecessário discutir aqui os pontos particulares nos quais a regra do dispêndio honorífico ha-

bitualmente permeia as regras da conduta moral, ou a maneira segundo a qual dito fenômeno se processa. O assunto é dos que têm recebido grande atenção e suscitado exemplos às mãos daqueles cujo ofício é vigiar e advertir com respeito a quaisquer desvios do código de moral estabelecido. Nas comunidades modernas, onde o traço dominante econômico e legal da vida comunitária é a instituição da propriedade privada, um dos traços salientes do código de moral é a inviolabilidade da propriedade. Não é mister insistir ou dar exemplos para obter assentimento à proposição de que o hábito de manter inviolada a propriedade privada é permeado por outro hábito: o de procurar a riqueza no interesse da boa reputação a ser granjeada mercê do consumo conspícuo. Muitos atentados contra a propriedade, especialmente atentados de uma especial magnitude, estão nesse caso. É também matéria proverbial e de comum notoriedade que, em atentados que resultam num grande aumento de riqueza para o ofensor, este ordinariamente não incorre na extrema penalidade ou na extrema desonra com que o seu atentado seria castigado apenas na base de um ingênuo código de moral. O ladrão ou o trapaceiro que granjeou grande riqueza com a sua delinquência tem mais probabilidade do que o ladrão de segunda categoria para escapar à rigorosa penalidade da lei; e alguma boa reputação se lhe acrescenta pelo aumento da sua riqueza e pelo modo decente como gasta os bens irregularmente adquiridos. Um dispêndio sensato do fruto da sua rapinagem apela especialmente para as pessoas que possuem um sentido desenvolvido das conveniências e chega ao ponto de mitigar o senso de torpeza moral com que viam ao princípio a ação delinquente. Pode-se igualmente notar — e isto vem melhor ao caso — que todos somos inclinados a desculpar um atentado à propriedade no caso de um homem cujo motivo, muito digno, é prover os meios de um estilo de vida “decente” para sua mulher e

seus filhos. Se se acrescentar que sua mulher foi criada “no regaço do luxo”, isto é mais uma circunstância atenuante adicional. Vale dizer, temos a inclinação de perdoar o atentado cujo objetivo era o objetivo honorífico de capacitar a mulher do ofensor a realizar por êle uma soma de consumo vicário de tempo e substância, tais os exigidos pelo padrão de decência pecuniária. Nesse caso, o hábito de aprovar o grau consuetudinário de dispêndio conspícuo se mescla ao hábito de condenar as violações da propriedade, até mesmo ao ponto de, algumas vezes, deixar indecisa a sentença entre o louvor e a censura. Isto é peculiarmente verdadeiro quando a delinquência envolve um apreciável elemento predatório ou de rapina.

Não é mister insistir nesse tema; mas talvez não esteja fora de lugar observar que todo aquêlê considerável corpo de moral que se constela em tórno do conceito de uma propriedade inviolável constitui um precipitado psicológico do mérito tradicional ligado à riqueza. Deve-se acrescentar que esta riqueza, tida como sagrada, é precipuamente avaliada segundo a boa reputação a ser obtida mediante o seu consumo conspícuo.

A relação da decência pecuniária com o espírito científico ou a busca do conhecimento será tratada com algum pormenor em capítulo separado. Igualmente, no que toca ao mérito e à propriedade devocional ou ritual nessa relação, pouco haverá a dizer presentemente. Esse tópico também será tratado incidentalmente em capítulo posterior. Ainda assim, o exercício do dispêndio honorífico tem muito a dizer na formação do gôsto popular quando ao que é correto e meritório em assuntos sagrados, e poder-se-á, portanto, indicar a relação do princípio de gasto conspícuo com alguns conceitos e observâncias devotas mais corriqueiras.

Evidentemente, a regra do dispêndio conspícuo é responsável por uma grande parte do que se poderá

denominar "consumo devoto", isto é, o consumo de edifícios sagrados, vestimenta e demais bens da mesma classe. Mesmo naqueles cultos modernos a cujas divindades se atribui uma predileção por templos não construídos com as mãos, os edifícios sagrados e outros pertences do culto são construídos e decorados com vistas a um considerável grau de prodigalidade no consumo. Basta apenas um pouco de observação ou introspecção — e qualquer delas serve aqui — para nos assegurar que o dispendioso esplendor da casa de culto tem um efeito apreciavelmente edificante e blandicioso na disposição de ânimo do adorador. Serve para reforçar o mesmo fato a reflexão sobre o senso de vergonha abjeta mediante o qual a menor prova de indigência ou sordidez do recinto sagrado afeta os que o contemplan. Os acessórios de qualquer observância devota devem estar pecuniariamente acima de qualquer censura. Este requisito é absoluto, seja qual for a elasticidade que se empreste em consideração a tais acessórios do ponto de vista estético ou de qualquer outra serventia.

Não está igualmente fora de lugar notarmos que em tôdas as comunidades (especialmente em zonas onde o padrão de decência pecuniária das residências não é alto) o santuário local é mais ornamentado, mais conspicuamente dispendioso em sua arquitetura e decoração do que as moradias da congregação. Isto é verdadeiro em quase todos os cultos sejam êstes pagãos ou cristãos, mas é especialmente verdadeiro quando se trata de cultos mais antigos e amadurecidos. Ao mesmo tempo, o santuário pouco contribui (se é que contribui alguma coisa) para o conforto físico de seus membros. Com efeito, a estrutura sagrada não apenas serve ao bem-estar físico de seus membros em insignificante medida, quando a comparamos com as suas humildes residências, mas todos os homens sentem que um senso correto e esclarecido do verdadeiro, do

belo e do bom exige que, em todo dispêndio com o santuário, esteja conspicuamente ausente qualquer coisa que possa servir ao conforto do adorador. Se qualquer elemento de conforto é admitido nos arranjos do santuário, êle deve pelo menos ser escrupulosamente encoberto e disfarçado sob uma ostensiva austeridade. Nas mais reputadas casas de culto da atualidade, onde não se poupam despesas, o princípio de austeridade chega ao ponto de fazer dos dispositivos do lugar um meio de mortificação da carne, especialmente na aparência. Há poucas pessoas de gosto delicado em assuntos de consumo devoto, para as quais êsse desperdício austeramente incômodo não apele como intrinsecamente bom e correto. O consumo com a devoção pertence à natureza do consumo vicário. A regra da devoção austera se baseia na reputabilidade pecuniária do consumo conspicuamente perdulário: apoiado no princípio de que o consumo vicário deve, conspicuamente, não concorrer para o conforto do consumidor vicário.

O santuário e seus arranjos têm algo dessa austeridade em todos os cultos onde não se concebe estarem presentes o santo ou a divindade aos quais o santuário pertence, ou fazerem os mesmos uso pessoal da propriedade para a instalação do gosto pelo luxo que se lhes atribui. A índole dos acessórios sagrados é algo diferente a êsse respeito daqueles cultos nos quais os hábitos de vida atribuídos à divindade estão mais próximos daqueles que se atribuem a um potentado patriarcal terreno — onde se concebe fazer êle uso, em pessoa, daqueles bens de consumo. No último caso, o santuário e seus pertences imitam a moda dos bens destinados ao consumo conspícuo de um amo temporal, ou proprietário. Por outro lado, quando os sagrados pertences são simplesmente empregados no serviço da divindade, isto é, quando são consumidos vicariamente por ela pelos seus servos, assumem os mesmos o caráter apro-

priado aos bens destinados tão-sòmente ao consumo vicário.

No último caso, o santuário e os acessórios sagrados são dispostos de modo a não dar realce ao conforto ou plenitude de vida do consumidor vicário, ou, de qualquer modo, dar a impressão de que o fim do seu consumo é o conforto do consumidor. Pois o fim do consumo vicário é salientar, não a plenitude de vida do consumidor, mas a reputação pecuniária do chefe em cujo proveito o consumo se faz. Por conseguinte, a vestimenta sacerdotal é notòriamente dispendiosa, ornamentada e incômoda; e os cultos nos quais não se concebe agir o servidor na capacidade de consorte, são de um estilo austero e incômodo. E sente-se que assim devem ser.

Não é apenas no estabelecimento de um padrão religioso de dispendiosidade perdulária que o princípio de desperdício invade o domínio das regras de utilidade ritual. Ele toca os modos bem como os meios, e se aproxima do ócio vicário bem como do consumo da mesma espécie. Em seu melhor aspecto, o comportamento sacerdotal é distante, ocioso, perfuntório, não contaminado por sugestões de prazer sensual. Isto é verdadeiro, naturalmente em diferentes graus, nos diferentes cultos e seitas; mas na vida sacerdotal dos vários cultos antropomórficos, são visíveis os indícios de um consumo vicário de tempo.

A mesma incisiva regra de lazer vicário está visivelmente presente nos detalhes externos das observâncias devotas e basta indicá-las para que se tornem evidentes a quantos a elas assistam. Todos os rituais possuem uma notável tendência para se reduzir a uma repetição de fórmulas. O desenvolvimento destas é principalmente notório nos cultos mais antigos, que têm ao mesmo tempo uma vida e uma aparência mais austera e ornamentada, e severamente sacerdotal; mas é também perceptível nas formas e métodos do culto de seitas mais novas e mais puras, cujos gostos no

tocante a sacerdotes, vestimentas e santuários são menos exigentes. A repetição do culto (a expressão "culto" inclui uma sugestão de importância relativamente ao tema que se discute), se faz mais perfuntoriamente à medida que o mesmo se acrescenta em idade e consistência, e esta qualidade perfuntória da repetição é deveras agradável ao gôsto devoto correto. E com boas razões, pois o fato de ser o mesmo perfuntório equivale a dizer diretamente que o amo e senhor em cuja intenção o mesmo se realiza está acima da vulgar necessidade do culto realmente profícuo que lhe prestam seus servidores. Estes são servidores inúteis, e existe uma implicação honorífica para seu amo e senhor no fato de permanecerem êles inúteis. Desnecessário indicar a grande analogia nesse ponto entre o ofício sacerdotal e o ofício do laçao. Em qualquer dos casos, lisonjeia-nos o sentido do que é apropriado em tais assuntos, reconhecer na visível qualidade perfuntória do culto o fato de o mesmo se fazer tão-sòmente *pro forma*. Não deve haver sinal algum de agilidade ou destreza de manipulação na execução do ofício sacerdotal, tais os que poderia sugerir a pressa de o dar por terminado.

Em tudo isso há naturalmente uma evidente implicação no tocante ao temperamento, aos gostos, às propensões e hábitos de vida imputados à divindade pelos adoradores que vivem segundo a tradição dessas regras pecuniárias de reputação. E porque penetrou os hábitos de pensamento dos homens, o princípio de desperdício conspícuo coloriu as noções que os seguidores têm da divindade e as relações nas quais o vasalo humano está para com ela. Naturalmente, é nos cultos mais ingênuos que mais se patenteia esta difusão de beleza pecuniária, sendo todavia visível de fora a fora em todos êles. Todos os povos, seja qual fôr a sua fase cultural ou grau de instrução, de bom grado exageram uma informação autêntica e sensivelmente escassa sôbre a personalidade e o ambiente costumeiro

de suas divindades. Invocando, por essa forma, o socorro da fantasia para enriquecer e preencher a imagem da divina presença e seu estilo de vida, imputam-lhe os traços que servirão para compor a imagem que fazem de um homem digno. E ao procurarem entrar em comunhão com a divindade, os meios e modos de contato se assimilam o mais aproximadamente possível com os que possam ser o ideal divino que, na época, os homens tenham em mente. Sentem êles que a presença divina é conquistada de melhor grado e com melhor efeito mercê de certos métodos consagrados e com o acompanhamento de certas circunstâncias materiais que, na compreensão popular, se acham em peculiar consonância com a natureza divina. Este ideal, popularmente aceito, do procedimento e dos acessórios adequados a tais comunhões, é, naturalmente, em grande medida, modelado pela compreensão popular daquilo que é intrinsecamente digno e belo no comportamento e no ambiente humano em tôdas as relações dignificantes. Mas a êste respeito seria enganoso tentar-se uma análise do procedimento devoto mediante a referência nua e crua de tôdas as provas da presença de um padrão pecuniário de respeitabilidade em a norma subjacente de emulação pecuniária. Seria igualmente errôneo atribuir à divindade, tal como ela é popularmente concebida, uma consideração zelosa por sua posição pecuniária, e o hábito de evitar e condenar as situações e os ambientes esqualidos simplesmente porque os mesmos são inferiores em seu aspecto pecuniário.

Ainda assim, dando-se o devido desconto, parece que as regras da respeitabilidade pecuniária afetam materialmente (direta ou indiretamente) as nossas noções sobre os atributos da divindade, bem como as nossas noções sobre as maneiras e as circunstâncias convenientes e adequadas da comunhão divina. Sente-se que os hábitos de vida da divindade devem ser peculiarmente serenos e sugestivos de lazer. E quando quer que se descreva sua habitação local em poéticas ima-

gens para edificar a fantasia devota ou para ela apelar, quem a descreve apresenta, naturalmente, à imaginação do ouvinte, um trono cercado por grande número de servidores, e com uma profusão de emblemas de opulência e poder. Na generalidade dessas apresentações das moradas celestes, o ofício dêsse corpo de servidores constitui um ócio, sendo seu tempo e esforço em larga medida consumidos numa repetição industrialmente improdutiva das características e proezas meritórias da divindade; ao mesmo tempo que o pano de fundo da apresentação cintila fulgores de metais preciosos e das mais caras variedades de pedrarias. É tão-sòmente nas expressões mais crassas da fantasia devota que essa intromissão das regras pecuniárias nos ideais de devoção atinge tais extremos. Exemplo de um desses extremos ocorre nas imagens devotas da população negra do Sul dos Estados Unidos. Em suas descrições de tais imagens, os oradores são incapazes de lançar mão de qualquer coisa mais barata do que o ouro; de tal modo que, nesses casos, a insistência na beleza pecuniária produz um espantoso efeito em amarelo — o que seria insuportável a um gôsto mais sóbrio. É entretanto provável não existir culto algum no qual os ideais de mérito pecuniário não sejam chamados a suplementar os ideais da adequação cerimonial que orientam a concepção dos homens sobre o que é correto em assuntos do aparato sagrado.

Sente-se, da mesma forma — e êsse sentimento é pôsto a render — que os servidores sacerdotais da divindade não devem se empenhar em trabalho industrialmente lucrativo; que o trabalho de qualquer espécie — qualquer emprêgo de uso humano tangível — não deve ser exercido na presença divina ou no recinto do santuário; que todo aquêle que comparecer à presença divina deve estar limpo de quaisquer traços industriais profanos em seu vestuário ou pessoa devendo ao mesmo tempo aparecer em trajes mais dispendiosos do que os

de uso diário; que, nos dias santificados, postos de parte em honra da divindade ou para entrar em comunhão com ela, trabalho algum de uso humano deve ser feito por quem quer que seja. Até mesmo os dependentes leigos mais longínquos devem dedicar-lhe um ócio vicário na proporção de um dia em sete.

Em tôdas essas demonstrações da pouca instrução dos homens no tocante ao que convém e é correto na observância devota e nas relações com a divindade, a presença efetiva das regras da respeitabilidade pecuniária é bastante evidente, ou seja porque tais regras exercem seu efeito de imediato ou logo em seguida no critério devoto a êsse respeito.

Essas regras de respeitabilidade tiveram um efeito semelhante, porém de um alcance maior e mais especificamente determinante, no critério popular da beleza ou da utilidade dos bens de consumo. As exigências da decência pecuniária influenciaram, em apreciável medida, o sentido da beleza e da utilidade dos artigos de uso ou de beleza. Em certa medida, os artigos são preferidos por constituírem uma prodigalidade conspícua; sente-se que são prestativos quase na mesma proporção em que constituem um desperdício e são mal adaptados ao uso ostensivo.

A utilidade dos artigos valorizados pela sua beleza depende estreitamente da sua dispendiosidade. Uma ilustração comum bastará para mostrar essa dependência. Uma colher de prata cinzelada à mão, de valor comercial de uns dez ou vinte dólares, não é ordinariamente mais útil — no primeiro sentido da palavra — do que uma colher do mesmo material, feita à máquina. Até pode não ser mais útil do que uma colher fabricada de um metal tão “vil” como o alumínio, cujo valor não passa de dez ou doze centavos. O primeiro dos dois utensílios é com efeito um objeto comumente menos efetivo do que o último para o seu fim ostensivo. Vendo a matéria por êsse prisma, surge naturalmente a objeção de que um dos usos principais, senão o prin-

cipal, da colher mais cara, não é levado em consideração; a colher cinzelada à mão lisonjeia-nos o gôsto e o sentido da beleza, ao passo que aquela feita à máquina e em vil metal, não tem outro ofício além de uma brutal eficiência. Os fatos são sem dúvida tais como a objeção os revela, mas ficará evidente, após reflexão, que uma tal objeção é antes plausível do que concludente. Parece que: 1 — embora feitas de materiais diferentes, cada colher possui beleza e utilidade adequada ao fim para o qual é usada; o material da colher trabalhada à mão é umas cem vezes mais valioso do que o metal vil, sem contudo exceder grandemente o último em beleza intrínseca de textura ou côr, e sem ser, em grau apreciável, superior em questão de utilidade mecânica; 2 — se um exame atento revelasse que a dita colher feita a mão era na realidade apenas a imitação feliz de um objeto feito manualmente, uma imitação, entretanto, feita com tanta habilidade ao ponto de dar a mesma impressão de traço e superfície a qualquer exame que não fôsse de um ôlho experimentado e minucioso, a utilidade do artigo, inclusive a satisfação que o usuário derivasse da sua contemplação como objeto de beleza, declinaria imediatamente cerca de oitenta ou noventa por cento, ou mesmo mais; 3 — se as duas colheres são, para um observador razoavelmente atento, quase tão idênticas na aparência que apenas o pêso mais leve do artigo espúrio o traia, essa identidade de forma e côr escassamente acrescentará ao valor da colher feita a máquina, nem de modo apreciável aumentará a satisfação do “senso de beleza” que tem o usuário ao contemplá-la, contanto que a colher mais barata não seja uma novidade, e êle possa obtê-la a um custo nominal.

O caso das colheres é típico. A superior satisfação que deriva do uso e da contemplação de produtos caros e considerados belos, é comumente, em grande medida, uma satisfação do nosso sentido do seu preço

elevado que se mascara de beleza. Nossa grande apreciação do artigo superior é uma apreciação do seu caráter honorífico, com muito mais freqüência do que seria a apreciação sofisticada de sua beleza. O requisito do desperdício conspícuo não está em geral presente, conscientemente, em nossas regras de gôsto, mas está não menos presente como uma norma a constringer seletivamente a forma e a continuação daquilo que é belo e a orientar a nossa discriminação no tocante ao que pode legitimamente ser aprovado como belo e ao que não pode.

É neste ponto, onde o belo e o honorífico se encontram e fundem, que a discriminação entre a utilidade e a superfluidade é mais difícil em qualquer caso concreto. Acontece freqüentemente um artigo que serve ao propósito honorífico de prodigalidade conspícua ser ao mesmo tempo um objeto belo; e a mesma aplicação de trabalho à qual êle deve a sua utilidade para o primeiro objetivo, pode (e não raro o faz) emprestar beleza de forma e côr ao artigo. A questão ulteriormente se complica pelo fato de muitos objetos, como, por exemplo, as pedras, os metais preciosos e alguns outros materiais usados para adôrno e decoração, deverem a sua utilidade como artigos de prodigalidade conspícua à sua anterior utilidade como objetos de beleza. O ouro, por exemplo, tem um alto grau de beleza sensual; muitíssimas, senão a maioria das obras de arte altamente prezadas, são intrinsecamente belas, embora muitas vêzes o sejam por sua qualificação material; o mesmo é verdadeiro em se tratando de alguns estofos usados no vestuário, certas paisagens e, em menor grau, muitas outras coisas. Excetuando-se a beleza intrínseca que possuem, êsses objetos difficilmente foram cobiçados tais como são, ou foram monopolizados como objetos de orgulho pelos seus possuidores ou usuários. Mas a utilidade dessas coisas para o que as possui é menos devida à sua beleza intrínseca

do que à honra que a sua posse e consumo conferem, ou à censura que ela impede.

Independentemente da sua utilidade a outros respeito, êsses objetos são belos e têm utilidade como tais; são valiosos nesse particular, se podem ser monopolizados ou ter sua posse reservada; são, portanto, cobiçados como possessões valiosas, e o seu gôzo exclusivo lisonjeia o sentido de superioridade pecuniária do dono ao mesmo tempo que a contemplação dos mesmos satisfaz o seu sentido do belo. Mas a sua beleza, no sentido ingênuo da palavra, é antes a ocasião do que a razão da sua monopolização ou do seu valor comercial. "Grande é a beleza sensual das pedras preciosas; sua raridade e preço lhes conferem uma qualidade distinta, o que não aconteceria se fôssem baratas". Há com efeito, na generalidade dos casos dessa natureza, relativamente pouco incentivo à posse e ao uso exclusivo dêsses objetos de beleza, exceto se o mesmo se baseia no seu caráter honorífico de artigos de prodigalidade conspícua. A maioria dos objetos dessa classe geral, com a exceção parcial dos artigos de adôrno pessoal, serviriam igualmente bem a outros fins que não o honorífico, quer possuídos ou não pela pessoa que os vê, ou mesmo, no que tange aos adornos pessoais, acrescenta-se que o seu fim principal é emprestar notoriedade à pessoa do seu dono (ou usuário) em comparação com as pessoas que se vêem obrigadas a passar sem êles. A utilidade estética das coisas belas não é grandemente, tampouco universalmente, aumentada mediante a sua posse.

A generalização do que até aqui êsse terreno nos permite é que qualquer objeto bastante valioso para apelar ao nosso senso de beleza tem de se conformar não apenas com os requisitos da beleza como também com o requisito do preço elevado. Mas isto não é tudo. A regra do preço caro também nos afeta o gôsto de tal maneira ao ponto de fundir inextricavelmente em nossa apreciação os sinais de preço caro com os belos

traços do objeto, e subordinar o efeito resultante ao rótulo de uma apreciação da sua simples beleza. Os indícios de preço caro vêm a ser aceitos como traços de beleza dos artigos dispendiosos. Agradam pelo fato de constituírem marcas de preço caro e honorífico, e o prazer que êles proporcionam neste particular se funde com o que nos é oferecido pela bela côr e forma do objeto; assim é que freqüentemente afirmamos que um artigo de vestuário, por exemplo, é "perfeitamente belo", quando quase tudo quanto sobra de uma análise do valor estético do mesmo é a afirmação de que êle é apenas pecuniariamente honorífico.

Estas fusão e confusão dos elementos preço-carro e beleza são talvez melhor exemplificadas em artigos de vestuário e mobiliário doméstico. O código de respeitabilidade em assuntos de vestuário decide quais as formas, as côres, os materiais e os efeitos gerais do vestuário humano que serão aceitos como apropriados em determinada época; e quaisquer desvios dêsse código ofenderão nosso gôsto — desvios que serão, presumivelmente, desvios da verdade estética. A aprovação com a qual contemplamos o vestuário em voga de modo algum deve ser levada em conta de fingimento. Prontamente, e freqüentemente com a maior sinceridade, gostamos do que está na moda. Por exemplo, tecidos grosseiros e côres berrantes nos ofendem sempre que a moda decreta um acabamento acetinado e côres neutras. Um chapéu extravagante dêste ano indubitavelmente apela hoje à nossa sensibilidade com muito mais veemência do que o faria um chapéu extravagante do ano passado; conquanto, visto na perspectiva de um quarto de século, seria difficilimo, segundo creio, conceder a palma da beleza intrínseca a qualquer dessas estruturas. Assim pois, pode-se notar que, simplesmente considerado em sua justaposição física em relação à forma humana, o lustroso chapéu de um cavalheiro ou o seu lustroso sapato de couro não têm mais valor intrínseco do que o lustroso cotovêlo de uma

manga coçada pelo uso; e todavia não há dúvida de que tôdas as pessoas bem nascidas (das comunidades ocidentais civilizadas), instintiva e naturalmente aderem aos primeiros como a fenômenos de grande beleza, e evitam o último por êste ofender todos os sentidos para os quais pudesse apelar. É extremamente duvidoso poder qualquer pessoa ser induzida a usar uma engenhoca tal como a cartola em voga na sociedade civilizada, exceto por alguma razão urgente — mais urgente que não a estética.

Mediante um hábito ulterior de percepção apreciativa dos indícios de preço caro em artigos, e pela habitual identificação da beleza com a respeitabilidade, acontece que uma coisa bela mas não dispendiosa não é considerada bela. Por exemplo, tem acontecido que algumas belas flôres passam convencionalmente por ervas repugnantes; outras, que podem ser cultivadas com relativa facilidade, são aceitas e admiradas pela baixa classe média, que não se pode permitir luxos mais dispendiosos nesse setor; mas essas variedades são rejeitadas como vulgares pelas pessoas capacitadas a comprar flôres dispendiosas e que sabem discernir uma beleza pecuniária mais alta nos produtos da flora enquanto outras flôres, de beleza intrínseca não maior do que estas, são cultivadas com grandes gastos e excitam grande admiração dos que amam as flôres e cujo gôsto amadureceu sob a orientação crítica de um ambiente requintado.

É também visível a mesma variação de gôsto de uma classe social para outra, no que diz respeito a outros bens de consumo, por exemplo, mobília, casas, parques e jardins. Essa diversidade de opiniões sôbre o que é belo nesses vários tipos de bens não é uma diversidade da norma de acôrdo com a qual opera o sentido do belo não requintado. Não é uma diferença constitucional de qualidades estéticas, mas, antes, uma diferença no código de respeitabilidade a especificar quais os

objetos que estão exatamente na esfera de consumo honorífico no que tange à classe ao qual o crítico pertence. Há uma diferença nas tradições de propriedade com respeito às qualidades das coisas, que pode, sem desdouro para o consumidor, ser consumido sob a rubrica de objetos artísticos e de bom gosto. Descontando-se as variações a serem levadas em conta em outros terrenos, estas tradições se determinam, mais ou menos rigidamente, pelo nível de vida pecuniário da classe.

A vida diária apresenta muitas ilustrações curiosas da maneira pela qual o código de beleza pecuniária varia, em artigos de uso, de uma classe para outra, bem como do modo segundo o qual o senso convencional da beleza difere em suas manifestações do senso não dirigido pelos requisitos de reputação pecuniária. Um exemplo é o gramado — jardim ou parque de relva cortada rente — que tão naturalmente apela ao gosto dos povos ocidentais. Parece especialmente apelar ao gosto das classes abastadas naquelas comunidades onde predomina em grau apreciável o elemento dolococéfalo louro. O gramado possui indubitavelmente um elemento de beleza sensual como simples objeto de apercepção e como tal apela diretamente para a vista de quase todas as raças e classes; mas talvez seja mais indubitavelmente belo à vista do dolococéfalo louro do que para a maioria de outras variedades humanas. Esta maior apreciação de um trecho de verdura por esse grupo étnico — maior do que por outros elementos da população — acompanha outros traços do temperamento dolococéfalo louro, o que indica que esta raça foi por muito tempo um povo de pastôres, habitantes de uma região de clima úmido. O gramado cortado rente é belo aos olhos de um povo cuja tendência herdada é a de achar um prazer imediato na contemplação de um pasto ou de uma terra de pastagem bem conservada.

Para fins estéticos, o gramado é um pasto de vacas; e na atualidade, em alguns casos — onde a prodigalidade das circunstâncias concomitantes impede qualquer imputação de economia — o idílio do dolococéfalo louro se reabilita mediante a introdução de uma vaca no relvado ou no gramado particular. Em tais casos, a vaca comumente empregada é de raça e dispendiosa. A vulgar sugestão de poupança, quase sempre inseparável da vaca, é uma constante objeção ao uso decorativo desse animal. De modo que em todos os casos, exceto quando o ambiente luxuoso anula essa sugestão, o uso da vaca como objeto de bom gosto deve ser evitado. Onde a preferência por algum animal de pasto a fim de corresponder à sugestão de pastagem é demasiado forte para ser suprimida, o lugar da vaca é muitas vezes ocupado por um substituto mais ou menos inadequado, tal como o veado, o antílope ou qualquer outro animal exótico. Tais substitutos, embora menos belos do que a vaca segundo o gosto pastoral do homem do Ocidente, são nesses casos preferidos devido à sua superior futilidade ou preço elevado, e conseqüente reputação. Não são vulgarmente lucrativos, seja de fato ou por sugestão.

Os parques públicos, naturalmente, estão na mesma categoria dos gramados; são, no máximo, imitações de pastagens. Um parque dessa espécie é naturalmente melhor conservado pelo pastejo, e o gado sobre a relva não é um mesquinho aditamento à beleza da coisa, no que não é preciso insistir com qualquer pessoa que viu ao menos uma vez um pasto bem tratado. Mas vale notar, como expressão do elemento pecuniário no gosto popular, que esse método de conservar terrenos públicos é raramente empregado. O máximo que fazem operários qualificados sob a supervisão de um tratador experimentado é mais ou menos uma acurada imitação de pastagem, mas o resultado invariavelmente deixa a desejar quanto ao efeito artístico da mesma. Mas para o entendimento popular da média, um rebanho de gado

tão acentuadamente sugere poupança e utilidade, que a sua presença em um parque público seria intoleravelmente ordinária. Este método de conservação de parques é relativamente barato, e, em consequência, indecoroso.

Tem o mesmo sentido geral um outro aspecto dos parques públicos. Pois também existe uma exibição integral de gastos, acompanhada de uma simplicidade fingida e de crua utilidade. Parques particulares também apresentam a mesma fisionomia sob a gerência ou propriedade de pessoas cujos gastos se formaram nos hábitos de vida da classe média ou na tradição da classe mais alta de data não mais remota do que a infância da geração que agora está passando. Os parques que se conformam com os gostos educados da classe alta mais recente não apresentam êsses traços em grau tão notável. A razão dessa diferença de gostos entre a geração passada e a que se inicia entre os bem-nascidos reside na situação econômica em mudança. A mesma diferença se percebe a outros respeito, bem como nos ideais aceitos no tocante a jardins. Neste país, bem como na maioria dos outros, até a última metade do século, apenas uma diminuta proporção dos habitantes é possuidora de uma riqueza que os isenta de poupança. Devido aos meios imperfeitos de comunicação, essa pequena fração vivia espalhada, sem o menor contato entre os seus componentes. Não havia portanto base para um desenvolvimento do gosto sem olhar a despesas. A revolta do gosto requintado contra a poupança vulgar não tinha peias. Onde quer que o senso não refinado da beleza surgisse esporadicamente sancionando arredores pouco dispendiosos, faltar-lhe-ia a "confirmação social" que coisa alguma, exceto um corpo considerável de pessoas de pensamento uniforme, pode dar. Não havia, portanto, nenhuma opinião efetiva da classe mais alta, que fechasse os olhos à evidência de uma possível poupança na administração dos jardins; e não havia, conseqüentemente, nenhuma divergência

apreciável entre o ideal da classe ociosa e a pequena classe média no tocante à fisionomia dos mesmos. Ambas as classes igualmente concretizaram os seus ideais tendo a atenazá-las o medo ao descrédito pecuniário.

Atualmente começa a surgir uma divergência de ideais. A parcela da classe ociosa consistentemente isenta do trabalho e cuidados pecuniários de uma geração ou mais é agora bastante grande para formar e sustentar opinião em assuntos de gosto. A maior mobilidade de seus membros também se acrescentou a facilidade mediante a qual a "confirmação social" pode ser atingida dentro da classe. Nessa classe seleta, a ausência de poupança é assunto tão corriqueiro, ao ponto de ter perdido muito da sua utilidade como base de decôro pecuniário. Portanto, as regras do gosto da classe alta mais recente não insistem tão consistentemente numa incessante demonstração de dispêndio e na rigorosa exclusão das aparências de poupança. Foi assim que uma predileção pelo rústico e o "natural" em parques e jardins fêz a sua aparição nesses níveis sociais e intelectuais mais altos. Esta predileção é em grande parte um afloramento do instinto de artesanato; e exhibe os seus resultados em vários graus de consistência. Raramente é sem afetação, e de vez em quando gradualmente se transforma em alguma coisa não muito diferente daquela rusticidade simulada a que acima alvamos.

Uma fraqueza por dispositivos cruamente serviais que acentuadamente sugere o uso e o desperdício imediatos acha-se presente até mesmo nos gostos da classe média; mas é aí conservado sob contrôlo pelo domínio ininterrupto da regra de uma futilidade bem conceituada. Em consequência, essa fraqueza opera numa variedade de meios e modos para fingir utilidade; por exemplo, em dispositivos tais como cercas rústicas, pontes, caramanchões, pavilhões e semelhantes aspectos decorativos. Expressão dessa afetação de uti-

lidade, no que é talvez a mais importante divergência dos primeiros estímulos do senso da beleza econômica, nos é proporcionada pelo gradil rústico e as treliças de ferro forjado, ou pela aléia sinuosa feita em terreno plano.

A classe ociosa mais seleta superou o emprêgo dessas variantes pseudo-úteis de beleza pecuniária — pelo menos em alguns pontos. Mas o gôsto da camada da classe ociosa prôpriamente dita e da pequena e grande classe média ainda exige beleza pecuniária como suplemento da beleza estética, mesmo naqueles objetos que são precipuamente admirados pela beleza que lhes é intrínseca como qualidade natural.

O gôsto popular em tais assuntos deve ser observado na alta apreciação prevalecente pela topiaria e os canteiros convencionais dos jardins públicos. Feliz ilustração a dar dêste domínio da beleza pecuniária sôbre a beleza estética nos gostos da classe média pode ser vista na reconstrução dos terrenos últimamente ocupados pela *Exposição de Colômbia*. Serve ela para mostrar que a exigência do dispêndio bem conceituado ainda está presente e vigorosa mesmo quando é evitada tôda ostentação perdulária. Os efeitos artísticos realmente lavrados nessa obra de reconstrução divergem algo dos efeitos aos quais os terrenos se teriam prestado em mãos não orientadas pelas regras do gôsto pecuniário. E até mesmo a melhor classe da população citadina contempla a obra com uma aprovação irrestrita, a sugerir que há no caso muito pouca ou nenhuma discrepância entre os gostos das classes médias mais altas e as mais baixas da cidade. O senso de beleza da população dessa cidade representativa da cultura pecuniária adiantada reluta ante qualquer desvio do seu grande princípio cultural de dispêndio conspícuo.

O amor da natureza, talvez emprestado de um código estético de classe mais alta, às vezes se exprime

de modos inesperados, sob a orientação dessa regra de beleza pecuniária, e conduz a resultados que podem parecer incongruentes a um observador distraído. A prática adotada de se plantarem árvores nas regiões dêste país despidas de vegetação, tem sido levada a efeito, por exemplo, como um artigo de dispêndio honorífico, em áreas densamente arborizadas; de modo que não é raro uma aldeia ou um fazendeiro da região arborizada limpar a terra de suas árvores nativas e imediatamente replantar árvores novas, de certas variedades estrangeiras, seja na fazenda ou ao longo das ruas. Dêste modo, derrubam-se carvalhos, álamos, freixos, tílias, coníferas, cariocáreas e vidoeiros para dar lugar a plantações de bôrdos, choupos e salgueiros caducos. Isso porque se julga que a ausência de gastos que representa deixar de pé as árvores da floresta está abaixo da dignidade que deveria revestir um artigo destinado a servir a fins decorativos e honoríficos.

A mesma incisiva orientação de gôsto mediante uma boa reputação pecuniária é perceptível nos padrões existentes no tocante à beleza dos animais. Já aqui se aludiu à parte representada por essa regra de gôsto ao atribuir ela à vaca o lugar que lhe compete na escala estética popular. Algo parecido é válido para outros animais domésticos, enquanto êles são, industrialmente e em grau apreciável, úteis à comunidade — como, por exemplo, as aves de criação, os porcos, o gado, os carneiros, as cabras e os cavalos de tiro. Pertencem êstes à natureza de bens produtivos, e servem a um fim útil, freqüentemente com fins lucrativos; razão por que a beleza não lhes é prontamente imputada. O caso é diferente quando se trata de animais domésticos que ordinariamente não servem a fins industriais; por exemplo, pombos, papagaios e outras aves de gaiola, gatos, cachorros e cavalos de corrida. Comumente êstes são artigos de consumo conspícuo, são portanto honoríficos por sua natureza e podem legitimamente ser considerados belos. Essa classe

de animais é convencionalmente admirada pela totalidade das classes mais altas, enquanto as classes pecuniariamente mais baixas (e aquela seleta minoria da classe ociosa dentro da qual a rigorosa regra que abjura a poupança é em certa medida obsoleta) vêem beleza tanto numa classe de animais como em outra, sem trazer uma linha rígida e fixa de limite pecuniário entre o belo e o feio.

No caso daqueles animais domésticos que são honoríficos e reputadamente belos, existe uma base subsidiária de mérito à qual é mister aludir. Além dos pássaros que pertencem à classe honorífica dos animais domésticos, e que devem a sua situação nessa classe tão-somente ao seu caráter não lucrativo, os animais que merecem atenção particular são os gatos, os cães e os cavalos de corrida. O gato tem menor reputação do que os outros que acabamos de citar, pois representa um menor desperdício; pode até servir a fins utilitários. Ao mesmo tempo, o temperamento do gato não o habilita a uma finalidade honorífica. Vive com o homem em termos de igualdade, nada sabe daquela relação de classe que é a antiga base de tôdas as distinções de valor, honra e conceito, e não se presta facilmente a uma comparação invejosa entre seu dono e os vizinhos. A exceção a esta última regra ocorre no caso de produtos raros e caprichosos tais os gatos angorá, que possuem certo valor honorífico baseado em seu alto preço, e têm, portanto, uma especial pretensão à beleza em bases pecuniárias.

O cão leva vantagem no setor da utilidade, bem como em seus dons especiais de temperamento. Geralmente se fala dêle, num alto sentido, que é o amigo do homem, e louvam-se a sua inteligência e sua fidelidade. Isto significa que o cão é servo do homem e possui o dom de uma indiscutível subserviência e a presteza com que o escravo adivinha o estado de espírito de seu dono. Conjugado a êsses traços, que o habilitam para a relação de classe — e que, para o nosso atual propósito,

devem ser consignados como traços úteis — o cão possui algumas características de valor estético mais equívoco. É o mais sujo dos animais domésticos e o de hábitos mais repugnantes, o que êle compensa mediante uma atitude servil e bajuladora para com o dono, e uma disposição para infligir aborrecimentos e incômodos aos demais. Assim é que o cão se recomenda ao nosso favor facultando um ensejo à nossa propensão de dominar, ao mesmo tempo constituindo um objeto de despesas; e comumente não serve a nenhum fim industrial, ocupando em conseqüência um lugar bem garantido na consideração do homem como coisa que é de bom conceito. Ao mesmo tempo está o cão associado em nossa imaginação com a caça — emprêgo meritório e expressão do honorífico impulso predatório.

Com base nessas vantagens, a beleza da forma e do movimento e os traços mentais recomendáveis que êle porventura tenha serão convencionalmente reconhecidos e exagerados, sejam quais forem. E até mesmo essas variedades de cães que foram grotescamente deformados pelo capricho do criador são de boa fé reputadas belas por muita gente. Tais variedades — e o mesmo é verdadeiro no tocante a outros animais positivamente deformados — são de certa forma, avaliados e classificados em proporção com o grau do seu aspecto grotesco e a instabilidade da moda particular que a deformidade assume no caso determinado. Para o fim em vista, essa utilidade diferencial baseada no aspecto grotesco e na instabilidade de estrutura é redutível a termos de uma maior escassez e conseqüentes despesas. O valor comercial das monstruosidades caninas, tais como os estilos prevaletentes no tocante a cães de estimação tanto para uso dos homens como das mulheres, se baseia no alto custo de sua produção, e seu valor para seus proprietários está principalmente na sua utilidade de artigos de consumo conspícuo. Indiretamente, através do reflexo sôbre seu dispêndio

honorífico, atribui-se-lhes um valor social; e assim, por uma fácil substituição de palavras e idéias, vêm êles a ser admirados e considerados belos. Como nenhuma atenção concedida a êsses animais é absolutamente lucrativa ou útil, ela é também dignificante; e como o hábito de dar-lhes atenção não é condenado, pode êle se tornar em um afeto de grande tenacidade e dos mais benévolos. De modo que, no afeto concedido a animais de estimação, a regra da dispendiosidade está mais ou menos remotamente presente à guisa de uma norma que guia e molda o sentimento e a seleção de seu objeto. O mesmo é verdadeiro, como agora se verá, no tocante ao afeto pelas pessoas; embora nesse caso seja diferente a maneira pela qual essa norma atua.

O caso do cavalo de corrida é muito semelhante ao do cachorro.

Tendo-se em vista a finalidade industrial, o cavalo é absolutamente dispendioso ou ruinoso ou inútil. Seja qual fôr o uso produtivo que possa ter no sentido de aumentar o bem estar da comunidade ou tornar mais fácil ao homem o seu estilo de vida, vem êsse uso revestido da forma de demonstrações de força e facilidade de movimento, agradáveis ao senso estético popular. Isto, naturalmente, é uma utilidade substancial. O cavalo não é dotado da aptidão espiritual para a mesma servil dependência do cão: mas serve eficazmente, ao impulso de seu dono em dispor as forças "animadas" do ambiente para seu próprio uso e direção, e para exprimir através delas a sua própria individualidade. O cavalo veloz é potencialmente um cavalo de corrida, em alto ou baixo grau; e é neste aspecto que reside a sua peculiar utilidade para seu possuidor. A utilidade do cavalo de corrida repousa principalmente em sua eficácia como meio de emulação; serve ao sentido de agressão e domínio de seu dono quando êste vê que o seu cavalo supera o do vizinho. Semelhante uso, não sendo lucrativo, mas inteira e

consistentemente perdulário, e ainda por cima conspícuo, é também, em consequência, honorífico, dando portanto ao cavalo de corrida uma forte posição presuntiva de bom conceito. Além disso, o cavalo de corrida propriamente dito possui um uso similarmente não industrial mas honorífico em seu aspecto de instrumento de jôgo.

Assim pois o cavalo de corrida é esteticamente afortunado, naquilo em que a regra de bom conceito pecuniário legitima a livre apreciação de qualquer traço de beleza ou utilidade que êle possua. Suas pretensões têm o cariz do dispêndio conspícuo, ao mesmo tempo que são respaldadas pela aptidão predatória do domínio e da emulação. Além disso, o cavalo é um animal bonito, embora o cavalo de corrida não seja especialmente bonito para o gosto pouco desenvolvido dos que não pertencem à classe dos fanáticos de corridas nem à classe cujo sentido de beleza é mantido em suspenso pelo constrangimento moral do prêmio em jôgo. Com relação a êste gosto ineducado, o mais belo cavalo dir-se-ia uma forma que sofreu uma alteração menos radical do que a que sofreu o cavalo de corrida às mãos do criador em seu afã seletivo. Todavia, quando um escritor ou orador — especialmente aquêles cuja eloquência é consistentemente mais sedizante — que uma ilustração da graça e da utilidade animais, para fins retóricos, é justamente para o cavalo que apela; e geralmente deixa bem claro, antes de acabar, que o que tem na mente é o cavalo de corrida.

Deve-se notar que, na apreciação classificada das variedades de cavalos e cães, tal a que se observa até entre pessoas de gostos moderadamente cultivados nesse assunto, também é perceptível outra linha mais direta na influência das regras de avaliações da classe ociosa. Por exemplo: neste país, os gostos da classe ociosa são, em certa medida, moldados segundo usos e hábitos prevalecentes (ou que se imaginam prevalecentes) na classe ociosa da Grã-Bretanha. Isto é mais verdadeiro tratando-se de cavalos, não de cães. No

que diz respeito aos primeiros, especialmente aos cavalos de sela — que servem no máximo à simples ostentação de dispêndio — considera-se verdadeiro, de modo geral, que um cavalo é tanto mais belo quanto mais inglês; sendo a classe ociosa inglesa, no que toca aos usos de bom conceito, a classe mais alta deste país, e, em consequência, o exemplo para as classes mais baixas. Esta imitação nos métodos de apreender a beleza e formar julgamentos de gosto não precisa necessariamente resultar numa predileção espúria, ou, de qualquer modo, hipócrita ou afetada. Quando nessa base, a predileção é um prêmio tão sério e substancial como em qualquer outra; a diferença é que este gosto é um gosto pelo reputadamente correto, não pelo esteticamente verdadeiro.

A imitação, deve-se dizer, se estende mais além do simples senso de beleza relativa ao cavalo. Inclui os arreios e o modo de cavalgar, de forma que o modo ou a atitude de montar com elegância e correção consagrada também são decididos pelo uso inglês, como também a andadura equestre. Para mostrar como podem às vezes ser fortuitas as circunstâncias que decidem sobre o que deve ser correto ou não segundo a regra pecuniária da beleza, pode-se notar que a sela inglesa e, especialmente, o passo peculiarmente incômodo que tornou necessária essa sela, são uma sobrevivência do tempo em que as estradas inglesas eram lamacentas, virtualmente intransitáveis para um cavalo de andadura mais cômoda; de modo que uma pessoa de gosto bem formado na arte de cavalgar, cavalga hoje um trotão com um côto de cauda, em posição incômoda e marcha aflitiva, só porque as estradas inglesas, durante grande parte do último século, eram intransitáveis para um cavalo que tivesse uma marcha mais própria de cavalo, ou para um animal formado para caminhar com facilidade na região firme e desimpedida da qual é autóctone.

Não é apenas no tocante a bens de consumo — com inclusão dos animais domésticos — que as regras do gosto foram afetadas pelo bom conceito pecuniário. O mesmo se poderá dizer quanto à beleza das pessoas. A fim de evitar assunto de controvérsia, aqui não se dará importância à predileção popular acaso existente para com o porte (ociosamente) imponente e majestoso que na tradição vulgar atualmente se associa com a opulência dos homens maduros. Esses traços são aceitos em certa medida, como elementos de beleza pessoal. Mas, por outro lado, há certos elementos de beleza feminina que ora vêm a pêlo, e que são de uma índole tão concreta e específica ao ponto de reclamarem uma apreciação mais particularizada. É mais ou menos uma regra, nas comunidades em fase de desenvolvimento econômico, onde as mulheres são prezadas pela classe alta mercê de sua prestimosidade, ser o ideal da beleza feminina a mulher robusta e de membros graúdos. A base dessa apreciação é física, tendo, entretanto, a conformação do rosto, uma importância apenas secundária. Exemplo bem conhecido desse ideal prevalente na primitiva cultura predatória é o das donzelas dos poemas homéricos.

Esse ideal sofre uma mudança no desenvolvimento subsequente, quando, no plano convencional, o ofício da mulher da classe alta se transforma simplesmente em ócio substitutivo. Nessa altura, o ideal abrange as características que se supõem resultarem, ou serem apanágio, de uma vida ociosa forçosamente adotada. O ideal aceito em tais circunstâncias pode ser apreciado quando poetas e escritores dos tempos da cavalaria descrevem as belas mulheres da época. No plano convencional daquela época, concebiam-se as damas da classe alta isentas de todo o trabalho útil e vivendo em perpétua tutela. O ideal de beleza, cavaleiresco ou romântico, toma conhecimento do rosto, principalmente insistindo em sua delicadeza, na delicadeza das mãos

e dos pés, na esbeltez da figura, e, especialmente, na cintura fina. Nas representações ilustradas da mulher daquela época, e nos imitadores românticos modernos do pensamento e do sentimento cavaleiresco, a cintura é adelgada ao ponto de implicar uma extrema debilidade. O mesmo ideal ainda perdura numa parcela considerável das modernas comunidades industriais; deve-se porém acrescentar que êle se manteve com maior pertinácia nas comunidades menos adiantadas quanto ao desenvolvimento econômico e civil, reveladoras das sobrevivências mais consideráveis de hierarquia social e instituições predatórias. O que vale dizer que o ideal cavaleiresco é melhor preservado nas comunidades substancialmente menos modernas da atualidade. Sobrevivências dêste ideal sentimental e romântico ocorrem livremente nos gostos das classes abastadas dos países do continente europeu.

Nas comunidades modernas que atingiram altos níveis de desenvolvimento industrial, a classe ociosa mais alta acumulou tão grande massa de riqueza, ao ponto de colocar suas mulheres acima de qualquer imputação de trabalho vulgarmente produtivo. Aqui, a posição social da mulher, em sua qualidade de consumidora vicária, começa a perder o seu lugar na afeição da generalidade do povo; e, em consequência, o ideal da beleza feminina está começando a voltar da mulher morbidamente delicada, transparente e perigosamente delgada, para um mulher do tipo arcaico que não renega suas mãos e pés, tampouco os demais aspectos grosseiros de sua pessoa. No decorrer do desenvolvimento econômico, o ideal de beleza entre os povos de cultura ocidental mudou do corpo para a senhora, e recomeça a voltar para a mulher; tudo isso em obediência a mudanças nas condições da emulação pecuniária. Em certa época, essa emulação exigia escravas robustas; noutra, exigia o conspícuo desempenho do ócio vicário, e, conseqüentemente, uma visível incapacidade; mas a situação começa agora a superar esta

última exigência, uma vez que, sob a eficiência maior da indústria moderna, o ócio feminino é possível até mesmo nos últimos graus do bom conceito pecuniário, ao ponto de já não servir como sinal definitivo de uma situação pecuniária mais alta.

Além dêsse contróle geral, exercido pela norma de dispêndio conspícuo no tocante ao ideal da beleza feminina, há ainda dois ou três detalhes que merecem especificação por mostrarem como pode êle exercer um extremo constrangimento de pormenores sôbre o senso masculino de beleza feminina. Já se observou que, nas fases de evolução econômica nas quais o ócio conspícuo é muito reputado como sintoma de bom conceito pecuniário, o ideal exige mãos e pés delicados e diminutos, e cintura fina. Êsses traços, acrescidos de outros que se relacionam com os defeitos de estrutura que geralmente os acompanham, servem para mostrar que a pessoa assim constituída é incapaz de esforço útil, e precisa portanto de ser mantida na ociosidade pelo seu proprietário. Ê ela inútil e dispendiosa, e, conseqüentemente, tem valor como prova da força pecuniária de seu dono. O resultado é que, nesta fase cultural, vêm às mulheres a idéia de modificar suas pessoas, de modo a se conformarem em maior grau com as exigências do gôsto prevalecente da época; e sob a orientação da regra do bom conceito pecuniário, os homens julgam atraentes os traços patológicos, artificialmente induzidos, daí resultantes. Para exemplificar, citaremos a cinturinha de vespa, moda muito difundida e duradoura nas comunidades da cultura ocidental, bem com a deformação do pé entre as chinesas. Ambas são mutilações inegavelmente repulsivas ao gôsto a elas desabituaado, de modo que é mister formar-se o hábito para que a gente as aceite. Todavia, não se pode duvidar da atração que exerciam sôbre os homens a cujo estilo de vida convinham como objetos honoríficos e sancionados pelas exigências do prestígio

pecuniário. São, com efeito, objetos de beleza pecuniária e cultural, que vieram a fazer as vezes de elementos na composição do ideal de feminilidade.

O nexó aqui indicado entre o valor estético e o valor pecuniário emulativo das coisas não está naturalmente presente na consciência do avaliador. Pelo menos na medida em que uma pessoa, ao formar sua opinião no tocante ao gosto, pense e reflita que o objeto de beleza sob consideração é pecuniário e de bom conceito, sendo, por isso, legitimamente reputado belo; ou na medida em que a opinião não seja uma opinião *bona fide* de gosto e não entre a ser considerada nesta conexão. A conexão na qual aqui se insiste, entre a respeitabilidade e a beleza percebida dos objetos reside no efeito que tem a respeitabilidade nos hábitos de pensamento do avaliador. Têm êle o hábito de formar julgamentos de valor de várias espécies — econômicos, morais, estéticos ou de respeitabilidade — no tocante aos objetos que lhe dizem respeito, e sua atitude ao encomiar qualquer determinado objeto em qualquer outra base afetará o grau de apreciação do mesmo objeto quando se trata de julgá-lo para fins estéticos. Isto é ainda mais verdadeiro no tocante à avaliação feita em bases tão intimamente relacionadas com a base estética, como é o caso da respeitabilidade. A avaliação para fins estéticos e para fins de prestígio não estão de tal modo apartadas como parece à primeira vista. É muito fácil surgir a confusão entre essas duas espécies de avaliação, porque o valor dos objetos que dão prestígio não está habitualmente determinado no discurso mediante o emprêgo de um termo descritivo especial. O resultado é que os termos de uso familiar, empregados para designar categorias ou elementos de beleza, se aplicam para cobrir êsse elemento sem nome do mérito pecuniário, e, conseqüência facilmente previsível, segue-se-lhe uma correspondente confusão de idéias. Dêste modo, as exigências de bom conceito pecuniário colidem, na compreensão popular, com as exigências do senso de

beleza, e beleza desacompanhada dos sinais abonadores do bom conceito pecuniário não é aceita. Mas as exigências pecuniárias de respeitabilidade, e as da beleza em seu sentido ingênuo, não coincidem em nenhum grau apreciável. A eliminação, da nossa vizinhança, dos pecuniariamente inaptos, resulta portanto numa eliminação mais ou menos completa daquela considerável série de elementos de beleza que não se conformam com as exigências pecuniárias.

As normas subjacentes de gosto têm raízes antiqüíssimas, provavelmente precederam o advento das instituições pecuniárias que aqui se discutem. Em conseqüência, por força da passada adaptação seletiva dos hábitos mentais dos homens, acontece que, simples exigências de beleza, são em sua maior parte melhor satisfeitas por dispositivos e estruturas não dispendiosos, que de modo direto sugerem tanto o ofício que têm de desempenhar como o método de servir a seus próprios fins.

Talvez seja oportuno lembrar aqui a posição psicológica moderna. Beleza de forma dir-se-ia ser uma questão de facilidade de percepção. O postulado talvez possa, impunemente, alargar-se mais. Se a abstração se faz por associação, sugestão e "expressão", classificadas como elementos de beleza, então a beleza de qualquer objeto percebido significa que a mente prontamente exerce a sua atividade perceptiva nas direções facultadas pelo objeto em questão. Mas as direções nas quais a atividade prontamente se desenvolve ou se exprime são as direções para as quais a mente se inclina mercê de um hábito longo e antigo. Naquilo que concerne aos elementos essenciais de beleza, êsse é um hábito tão longo e aderente de modo a induzir não apenas um pendor pela forma perceptiva em questão, mas também uma adaptação da estrutura e da função fisiológica. Na medida em que o interêsse econômico entra na constituição da beleza, êle assim o faz

como sugestão ou expressão de adequação a um propósito, uma subserviência manifesta, e prontamente deduzida, do processo vital. Essa expressão de facilidade econômica ou utilidade econômica em qualquer objeto — o que se pode chamar de beleza econômica do objeto — é melhor servida pela nítida e franca sugestão do seu ofício e eficiência para o objetivo material da vida.

Nessa base, o artigo simples e desadornado é esteticamente o melhor de todos. Mas uma vez que o padrão pecuniário de respeitabilidade rejeita o que é barato nos artigos peculiares ao consumo individual, a satisfação do nosso anseio por coisas belas pode ser procurada por via da transigência. As regras de beleza têm de ser delimitadas por algum dispositivo que venha a provar um dispêndio perdulário honorífico, ao mesmo tempo satisfazer às exigências do nosso sentido crítico do útil e do belo, ou, pelo menos satisfazer às exigências de algum hábito que viesse servir em substituição àquele sentido. Esse sentido auxiliar do gosto seria o sentido da novidade; e este último é servido em sua função substituta pela curiosidade com que os homens olham quaisquer dispositivos engenhosos ou enigmáticos. Daí vem que muitos objetos alegadamente belos, e servindo como tais, demonstram uma considerável engenhosidade de desenho e são calculados para intrigar quem os contempla (a fim de o deixar perplexo com miúdas sugestões e vagas idéias do improvável) ao mesmo tempo que provam um excessivo dispêndio de trabalho sobre o que conferiria a maior eficiência ao seu fim econômico ostensivo.

Podemos dar um exemplo neste particular, tirado fora da série de nossos hábitos e contatos quotidianos, portanto fora do ângulo da nossa visão. Aludimos às notáveis capas de plumas do Havaí, ou aos muito conhecidos cabos entalhados de enxós de certas ilhas da Polinésia. Ambos os artigos são inegavelmente belos, não apenas porque apresentam uma agradável composição de forma, linha e côr, como também porque evi-

denciam uma grande mestria e engenhosidade de desenho e de fabrico. Ao mesmo tempo tais artigos são manifestamente inadequados para servir a qualquer outro objetivo econômico. Mas não é sempre que a evolução de dispositivos engenhosos e enigmáticos, desenvolvida conforme a regra do desperdício de esforço, apresenta resultados tão felizes. Estes são frequentemente uma supressão virtualmente completa de todos os elementos que poderiam suportar um escrutínio relativo à sua qualidade de expressões de beleza ou utilidade, e a substituição das provas de um desperdício de engenhosidade e trabalho respaldadas por uma conspícua inaptidão; e até muitos objetos que nos cercam na vida diária, e muitos artigos diários de indumentária e enfeite, são de molde a não ser tolerados senão mercê de uma obrigação imposta por uma tradição fixa. Exemplos dessa substituição de engenhosidade e dispêndio em lugar de beleza e utilidade podem-se verificar, por exemplo, na arquitetura doméstica, na arte ou obras de fantasia domésticas, em vários artigos de vestuário, especialmente nos trajés femininos e sacerdotais.

A regra da beleza exige uma expressão genérica. A "novidade" devida às exigências do dispêndio conspícuo permeia essa regra de beleza, naquilo em que ela traz como resultado a transformação da fisionomia de nossos objetos de gosto numa série de idiosincrasias; além disso as idiosincrasias estão sob a vigilância seletiva da regra de dispendiosidade.

Este processo de adaptação seletiva de desenhos visando ao desperdício conspícuo, e à substituição da beleza pecuniária pela beleza estética, tem sido especialmente eficaz no desenvolvimento da arquitetura. Seria extremamente difícil achar uma moderna residência civilizada, ou edifício público, que fizesse jus a algo melhor do que a uma relativa inocuidade aos olhos de qualquer pessoa que desassociasse os elemen-

tos de beleza dos de desperdício honorífico. A infinita variedade de fachadas expostas em nossos prédios de aluguel ou edifícios de apartamentos é uma infinita variedade de desgraças arquitetônicas e de sugestões de um desconforto muito caro. Consideradas como objetos de beleza, as paredes maciças dos lados e dos fundos dessas estruturas, intocadas pelas mãos do artista, são comumente a melhor parte do edifício.

O que se disse sobre a influência da lei do dispêndio conspícuo no tocante às regras do gosto será válido, com apenas uma leve alteração de termos, no tocante à sua influência sobre as nossas idéias da utilidade dos bens para outros fins que não os estéticos. Os bens são produzidos e consumidos visando a um desenvolvimento mais pleno da vida humana; e sua utilidade consiste, em primeiro lugar, em sua eficácia para conseguir êsse fim. Primeiramente é êsse fim a plenitude da vida do indivíduo encarada em termos absolutos. Mas a inclinação humana para a emulação se apossou do consumo de bens como instrumento de comparações invejosas, em conseqüência revestiram os bens consumíveis uma utilidade secundária: a prova da relativa habilitação para pagar. Êsse uso indireto e secundário de bens de consumo empresta um caráter honorífico ao dito consumo, e hoje em dia, também aos bens que melhor servem a êsse fim emulativo de consumo. O consumo de bens dispendiosos é meritório, e são honoríficos os bens que possuem um apreciável elemento de custo em excesso daquilo que confere utilidade à sua finalidade mecânica ostensiva. Os indícios de custo supêrfluamente caro dos bens são portanto indícios de valor — de grande eficácia, mercê da finalidade indireta e emulativa a ser propiciada pelo seu consumo; inversamente, os bens humilham, e são por isso pouco atraentes, se demonstram uma adaptação demasiado estrita ao fim mecânico buscado e não incluem uma margem de dispêndio onde se basear uma complacente comparação emuladora. Esta utilidade indireta empresta muito de

seu valor às “melhores” classes de bens. A fim de apelar ao senso educado de utilidade, um artigo deve possuir umas tinturas desta utilidade indireta.

Embora os homens tenham começado por desaprovarem um estilo de vida não dispendioso porque isso indicava uma inabilidade para gastar bastante, e, em conseqüência, uma ausência de êxito pecuniário, logo terminaram por cair no hábito de censurar coisas baratas como intrinsecamente desonrosas e indignas devido a seu baixo preço. A medida que o tempo passava, cada geração subsequente ia recebendo esta tradição de dispêndio meritório da geração que a precedera, e por sua vez elaborando e en vigorando a regra tradicional de respeitabilidade pecuniária nos artigos de consumo; até que finalmente chegaram a um tal grau de convicção no tocante à indignidade de tôdas as coisas não dispendiosas, de modo que já não há engano possível quando se formula a seguinte frase: “Barato e ordinário”. Tão completamente se arraigou em nosso pensamento êsse hábito de aprovarmos o caro e desaprovamos o barato, que adotamos pelo menos alguma dose de desperdício em nosso consumo, muito embora tais artigos sejam consumidos na mais estrita intimidade e sem a menor idéia de ostentação. Todos sentimos, sinceramente e sem possibilidades de engano, que estamos mais edificados por haver, mesmo na intimidade do nosso lar, comido nossa refeição diária com talheres de prata lavrada à mão, ou em porcelana também pintada à mão (freqüentemente de valor duvidoso) postos em toalhas de linho de alto preço. Qualquer retrocesso no padrão de vida que nos habituamos a considerar digno a êsse respeito é tido como uma dolorosa violação da nossa dignidade humana. Assim também, nas últimas décadas, as velas têm sido uma fonte de luz mais agradável do que qualquer outra à hora do jantar. Com efeito, a luz das velas é mais suave, menos ofensiva a olhos bem educados do que a

luz de querosene, de gás ou elétrica. Não se poderia dizer o mesmo há trinta anos passados, quando as velas eram (e o eram ainda recentemente) a luz disponível mais barata para uso doméstico. E nem mesmo agora as velas proporcionam uma luz aceitável ou eficaz em qualquer iluminação que não seja ritual.

Um sábio estadista ainda vivo resumiu essa questão com o dito seguinte: "Sobretudo barato, homem barato", e provavelmente ninguém há que não sinta a força de convicção aí contida.

O hábito de observar os traços de dispêndio supérfluo nas mercadorias, e de exigir que tôdas elas proporcionem alguma utilidade da espécie indireta ou emuladora, conduz a uma mudança nos padrões pelas quais se mede a utilidade das mesmas. O elemento honorífico e o elemento da eficácia brutal não se separam na apreciação do consumidor no tocante a utilidades, e os dois juntos servem para compor o conjunto não analisável da utilidade dos bens. No padrão de utilidade que disso resulta, nenhum artigo será aprovado se apenas se baseia na suficiência material. A fim de se completar e receber plena aceitação do consumidor, o artigo deve igualmente apresentar um elemento honorífico. O resultado é os produtores de artigos de consumo dirigirem seus esforços para a produção de bens que vão ao encontro dessa exigência do elemento honorífico. E isto farão com tanto maior alacridade e eficácia, pois que êles próprios estão sob o domínio do mesmo padrão de valia no tocante aos bens, e ficariam sinceramente constrangidos à vista de bens aos quais faltasse o polimento honorífico. Acontece, daí, não existirem na atualidade em indústria alguma, mercadorias destituídas, em maior ou menor grau, do elemento honorífico. O consumidor que, a exemplo de Diógenes, insistisse na eliminação de todos os elementos honoríficos ou de desperdício de seu consumo, seria incapaz de suprir às suas necessidades mais triviais no mercado moderno. Com efeito, mesmo que tentasse

suprir às suas necessidades diretamente pelo seu próprio esforço, acharia difícil, quando não impossível, despojar sua cabeça dos hábitos contemporâneos de pensamento; de modo que escassamente poderia obter um suprimento das coisas necessárias da vida para o consumo de um só dia que fôsse, sem que instintivamente, e inadvertidamente, incorporasse em um produto banal alguma coisa dêsse elemento honorífico, quase decorativo, da obra perdulária.

É de notar-se que, em sua seleção de bens utilizáveis no mercado a varejo, os compradores são guiados mais pelo acabamento e o artesanato dos bens, do que por quaisquer sinais de utilidade substancial. Os bens, para se venderem, têm de possuir uma apreciável parcela do trabalho gasto em conferir-lhes as marcas de dispêndio honorífico, em adição ao que lhes confere prestimosidade para o uso material a que devem servir. Esse hábito de fazer do alto custo visível uma regra de prestimosidade, naturalmente serve para realçar o custo acrescentado dos artigos de consumo. Alerta-nos contra o barato, identificando, em certo grau, o mérito da coisa com o seu custo. Há geralmente um esforço consistente de parte do consumidor, para obter mercadorias da utilidade exigida, mediante as mais vantagens pechinchas que possa lograr; mas a exigência convencional do alto preço indisfarçável — garantia e elemento da utilidade dos bens — leva-o a rejeitar como abaixo da classificação bens que não contenham um grande elemento de desperdício conspícuo.

Deve-se acrescentar que uma grande parcela daqueles traços de bens de consumo que figuram na idéia popular como sinais de utilidade, e aqui referidos como elementos de dispêndio conspícuo, se recomendam ao consumidor também em outras bases que não o do simples dispêndio. Provam, habitualmente, perícia e artesanato eficaz, mesmo que não contribuam para a utilidade substancial dos bens; e é sem dúvida largamente

nessa base que qualquer traço particular de utilidade honorífica entra primeiro em moda e em seguida mantém a sua posição como um elemento normal constitutivo da valia do artigo. Uma exibição de artesanato eficiente é agradável simplesmente como tal, mesmo quando o seu resultado remoto, despercebido na época, seja inútil. Há uma satisfação do senso artístico na contemplação de uma obra bem realizada. Deve-se também acrescentar que nenhuma evidência de perícia artesanal, ou de engenhosa e eficaz adaptação dos meios aos fins, usufruirá, ao fim e ao cabo, a aprovação do moderno consumidor civilizado, a menos que a sancione a regra do dispêndio conspícuo.

A posição aqui assumida é envidorada de maneira oportuna pelo lugar atribuído na economia do consumo aos produtos da máquina. O ponto de diferença material entre as mercadorias feitas a máquina e as mercadorias feitas a mão que servem aos mesmos fins, é comumente servirem as primeiras a seus fins primários com melhor adequação. São um produto mais perfeito, revelam melhor adaptação dos meios aos fins. Isto não os salva da desestima e depreciação, pois não correspondem ao teste do dispêndio honorífico. O trabalho manual é um método mais dispendioso de produção; daí que os bens assim acabados sejam mais úteis para os fins de respeitabilidade pecuniária e virem os sinais do trabalho feito à mão a ser honoríficos, e os bens que exibem tais sinais se classificarem num grau mais alto do que os produtos correspondentes feitos a máquina. Comumente, se não invariavelmente, as marcas honoríficas do trabalho feito a mão são certas imperfeições e irregularidades em suas linhas, a mostrarem onde o artesão falhou na execução do modelo. A base, pois, da superioridade da obra manual, é uma certa margem de rudeza. Esta margem não deve jamais ser tão grande, ao ponto de revelar um artesanato confuso, que só faria evidenciar o seu baixo custo; nem tão pequena,

de modo a sugerir a precisão ideal só atingida pela máquina, pois isto só viria comprovar o seu baixo custo.

A apreciação das provas de rudeza honorífica às quais os artigos feitos à mão devem o seu valor e superior encanto aos olhos da gente bem educada é questão de uma discriminação acertada. Exige treino e a formação de hábitos mentais corretos no tocante ao que se pode denominar a "fisionomia" dos artigos. Artigos de uso diário feitos a máquina são com frequência admirados e preferidos pelo vulgo precisamente devido a sua excessiva perfeição, o mesmo podendo-se afirmar das pessoas incultas que não deram a devida atenção às meticulosidades do consumidor elegante. A inferioridade de ritual dos produtos mecânicos serve para mostrar que a perfeição do artesanato corporificada em quaisquer inovações de alto custo no acabamento dos produtos não é por si mesma suficiente para garantir-lhes aceitação e preferência permanentes. A inovação precisa apoiar-se na regra do dispêndio conspícuo. Qualquer traço na fisionomia dos artigos, por mais agradável em si mesmo, e por mais que se coadune ao gosto pelo trabalho efetivo, não será tolerado se se provar ofensivo a essa norma de respeitabilidade pecuniária.

A inferioridade cerimonial ou a impureza devidas à "vulgaridade" dos bens de consumo, ou, em outras palavras, ao seu baixo custo de produção, foram levados muito a sério por grande número de pessoas. A repulsa aos produtos mecânicos é freqüentemente formulada como uma repulsa à vulgaridade de tais artigos. Aquilo que é comum está ao alcance (pecuniário) de muita gente. O seu consumo, portanto, não é honorífico, uma vez que não serve aos propósitos de uma favorável comparação emuladora com outros consumidores. Daí o consumo, ou mesmo a vista de tais artigos, ser inseparável de uma sugestão odiosa dos níveis mais baixos da vida humana, donde a gente se afasta com uma total sensação de mesquinhez, extremamente de-

sagradável e depressiva para uma pessoa de sensibilidade. Nas pessoas cujos gostos se afirmam imperiosamente, e que não têm o dom, o hábito ou o incentivo para discriminar entre as bases de seus vários julgamentos de gosto, as opiniões de sentido honorífico se fundem com as da beleza e da utilidade, segundo já dissemos; e a avaliação compósita resultante serve como julgamento da beleza do objeto e sua prestimosidade, segundo o pendor ou o interesse do avaliador o inclinam a apreender o objeto num ou noutro desses aspectos. Segue-se, não infreqüentemente, que as marcas de preço barato ou de vulgaridade são aceitas como marcas definitivas de impropriedade artística, e um código, ou lista, de categorias artísticas por um lado, e de abominações estéticas de outro, é erigido nessa base para a orientação em questões de gosto.

Conforme já se indicou, os artigos baratos de uso diário, e, portanto, impróprios, das modernas comunidades industriais, são comumente produtos feitos à máquina; e a feição genérica da fisionomia de artigos mecânicos dessa espécie, quando comparada com a do artigo feito à mão, é o seu mais perfeito artesanato e a sua maior concisão na execução pormenorizada do modelo. Daí que as imperfeições visíveis dos bens feitos à mão, sendo honoríficas, são também consideradas indícios de superioridade em questão de beleza ou utilidade, ou em ambas. Daí proveio aquela exaltação do imperfeito, do qual John Ruskin e William Morris foram os veementes porta-vozes em sua época; e nesse terreno, a sua propaganda da crueza artística e desperdício de esforços foi adotada e levada adiante pelos anos afora. Daí, também, a propaganda a favor de um retôrno às artes manuais e à indústria caseira. A obra e as especulações deste grupo de homens que com justiça se filiam à descrição dada aqui, teriam sido impossíveis, em uma época em que os bens visivelmente mais perfeitos não eram os mais baratos.

Naturalmente, é apenas em relação ao valor econômico dessa escola de educação estética que se pretende dizer algo aqui. O que se disse não deve ser levado à conta de depreciação, mas, principalmente, como uma caracterização da tendência dessa educação em seu efeito no consumo e na produção de bens de consumo.

A maneira pela qual a tendência desse desenvolvimento do gosto influiu na produção será talvez mais convincentemente exemplificada na manufatura de livros — atividade a que Morris se entregou nos últimos anos de sua vida; mas aquilo que, em grau superlativo, é válido na obra da Kelmscott Press, é também válido, apenas com um pouco menos de força, quando geralmente aplicado à fabricação artística da atualidade, quer se refira a tipo, papel, ilustração, material de encadernação ou obra de encadernador. As pretensões à excelência evidenciadas pelos produtos mais recentes da indústria livreira repousam, em certa medida, no grau em que a mesma se aproxima das cruezas da época em que a fabricação de livros era uma luta incerta com materiais refratários, levada a efeito por intermédio de dispositivos insuficientes. Estes produtos, uma vez que requereiram trabalho manual, são mais dispendiosos; são igualmente menos fáceis de usar do que os livros fabricados apenas com vista à utilidade. Em consequência, implicam aptidão de parte do consumidor para consumi-los livremente, bem como a aptidão a desperdiçar tempo e esforço. É nesta base que os tipógrafos de hoje estão voltando ao “velho estilo” e a outros estilos mais ou menos obsoletos de tipos menos legíveis, dando à página uma aparência mais grosseira que a da impressão “moderna”. Até mesmo um periódico científico, sem nenhuma intenção ostensiva que não seja apresentar com mais eficácia a matéria atinente à ciência, fará concessões às exigências dessa beleza pecuniária ao ponto de imprimir seus ensaios científicos no tipo de estilo antigo, em papel *vergé* e com mar-

gens fechadas. Entretanto, livros que não se preocupam ostensivamente apenas com a apresentação de seu conteúdo ainda vão mais longe, como é natural. Há, por exemplo, um tipo mais cru, impresso em papel avergado a mão de margens contínuas e excessivas, e folhas fechadas, encadernado com uma elaborada crueza e complicada inaptidão. A Kelmscott Press reduziu o assunto a um verdadeiro absurdo (visto apenas do ponto de vista da utilidade brutal) publicando livros para uso moderno numa ortografia obsoleta, impressos em tipo gótico e encadernados em velino flexível munido de correias. Ainda outro traço característico, que fixa a classe econômica do livro artístico, é o fato de ser êle impresso em edições limitadas. Isto é com efeito uma garantia — na verdade, algo crua — de que o livro é raro, e portanto caro, por conseguinte emprestando distinção pecuniária ao consumidor.

A principal atração de tais livros para o comprador de gosto cultivado repousa, naturalmente, não em um reconhecimento consciente ou ingênuo do seu preço caro e da sua superior desgraciosidade. Nesse caso, bem como no caso da superioridade, sobre os produtos mecânicos, dos artigos feitos à mão, a base consciente da preferência é uma excelência intrínseca imputada ao artigo mais caro e mais canhestro. A superior excelência atribuída ao livro que adota os processos antigos e obsoletos de impressão é concebida como sendo principalmente uma superior utilidade no que toca a estética; mas não é raro encontrar-se um bibliófilo educado que insista em que o produto mais tóscico é também mais útil como veículo do discurso impresso. Naquilo que diz respeito ao superior valor estético do livro decadente, as probabilidades indicam que a alegação do bibliófilo tem alguma base. O livro é planejado unicamente com o olho na sua beleza, e o resultado é comumente alguma dose de sucesso de parte do artista. Entretanto, aqui se insiste em que a regra do

gosto sob a qual o artista opera é uma regra formada sob a vigilância da lei do dispêndio conspícuo, e que esta lei opera eficazmente para eliminar qualquer regra de gosto que não se conforme com as suas exigências. Vale dizer que, conquanto o livro decadente possa ser belo, os limites dentro dos quais o artista pode trabalhar são fixados por exigências de uma qualidade não estética. O produto, se é belo, precisa igualmente, e ao mesmo tempo, ser de alto preço e mal adaptado a seu uso ostensivo. A regra obrigatória de gosto no caso do artista, não é entretanto inteiramente moldada pela lei do desperdício em sua primeira forma; a regra é, até certo ponto, moldada de conformidade com aquela expressão secundária do temperamento predatório — veneração pelo arcaico e o obsoleto — que é um dos desenvolvimentos peculiares do assim chamado classicismo.

Na teoria estética poderá ser extremamente difícil, senão de todo impraticável, traçar uma linha entre a regra do classicismo, ou a consideração pelo arcaico, e o cânone da beleza. Para fins estéticos, uma tal distinção mal necessita de ser traçada, e, com efeito, não precisa de existir. Para uma teoria do gosto, a expressão de um ideal aceito de arcaísmo, em qualquer base que isso se dê, será, talvez melhor classificada como um elemento de beleza; não se deve fazer questão da sua legitimidade. Mas, para o presente fim — o fim de determinar quais as bases econômicas do gosto e qual a sua significação para a distribuição e o consumo de bens — a distinção não está igualmente fora de questão.

A posição dos produtos mecânicos no plano civilizado de consumo serve para indicar a natureza de relações subsistente entre a regra do dispêndio conspícuo e o código de conveniências no tocante ao consumo. Nem em assuntos de arte ou de gosto propriamente ditos, nem relativamente ao sentido contemporâneo da utilidade dos bens, age esta regra como um princípio de inova-

ção ou iniciativa. Não penetra o futuro como um princípio criador que faz inovações e acrescenta novos artigos de consumo e novos elementos de custo. Em certo sentido, o princípio em questão é uma lei negativa, antes do que positiva. É um princípio regulador, antes do que criador. Raramente inicia ou origina diretamente qualquer uso ou costume. Sua ação é somente seletiva. Assim pois, o dispêndio conspícuo proporciona diretamente uma base de variação e crescimento, mas a conformidade com as suas exigências é uma condição da sobrevivência de inovações tais as que se possam fazer em outros terrenos. De qualquer modo que surjam usos, costumes e métodos de dispêndio, todos estão sujeitos à ação seletiva desta norma de reputação; e o grau em que êles se conformam com as suas exigências é um teste da sua adequação à sobrevivência na competição com os demais usos e costumes similares. No mesmo pé de igualdade, quanto mais obviamente perdulário seja o uso ou o método, tanto maior será a sua probabilidade de sobrevivência debaixo dessa lei. A lei do dispêndio conspícuo não explica a origem das variações, mas tão-somente a persistência daquelas formas aptas a sobreviver sob o seu domínio. Age para preservar o que é apto, não para originar o que é aceitável. Seu officio é provar tôdas as coisas e conservar para seu propósito só o que é bom.

Capítulo VII

O vestuário como expressão da cultura pecuniária

SEBÁ OPORTUNO, à guisa de ilustração, mostrar com algum pormenor a maneira segundo a qual os princípios econômicos até aqui expostos se aplicam aos fatos quotidianos em alguma direção do processo de vida. Visando a essa finalidade, nenhuma linha de consumo proporciona exemplo mais adequado do que o dispêndio com o vestuário. Especialmente a regra do dispêndio conspícuo de bens é a que encontra no vestuário a sua expressão, embora os outros princípios correlatos de respeitabilidade pecuniária também apareçam exemplificados nos mesmos acessórios. Outros modos de pôr em evidência a nossa situação pecuniária servem a seus fins com eficácia, e há muitos em voga, sempre e por toda parte; mas o dispêndio com o vestuário leva vantagem sobre a maioria, pois o nosso traje está sempre em evidência e proporciona logo à primeira vista uma indicação da nossa situação pecuniária a todos quantos nos observam. É também verdade que o dispêndio confesso para fins de ostentação está mais visível